



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LÍVIA GOMES DE VASCONCELLOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS:
ENTRE A GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL E OS PESCADORES ARTESANAIS
DO RECÔNCAVO BAIANO

RIO DE JANEIRO, 2012

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LÍVIA GOMES DE VASCONCELLOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS:
ENTRE A GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL E OS PESCADORES ARTESANAIS
DO RECÔNCAVO BAIANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

RIO DE JANEIRO, 2012

Aos pescadores e marisqueiras de Acupe e Cairu de Salinas.

AGRADECIMENTOS

O percurso que trilhei até chegar à obra que aqui apresento só pôde ser vencido por ter sido compartilhado com pessoas a quem devo todos os agradecimentos. Tentarei, em poucas palavras, ainda que não suficientes, expressar meu reconhecimento e gratidão por estas pessoas queridas.

Agradeço aos meus pais, Telma e José, e a minha irmã, Ângela, pela minha vida e por todo o amor. Por sua presença em todos os momentos, renovando sempre minha vontade de viver uma vida plena de realizações como o trabalho ora apresentado.

Agradeço aos meus avós Letícia e Raymundo, por todo o amor, sempre. Pelo cuidado e preocupação constantes. Pelo apoio incondicional às minhas iniciativas, quaisquer que fossem, e, especialmente, a toda minha formação acadêmica.

Agradeço a minha avó Vanda, por todo o amor, por todo apoio, carinho e preocupação, e pelo incentivo constante à minha formação acadêmica. Agradeço a minha madrinha, Marlene, por todo o amor e por todo apoio, sempre com muita delicadeza, especialmente à iniciativa de morar e estudar longe de minha cidade natal. Agradeço por ter viabilizado, por vontade própria, minha estadia em Acupe para a realização da pesquisa de campo.

Agradeço a Leonardo por todo o amor. Por estar compartilhando minha vida nos últimos anos, e, mais recentemente, por me incentivar a cursar o mestrado e por estar ao meu lado ao longo da construção deste trabalho. Sou privilegiada por aulas diárias de ciências sociais, distintas por sua riqueza, solidez e precisão. Foram-me clareadas veredas, antes sombrias, que precisei enfrentar no universo do conhecimento acadêmico.

Agradeço às seguintes pessoas que conheci no Rio de Janeiro, em meu trabalho na Equipe de Acompanhamento do PEA-BC, sem as quais não teria condições de realizar esta obra:

A Luciara Figueira pelo apoio irrestrito desde o início, tanto para cursar o mestrado quanto ao meu crescimento profissional. Sua preocupação e apoio em momentos difíceis, em que estive na corda bamba, são fundamentais para mim. Agradeço pelas contribuições sobre o PIPP e por me ensinar tanto sobre as questões que nos cercam em nosso cotidiano de trabalho.

A Mônica Serrão por contribuir com o ponto de partida deste trabalho, sugerindo que eu elegesse o PIPP como objeto de estudo. Pela valiosa contribuição no exame de qualificação e pelos debates constantes.

A Tatiana Walter pela participação fundamental na banca do exame de qualificação, e por todo o aprendizado que vem me proporcionando. Agradeço por integrar, também, a banca da defesa, superando os contratempos que quase inviabilizaram sua participação. Pela belíssima tese de doutorado.

A Lu e a Tati, por instilarem em mim o olhar atento e o gosto por pesquisar o universo da pesca artesanal, tão familiar e ao mesmo tempo tão distante da minha condição, mas desde sempre, fascinante.

A Eliza Barbosa e Thiago Vasquinho por aceitarem minhas ausências na Equipe para a pesquisa de campo e para a escrita deste trabalho. Pela boa convivência cotidiana e pelos debates questionadores.

Aos analistas ambientais da CGPEG/DILIC/IBAMA Anderson Vicente e Emerson Marcondes, que dedicaram algumas horas de seu expediente me auxiliando na pesquisa. Sua contribuição e boa vontade foram inestimáveis. A Elione Bergomi, responsável pelo Centro de Documentação da CGPEG à época da coleta de dados, por me ajudar na busca dos documentos oficiais que compõem este trabalho.

Agradeço às seguintes pessoas, pela presença essencial ao longo deste percurso:

A Edna e Evilásio por me hospedarem em sua casa em Acupe, com toda boa vontade, nas duas visitas que fiz à localidade.

Aos amigos que me apoiaram e entenderam minhas ausências ao longo do mestrado.

Aos colegas do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade, o LIEAS, pelos debates provocativos, pelo aprendizado e pelo acolhimento desde que cheguei ao grupo.

À Profa. Ruth Machado por integrar a banca do exame de qualificação, realizando uma análise cuidadosa do trabalho, e por aceitar participar novamente da banca, desta vez para a defesa da dissertação.

Finalmente, agradecimentos especiais ao meu orientador, Frederico Loureiro, por todo apoio, acolhimento e confiança desde minha chegada ao Rio de Janeiro, sem os quais seria muito mais difícil realizar a empreitada de morar e estudar nesta cidade. Pela orientação atenta e cuidadosa na construção deste trabalho. Agradeço por contribuir

com a elaboração da proposta de educação ambiental que permite a existência de projetos como o que analiso nesta obra.

Agradecimentos especialíssimos aos pescadores, marisqueiras e a todos que, com tanto desprendimento e boa vontade, me concederam as entrevistas, sem as quais não haveria esta dissertação.

RESUMO

VASCONCELLOS, Livia Gomes de. **Educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás: entre a gestão pública ambiental e os pescadores artesanais do Recôncavo Baiano**. Rio de Janeiro, 2012. Orientação: prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social-EICOS) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A presente pesquisa insere-se no debate acerca da gestão ambiental pública e os efeitos provocados por suas medidas sobre as relações entre a sociedade e a natureza. É investigada a implementação de um dos projetos exigidos como condicionantes de licença ambiental para as atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural: o Projeto de Educação Ambiental (PEA). Neste contexto, o PEA deve seguir orientações pedagógicas estabelecidas pelo IBAMA, que seguem os pressupostos da Educação no Processo de Gestão Ambiental. No estado da Bahia, desde 2006 está em execução um destes PEAs: o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental com Comunidades da Área de Influência do Projeto Manati (PIPP). O objetivo do presente estudo é investigar como os pescadores e marisqueiras do Recôncavo Baiano que participam do PIPP se apropriam deste programa, que repercussões ele vem tendo e que resultados podem ser observados. Esta região corresponde aos municípios situados em torno da Baía de Todos os Santos (BTS). Para a presente pesquisa, foi realizado um estudo de caso em duas das localidades abrangidas pelo Programa: Cairu de Salinas e Acupe. Foram aplicadas entrevistas a pescadores, marisqueiras, membros da diretoria de entidades representativas e outros. As entrevistas foram submetidas à Análise de Conteúdo, com bases nos pressupostos teóricos da Ecologia Política, que permearam a construção do problema de pesquisa. Destacam-se alguns dos principais resultados. O processo de construção do PIPP vem sendo costurado por interseções carregadas de tensões entre o Consórcio Manati, os pescadores e marisqueiras e o órgão ambiental, gerando resultados sobre as formas como os sujeitos da ação educativa entendem os processos de gestão ambiental. Os relatos sobre os conflitos ambientais na BTS são pertinentes à análise, pois denunciam as pressões sofridas pelos pescadores artesanais. O órgão ambiental exige a execução de processos formativos voltados à organização comunitária, atrelados aos projetos de infraestrutura que compõem o PIPP. Assumir que o trabalho é a categoria básica do licenciamento justifica a estruturação de PEAs a partir do fortalecimento de atividades produtivas subsumidas por outras, detentoras de poder. Entende-se que alguns conflitos ambientais fora do âmbito de ação do PEA o permeiam, por isso este deve propiciar a visão ampliada da questão, através dos processos educativos. A questão do trabalho deve ser discutida de forma ampliada com os sujeitos da ação educativa. Em conclusão, os projetos de educação ambiental promovidos pelo órgão ambiental federal no licenciamento de atividades petrolíferas são importantes espaços de construção de conhecimento e fomento à participação daqueles historicamente excluídos dos processos de decisão política.

Palavras-chave: educação ambiental; gestão ambiental; licenciamento ambiental; pesca artesanal; petróleo e gás natural; Recôncavo Baiano

ABSTRACT

VASCONCELLOS, Livia Gomes de. **Environmental education in the licensing of oil and gas: between environmental public management and the artisanal fisherman at Recôncavo Baiano.** Rio de Janeiro, 2012. Orientation by: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Dissertation (Masters in Community Psychosociology and Social Ecology-EICOS) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

This research is part of the debate about public environmental management and the effects caused by its action on the relations between society and nature. It investigated the implementation of one of the projects required as conditions to obtain environmental license for the production of petroleum and natural gas: the Environmental Education Project (EEP). In this context, the EEP must obey educational guidelines established by IBAMA, which follow the assumptions of Education in the Process of Environmental Management. In the state of Bahia, since 2006 is running one EEP: the Integrated Program of Productive Projects to Social and Environmental Development of Communities in the Area of Influence of Manati Project (PIPP). The aim of this study is to investigate how the fisherman in the area of Recôncavo Baiano participating in PIPP understand the Program, what repercussions it has had and what results can be observed. This region corresponds to the municipalities situated around the Bay of Todos os Santos (BTS). For the present study, it was performed a case study in two places covered by the program: Cairu de Salinas and Acupe. Interviews were held with fisherman, members of representative entities and others. The interviews were subjected to content analysis, under the theoretical basis of Political Ecology, which permeated the construction of the research problem. Some of the main results are highlighted. The construction of the PIPP has been tailored by intersections loaded in tension between the Consórcio Manati, fisherman and the environmental public agency, generating results about the ways in which individuals understand the processes related to environmental management. Reports on environmental conflicts in the BTS are relevant to the analysis, since they denounce the pressures faced by the fisherman. The environmental public agency requires the implementation of educational processes focused on community organization, linked to infrastructure projects that make up the PIPP. To assume that labor is the basic category of environmental licensing justifies the structuring of the PIPP from the strengthening of productive activities that are oppressed by others, holders of power. It is understood that some environmental conflicts outside the scope of action of PIPP permeate it, so this should provide a broader view of the matter, through educational processes. The labor issue should be discussed in a broad way with the participants. In conclusion, the environmental education projects promoted by the federal environmental agency in the licensing of petroleum activities open important spaces to knowledge construction and to promote the participation of those historically excluded from political decision-making.

Keywords: environmental education; environmental management; environmental licensing; artisanal fisherie; oil and natural gas; Recôncavo Baiano

LISTA DE SIGLAS

CIA	Centro Industrial de Aratu
CIPAR	Centro Integrado da Pesca Artesanal
CGEAM	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGPEG	Coordenação Geral de Petróleo e Gás Natural
DILIC	Diretoria de Licenciamento Ambiental
EA	Educação ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELPN	Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LP	Licença Prévia
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LPS	Licença de Pesquisa Sísmica
LPPer	Licença Prévia de Perfuração
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PEA-BC	Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
PIPP	Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental com Comunidades da Área de Influência do Projeto Manati
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
Prominp Natural	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás
PT	Parecer Técnico
RESEX	Reserva Extrativista
RLAM	Refinaria Landulpho Alves-Mataripe
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TR	Termo de Referência

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Baía de Todos os Santos e localidades do Recôncavo Baiano..... 59

Figura 2: Detalhe do mapa de localização do empreendimento de produção e escoamento de gás natural do Bloco BCAM-40 67

Figura 3: Detalhe do mapa de localização do empreendimento de produção e escoamento de gás natural do Bloco BCAM-40 68

Tabela 1: lista de municípios e localidades PIPP69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo geral	15
1.1.2 Objetivos específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 PERCURSO PESSOAL DE DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	17
2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL – OS CAMINHOS DA INTERAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL	20
2.1 GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA COMO PONTO DE PARTIDA	20
2.1.1 Mediação de conflitos: problematizando as definições oficiais	25
2.1.3 Licenciamento ambiental de petróleo e gás natural: procedimentos legais e desafios práticos	27
2.2 PESCA ARTESANAL: ESPECIFICIDADES NA INTERAÇÃO SOCIEDADE- NATUREZA	32
2.2.1 Definindo uma atividade produtiva	32
2.2.1.1 Cadeia produtiva da pesca artesanal – uma breve consideração	42
2.2.2 Impactos da atividade petrolífera sobre a pesca artesanal	43
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEDIDA MITIGADORA DE IMPACTOS AMBIENTAIS	45
2.3.1 Educação no processo de gestão ambiental	47
2.3.1.1 Bases filosóficas, teóricas e metodológicas da EA para Gestão	49
2.3.2 Transitando por algumas experiências – resultados e reverberações	52
2.3.3 Contradições inerentes à EA para Gestão como condicionante de licença ambiental	55
3 LOCAL E OBJETO DE PESQUISA	57
3.1 RECÔNCAVO BAIANO: UM ESPAÇO DA PESCA OCUPADO PELO PETRÓLEO.....	58
3.1.1 Dados estatísticos sobre pesca artesanal na Bahia	58
3.1.2 Presença da atividade petrolífera no Recôncavo Baiano	62
3.2 PIPP – HISTÓRICO, ESTRUTURA E SITUAÇÃO ATUAL	64
4 MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	77
4.1 COLETA DE DADOS	77
4.2 MÉTODO DE ANÁLISE	77

4.3 RELATO SOBRE A COLETA DE DADOS	80
4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	84
5 RESULTADOS: APRENDIZAGENS, CONFLITOS E PRAXIS	113
5.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS	113
5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXO	130

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está inserida no debate acerca da gestão ambiental pública. Mais especificamente, debruça-se sobre os efeitos provocados por suas medidas sobre as populações e o meio ambiente. Este campo vem sendo estruturado no país de forma acentuada desde a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981¹, e sua consolidação tem se configurado não somente como objeto de estudo, mas principalmente como campo de disputas. No presente estudo, é investigada a implementação de ações de educação ambiental no contexto de um dos principais instrumentos de gestão, o licenciamento ambiental.

A implementação de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental reverbera no modo pelo qual a sociedade entende a questão ambiental. Por outro lado, as condições objetivas que circundam estes sujeitos também condicionam os resultados das políticas. Deste modo, a partir do reconhecimento da tessitura entre políticas públicas, conjuntura socioeconômica, formação dos técnicos que criam e executam tais políticas e, subjacente a tudo isso, as concepções de sociedade, torna-se necessário compreender o modo de articulação entre os resultados esperados e os reais efeitos destas mesmas políticas.

A chamada “proteção ao meio ambiente” passou a ser responsabilidade do Estado brasileiro desde a promulgação da PNMA. Um de seus princípios é a “ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo” (BRASIL, 1981). A PNMA precede a Constituição Federal de 1988 e dá a esta subsídios para reafirmar o dever do Estado democrático de proteger o meio ambiente e preservar “[este] bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...] para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

A PNMA traz definições para os conceitos de meio ambiente², recursos ambientais, degradação e poluição ambiental, e estabelece as estruturas e os instrumentos através dos quais o Estado cumprirá aquela atribuição. Tais instrumentos de gestão pública devem ser operacionalizados em órgãos específicos, dotados de recursos e normatizações próprios. Por outro lado, esta lei obriga o Estado a fomentar a

¹ A PNMA foi instituída pela Lei N° 6.938 de 31 de agosto de 1981.

² “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981)

participação da sociedade na proteção ao meio ambiente, de acordo com o princípio: “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” (BRASIL, 1981).

Um dos instrumentos de gestão ambiental de uso exclusivo do poder público é o licenciamento ambiental. Sua finalidade é mediar interesses em torno da apropriação da natureza e evitar ou minimizar os impactos ambientais e socioeconômicos causados tanto pela iniciativa privada quanto pelo próprio estado.

O presente trabalho abordará a implementação de um dos principais projetos exigidos como condicionantes de licença ambiental para as atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural: o Projeto de Educação Ambiental (PEA).

Esta modalidade de projeto segue diretrizes pedagógicas³ estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Tais diretrizes preconizam que a construção deste ocorra de forma participativa, permitindo que tanto a equipe executora do programa quanto os sujeitos da ação educativa tomem as decisões relacionadas à sua elaboração. Seu objetivo final é a emancipação destes sujeitos e a sua qualificação para a participação política e controle social. Ainda assim, a exigência de sua execução decorre não de uma demanda destes sujeitos, a quem o projeto se destina, mas de uma política pública elaborada pelo órgão ambiental em seu papel de mediador de interesses entre diferentes atores sociais. Sob a forma de lei, é executado por empresas especializadas e aportam sobre a vida cotidiana das pessoas que “receberão” o projeto. Contradições e conflitos tornam-se explícitos quando esta interação é concretizada.

Em outras palavras, o ato administrativo do licenciamento, ao exigir medidas de mitigação e compensação, institui um conjunto de ações que interferem sobre a vida dos grupos afetados pelo empreendimento. Mesmo que estas ações visem a manter a dinâmica local e minimizar tanto quanto possível as consequências negativas do empreendimento, os sujeitos se apropriam de políticas como esta a partir de suas necessidades, expectativas e valores. Assim, são provocados resultados outros para além dos objetivos previamente estabelecidos. Desta forma, a implementação de uma política

³ “Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural” (IBAMA, 2005).

pública é um encontro, em certa medida imprevisível, entre os que planejam, os que executam e os que se beneficiam da ação.

No estado da Bahia, desde 2006 está em execução o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental com Comunidades da Área de Influência do Projeto Manati (PIPP), no litoral do Baixo Sul e do Recôncavo Baiano. Este Programa integra ações de educação ambiental, em atendimento a condicionantes de licença para a produção e escoamento de gás natural do Campo de Manati, situado em frente ao litoral do Baixo Sul⁴. O objetivo do presente projeto é investigar como os pescadores e marisqueiras do Recôncavo Baiano que participam do PIPP se apropriam deste programa, que repercussões ele vem tendo e que resultados podem ser observados.

A seguir, apresento o objetivo geral e os específicos que guiaram o presente estudo e as justificativas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral:

Conhecer as formas de apropriação, por sujeitos da ação educativa, de projetos de educação ambiental exigidos no âmbito do licenciamento ambiental federal de atividades petrolíferas.

1.1.2 Objetivos específicos:

- Conhecer como os sujeitos da ação educativa do PIPP⁵, no Recôncavo Baiano, entendem este Programa, como se significam enquanto participantes dele e como o integram às suas vidas.

⁴ O Recôncavo Baiano entra no Programa por causa da extensão do empreendimento: a plataforma fica no Campo de Manati, mas o gás é escoado por um duto que atravessa o Baixo Sul, passa pelo Recôncavo e chega à Estação São Francisco, em São Francisco do Conde.

⁵ Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental com Comunidades da Área de Influência do Projeto Manati (PIPP), executado em atendimento a condicionantes exigidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o licenciamento de empreendimentos petrolíferos na Bacia de Camamu, no Estado da Bahia.

- Investigar os efeitos do PIPP sobre a comunidade, verificando a presença tanto de resultados esperados quanto de não previstos.

- Compreender a interação entre os sujeitos da ação educativa e as entidades envolvidas na execução do PIPP.

1.2 JUSTIFICATIVA

Ao aprofundar os conhecimentos sobre resultados de ações de educação ambiental (EA) no licenciamento, a presente pesquisa visa ao fortalecimento e consolidação da sua prática. O licenciamento ambiental é o campo onde a tensão desenvolvimento/sustentabilidade toma lugar dentro da gestão pública. Por isso, deve ser um dos espaços prioritários de participação popular no controle social das políticas públicas ambientais. A Educação no Processo de Gestão Ambiental tem como objetivo qualificar esta participação, principalmente no contexto atual, em que a proteção ao meio-ambiente e às práticas sustentáveis está perdendo terreno para ações governamentais desenvolvimentistas. Assim, pesquisas que fortaleçam a inserção de uma EA Crítica, Transformadora e Emancipatória no contexto do licenciamento ambiental contribuirão para a diminuição das assimetrias de poder nos espaços de decisão da gestão ambiental.

Outro ponto que justifica a realização da presente pesquisa é o fortalecimento da própria Educação no Processo de Gestão Ambiental enquanto vertente da EA. Considerando a existência de diferentes vertentes de EA no Brasil (LOUREIRO, 2004), observa-se que as diferenças fundamentais entre elas residem na interpretação da crise ambiental. A EA Crítica, Transformadora e Emancipatória, em que se baseia a EA para gestão, assume que a crise ambiental está diretamente relacionada às formas de expropriação do trabalho e da natureza, processos constituintes do modo de produção capitalista. Por isso, sua inserção no contexto do licenciamento é coerente com seus objetivos, resultando em uma ação eficaz de participação coletiva.

A importância de aprofundar o conhecimento sobre os resultados das ações de EA no licenciamento reside no fato de que o programa de EA estudado é resultante das políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente e para a promoção da participação social da população na gestão pública. A execução dos programas de EA

requer investimento financeiro por parte da empresa. O valor do recurso alocado no programa não é definido pelo órgão federal licenciador, mas este determina que o recurso seja utilizado desta forma, e não, de outra. Em outras palavras, há uma decisão feita no âmbito da gestão pública de que se invistam recursos em ações de educação ambiental, e é necessário que se conheçam os resultados destes investimentos.

A partir da minha experiência como consultora dentro da CGPEG/DILIC/IBAMA, observei que existem processos avaliativos planejados pelas empresas executoras dos PEAs. Entretanto, geralmente são de caráter quantitativo e não abordam as exigências colocadas pelo órgão ambiental nas Orientações Pedagógicas. Minha vivência corrobora os achados de Mattos (2009), que investigou como os responsáveis por outro PEA realizado como condicionante de licença para atividades petrolíferas planejaram a sua avaliação. Dentre suas conclusões, observei que a avaliação pretendida se limita a constatar se as ações foram ou não realizadas. Por isso a necessidade de qualificar o processo de avaliação, acrescentando aos resultados mapeados pelos indicadores elaborados pela própria empresa um estudo qualitativo acerca de como o PIPP reverbera na vida dos sujeitos. É necessário destacar que, dentro da CGPEG, os procedimentos avaliativos realizados pelos analistas encontram-se em processo de sistematização.

1.2 PERCURSO PESSOAL DE DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A definição da temática e do objeto da presente pesquisa originou-se em minha experiência de trabalho como consultora da CGPEG/DILIC/IBAMA, no Projeto de Acompanhamento do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC)⁶. Este programa é exigido como condicionante de licença para os empreendimentos petrolíferos da Petrobras na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Observando os procedimentos de avaliação do órgão, diversas questões se fizeram presentes. As principais estavam relacionadas com os métodos de avaliação e com a relação entre o que era posto teórica e tecnicamente e o que ocorria na realidade. Destaco que os

⁶ Projeto previsto pelo Termo de Compromisso para Realização do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PEA-BC, publicado no D.O.U. em 29/01/07, assinado pela Petrobras e pelo IBAMA, em que o primeiro se compromete, junto ao segundo, a viabilizar o acompanhamento à execução daquele programa.

procedimentos oficiais se encontram em processo de aprimoramento, para o qual pretendo contribuir com este trabalho.

Inicialmente pensei em realizar um estudo que embasasse a criação de indicadores de avaliação para os PEAs. Entretanto, já havia iniciativas acadêmicas neste sentido, com um aporte maior de recursos. Interessei-me então em investigar a relação entre saber perito e saber leigo, distinção colocada por Uema (2009) em seu trabalho sobre participação no controle social. Saber está relacionado a conhecimento, o que me levou a ampliar a questão e tratar da produção de conhecimento dentro de projetos e programas de EA. Ao pesquisar a interpretação dada ao conhecimento pela tradição do materialismo histórico, da qual tenho me aproximado, encontrei em Vázquez (1990) a associação do conhecimento com a noção de práxis. A partir daí iniciei a delimitação da discussão, do objeto e dos objetivos de pesquisa.

Diante da existência de outros programas e projetos de EA⁷ em andamento, além do PIPP, havia a possibilidade de escolher um deles como objeto de pesquisa. A opção por estudar o PIPP resultou da conjunção de alguns fatores. Foram determinantes as discussões com analistas ambientais da CGPEG sobre os programas e sobre suas demandas em relação à avaliação e acompanhamento. O outro motivo é o fato de o PIPP existir há seis anos e, em uma das regiões onde ele é executado, o Baixo Sul da Bahia, ter se desdobrado na articulação com outros programas específicos para o fortalecimento da pesca artesanal. Além disso, há estudos sobre outros PEAs, mas não sobre a execução do PIPP no Recôncavo Baiano. Por fim, a região abriga minha cidade natal, Salvador. Mesmo desenvolvendo esta pesquisa em uma universidade de outro estado, entendo a importância de contribuir para a construção do conhecimento sobre minha terra de origem.

O objeto da pesquisa está na interseção entre diversas práticas e diversos campos do saber, e por eles precisei transitar para alcançar meu objetivo. Em cada um dos campos que precisei adentrar, foquei no que sabia ser importante para o estudo. Busquei fontes bibliográficas que tratam diretamente das questões que abordei e de seus aspectos que tangenciam ou que possuem interseção com os objetivos da pesquisa. Apresentei pressupostos básicos e definições de cada uma das áreas e práticas e procurei me ater ao essencial. Caso haja lacunas evidentes, devem-se à impossibilidade de aprofundar em

⁷ Também realizados como condicionante de licença para empreendimentos petrolíferos.

todos os campos que compõem este trabalho. Como linha básica que alinhavou as discussões, utilizei a Ecologia Política e seu ferramental de análise.

Foi realizado um estudo de caso em duas das localidades abrangidas pelo Programa. Foram realizadas visitas às localidades e observação da dinâmica local e dos espaços e equipamentos atrelados ao PIPP. Os principais dados coletados foram entrevistas, que apliquei a pescadores artesanais, marisqueiras, membros da diretoria de entidades representativas e funcionárias do Projeto de Monitoramento Pesqueiro⁸.

Por atuar de forma direta na elaboração e verificação do cumprimento das diretrizes para EA que emanam do poder público, dei ênfase à discussão sobre os processos inerentes à gestão ambiental pública. Partindo desta discussão adentro o campo da educação ambiental engendrada na esfera do licenciamento ambiental.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta o cenário em que o objeto de estudo está inserido: a gestão ambiental pública, o licenciamento ambiental de atividades petrolíferas e a pesca artesanal. A apresentação é entremeada à análise crítica de cada uma das áreas que compõem o cenário, consolidando as bases teóricas do estudo.

O segundo capítulo descreve os sujeitos e o objeto da pesquisa. É desenhado um panorama da pesca artesanal no litoral da Bahia, com destaque para o Recôncavo Baiano. Em seguida, apresento a presença da indústria petrolífera nesta região. A segunda parte deste capítulo consiste na descrição do PIPP e sua situação atual.

O terceiro capítulo apresenta o método de investigação utilizado, tanto para a coleta quanto para a análise dos dados. Neste capítulo apresento também a análise das entrevistas.

O quarto e último capítulo traz a síntese dos resultados e as considerações finais.

⁸ Também exigido como condicionantes de licença.

2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL – OS CAMINHOS DA INTERAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL

2.1 GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA COMO PONTO DE PARTIDA

2.1.1 Mediação de conflitos: problematizando as definições oficiais

A promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente atribuiu ao Estado a responsabilidade pela proteção ao meio ambiente, definido como bem de uso comum. O significado de tal responsabilidade, diante do que pode ser exercido na prática, na atual configuração da gestão pública, deve ser discutido a fim de se entender de onde e para onde partem as ações aqui investigadas. O que se chama de gestão ambiental é o processo engendrado dentro do aparelho estatal sob as determinações das políticas públicas ambientais, reguladas por um conjunto de leis, decretos, resoluções e outros documentos legais construídos ao longo da trajetória brasileira de democratização (LIMA, 2011). Este processo se expressa nas decisões tomadas nos níveis de diretoria, ministério, presidência, mas também no trabalho cotidiano dos técnicos ambientais alocados em cada setor de cada órgão ligado ao Sistema Nacional de Meio Ambiente, o SISNAMA⁹. Estes sujeitos e instituições, ao executarem as políticas públicas, põem em prática ações de proteção ambiental (por exemplo: a fiscalização de ações que interferem sobre os recursos ambientais; a exigência de condicionantes atrelada à emissão de uma licença) que, por sua vez, de forma dialética, demandam à gestão ambiental que solucione os conflitos colocados, utilizando os recursos disponíveis, ou buscando novos possíveis.

De acordo com Quintas (2006),

Gestão ambiental, portanto, é vista aqui como o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. (p. 30).

⁹Instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente, composto por todos os órgãos de gestão ambiental nos níveis municipal, estadual e federal.

Esta definição, como colocam Saisse e Loureiro (2012), é a apresentação simplificada do que foi construído dentro do órgão ambiental quando da reforma institucional do IBAMA promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1992. Mediada pela consultoria PriceWaterhouse/Geotécnica, contratada com o objetivo de elaborar um plano de fortalecimento institucional do IBAMA (SAISSE; LOUREIRO, 2012), foi realizada uma reforma que teve como um dos resultados a elaboração do conceito de gestão ambiental adotado pelo órgão:

Mediação de interesses e conflitos entre atores sociais atuantes sobre a problemática ambiental – conjunto de problemas ambientais que são percebidos a cada momento pela sociedade. Esse processo de mediação continuamente redefine a forma como os atores, através de suas atividades, afetam o meio ambiente e como se distribuem na sociedade, os custos e benefícios decorrentes da ação. (PRICEWATERHOUSE, 1992, p. 2, *apud* SAISSE; LOUREIRO, 2012, p. 14)

Tal definição, entretanto, não é suficiente para a compreensão dos desafios e contradições inerentes ao processo. Faz-se necessário discutir quais são estes conflitos, quem são os atores envolvidos, de onde os conflitos surgem, como eles são reconhecidos. Assim, apresento a contribuição, desenvolvida no âmbito da Ecologia Política, acerca dos conflitos ambientais, por verificar a utilidade desta abordagem à compreensão do que é manifesto e do que é silenciado em torno da questão ambiental.

A Ecologia Política coloca como eixo de análise da questão socioambiental as relações políticas que mediam a interação entre a sociedade e a natureza (ALIMONDA, 2002). Assumindo que as relações de poder entre os grupos sociais são assimétricas, ou seja, que há grupos dominantes e dominados, e que isto determina a forma como tais grupos irão se apropriar dos recursos naturais, ou impedir os outros de seu uso, a Ecologia Política prioriza o aspecto socioeconômico na bandeira de defesa do meio ambiente (ALIMONDA, 2002).

Esto es así precisamente porque la particularidad de la ecología de la especie humana es que sus relaciones con la naturaleza están mediatizadas por formas de organización social, que reposan en dispositivos políticos para asegurar su consenso y su reproducción. (ALIMONDA, 2002, p. 7)

O principal fenômeno abordado pela Ecologia Política são os conflitos ambientais, que ocorrem quando há interesses divergentes em torno de um mesmo recurso natural (ACSELRAD, 2004). De acordo com Acselrad (2004), “os conflitos ambientais deverão ser analisados [...] simultaneamente nos espaços de apropriação

material e simbólica dos recursos do território.” (p. 23). O conflito ambiental ocorre no âmbito das “práticas espaciais materiais” (p. 24), com a entrada de novas práticas prejudiciais às já existentes em um determinado território. Envolvem a disputa por sentidos (por exemplo, os significados de eficiência e competitividade) entre atores que dispõem de diferentes modos de “apropriação, uso e significação do território” (p. 26), sendo que as ações de um deles interferem sobre a durabilidade da reprodução das práticas de outro(s).

Os conflitos ambientais constituem uma das expressões do modo de produção capitalista, pois, em sua grande maioria, são protagonizados por grupos sociais portadores de diferenças de poder abissais, em que os detentores das formas de exercício do poder buscam impor sobre os outros a manutenção de um modelo de desenvolvimento hegemônico. Em última instância, manter as condições de reprodução de classe e, conseqüentemente, de dominação histórica entre grupos sociais.

Ao contextualizar sua discussão sobre os conflitos ambientais, Acselrad (2004) defende que os modelos de desenvolvimento são constituídos pela articulação entre as três formas de apropriação do mundo material: 1. Apropriação *técnica* (produz sua transformação); 2. Apropriação *social* (“diferenciação social dos indivíduos” através da distribuição desigual); 3. Apropriação *cultural* (atribuição de significados). Nesta interface, as formas técnicas de apropriação são condicionadas pelas outras duas (social e cultural), já que, a depender dos significados atribuídos ao mundo, as formas técnicas serão de um tipo ou de outro. Os significados, por sua vez, estão atrelados às estruturas de poder. Acselrad trata desta questão utilizando a noção de campo elaborada por Bourdieu, que torna clara a dinâmica das disputas por capital simbólico e material.

Segundo Acselrad (2004), os campos são espaços sociais compostos por diferenciações que provocam tensões pelo poder entre os atores, e são construídos por estes historicamente, em uma luta constante pela distribuição do poder e pela valorização/desvalorização dos diferentes tipos de capital, através das mudanças nas estruturas tanto “objetivas” quanto “subjetivas” (simbólicas). O campo ambiental, explicado desta forma, é também um espaço de disputas por significados, que legitimarão ou deslegitimarão as diferentes formas de distribuição dos recursos. A própria definição de “meio ambiente” existe no meio de batalhas, conforme explica Acselrad (2004):

Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica. (p. 19)

O surgimento da noção de “meio ambiente” reconfigurou o campo das apropriações sobre o mundo material, pois introduziu novas significações a este, modificando a forma como as disputas pela reestruturação da distribuição do poder ocorrem. Porém, como vimos acima, a própria noção também é campo de disputa, justamente por versar sobre aquela apropriação. A definição legitimada de meio ambiente será um dos determinantes sobre como o território, os recursos naturais serão distribuídos e utilizados.

No modelo de desenvolvimento vigente, a questão ambiental é, como afirma Acsehrad (2004), um argumento que propõe justificações e explicações, colocando-se causas parciais como universais, impondo-se o projeto de um (ou alguns) grupo (s) a todos os outros, instaurando o pressuposto de que todos têm os mesmos interesses. É aí que ocorrem as disputas por “legitimidade dos discursos”, para ver quem consegue universalizar as justificações. Tal disputa simbólica, por sua vez, é empenhada por causa da disputa por capital, ou seja, distribuição de poder, dentro do campo ambiental.

Para que se reconheça a existência de um dado conflito ambiental, é preciso observar que sujeitos fazem uso de determinado recurso ambiental, o quanto uma das práticas impede a reprodução social do outro, qual a constituição histórica de apropriação deste recurso e quais as justificativas presentes nos discursos dos envolvidos. A reivindicação por direito ao uso nem sempre é possível, dado o desnível de apropriação dos meios de controle simbólico e de expressão entre os sujeitos envolvidos. Aqueles que têm seus meios de reprodução social impedidos de se realizarem, em um processo de conflito ambiental, geralmente têm acesso limitado às formas de expressão e de alcance dos direitos. Assim, o conflito propriamente dito não necessariamente implica em embate direto, mas no reconhecimento (ao qual os gestores ambientais devem estar atentos) da sobreposição de práticas incompatíveis sobre o mesmo espaço e recurso natural.

O processo da gestão ambiental, por sua vez, não se dá de forma neutra, pois qualquer decisão que o Estado tome beneficia alguns e prejudica outros, ou seja, distribui benefícios e custos para atores diferentes (QUINTAS, 2009). As decisões relacionadas à apropriação dos recursos naturais envolvem uma conjunção de vetores

políticos, econômicos e culturais. Tais vetores, de forma estrutural ou conjuntural, “induzem a maioria das condutas individuais frente à natureza e condicionam a existência ou inexistência de danos e riscos ambientais” (QUINTAS, 2009, p. 46).

Encontramos em Lima (2011) uma revisão de trabalhos sobre gestão ambiental, tratando da sua institucionalização recente e discutindo os resultados alcançados até o presente momento. O autor observa que, apesar de alguns avanços, os objetivos constitucionais de proteção ao meio ambiente para garantir condições dignas de vida ainda não foram atingidos, e discute as possíveis falhas e dificuldades sofridas pela gestão ambiental.

O primeiro motivo para o insucesso das políticas ambientais, encontrado pelo autor na literatura, foi a “a falta histórica de prioridade política da questão ambiental no Brasil” (LIMA, 2011, p. 126), desde a chegada dos portugueses até o momento atual, intensificando-se nos governos que implementaram (e vêm implementando) políticas desenvolvimentistas. É apontado o avanço da legislação ambiental atual, em sentido oposto ao seu escasso cumprimento.

Em seguida, destaca-se como limitação estrutural à efetividade da gestão ambiental pública,

a falta de integração e coordenação de políticas setoriais que impactam o ambiente, como é o caso das políticas de energia, de agricultura, de transportes, de ciência e tecnologia, de indústria e mineração, entre outras. Ou seja, não há um planejamento e uma ação integrada entre as diversas instâncias de governo ou mesmo externas ao governo que, direta ou indiretamente, afetam o meio ambiente natural ou construído. (LIMA, 2011, p. 127)

De acordo com a revisão (LIMA, 2011), esta falha é interpretada como decorrente de uma visão reducionista acerca da questão ambiental. Porém, seguindo o argumento de Acsehrad (2004), entendo que a gestão ambiental pública também é um campo de disputas em torno dos sentidos e usos do que se denomina de meio ambiente. A construção destes sentidos é orientada por pautas originadas em outros campos, que não o da proteção ambiental. Assim, a gestão ambiental pública é dotada de caráter contraditório, por ter como objetivo a salvaguarda dos recursos naturais para garantir uma vida digna para a coletividade, em um contexto de políticas públicas onde tais recursos são destinados para outros usos, que não o uso comum. Entendo como contradição, pois é inerente à constituição das políticas públicas, onde diferentes interesses são tensionados nos diversos níveis da gestão pública. Desta forma, a citação

anterior se concretiza nas políticas desenvolvimentistas que acabam promovendo o conflito ambiental.

2.1.2 IBAMA: seu histórico e suas atribuições

O objeto da presente pesquisa foi construído a partir da existência de um programa de educação ambiental cuja realização decorre de uma imposição legal feita pelo IBAMA, relacionada ao processo de licenciamento. Por conseguinte, faz-se necessário, para a análise aqui proposta, uma breve discussão acerca do histórico deste órgão e de seu papel na gestão pública ambiental brasileira. Vale salientar que o contexto em que aquela imposição se insere possui como especificidade pertencer ao âmbito do licenciamento ambiental das atividades petrolíferas em águas marítimas, o que lhe confere distinções em relação a outras ações semelhantes.

O IBAMA tem como atribuição a execução da política ambiental federal, cuja formulação é de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, ao qual está vinculado. Isto implica em uma relação vertical entre as duas instituições, emanando do MMA as diretrizes de ação, recebidas pelo IBAMA, ao qual cabe a execução de tarefas. Entretanto, o IBAMA, em sua origem, constitui-se enquanto órgão autônomo, criado no ano de 1989, pela Lei N° 7.735, com o objetivo de integrar a gestão ambiental pública federal, antes pulverizada por quatro órgãos¹⁰ (www.ibama.gov.br; SAISSE; LOUREIRO, 2012).

Tal atribuição dura pouco tempo, pois, um ano após sua criação, é instituída a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA), com funções ministeriais semelhantes às exercidas atualmente pelo MMA, e à qual o IBAMA passa a se vincular. Em 1992, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Eco 92, é criado o Ministério do Meio Ambiente, em substituição à SEMA, elevando a gestão ambiental ao nível exigido naquele momento pelos acordos internacionais em curso. O IBAMA passa a se vincular a este ministério.

¹⁰ Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência de Pesca (Sudepe) e a Superintendência da Borracha (Sudhevea). Estes órgãos exerciam a gestão de recursos naturais com objetivo desenvolvimentista, e não propriamente de proteção ao meio ambiente.

Em 2007, através da Lei Nº 11.516 de 2007, é promovida uma reforma que retira de sua competência a gestão das unidades de conservação¹¹, e um novo órgão é criado para assumir tal atribuição, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Assim, as funções do IBAMA seguem a redação do seguinte artigo da lei supracitada:

Art. 5º O art. 2º da Lei no 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 2º É criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de: I – exercer o poder de polícia ambiental; II – executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e III – executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente. (BRASIL, 2007)

No que tange à execução de ações de educação ambiental, foco da presente pesquisa, podemos considerar que o órgão executor segue caminho diverso do ministério, revelando, mais que heterogeneidade, conflitos e disputas dentro do sistema governamental. Saisse e Loureiro (2012), ao traçar o percurso da educação ambiental no âmbito da gestão pública, revelam o início da construção de propostas de educação ambiental com viés político, em busca da promoção à participação social, já dentro da SEMA, em 1984, quando a abertura política no país foi iniciada, após o fim da ditadura. Porém, como afirmam os autores, “a perspectiva de educação como ação política foi secundarizada naquele momento, mas a concepção de educação ambiental foi ampliada com noções de participação e qualidade de vida.” (SAISSE; LOUREIRO, 2012, p. 4)

Ao desvelar a consolidação da EA dentro da gestão pública, os autores demonstram como o IBAMA, desde sua criação em 1992, retoma e encampa a proposta de uma EA voltada para a qualificação da participação social. De acordo com Saisse e Loureiro (2012), a construção de diretrizes para uma educação ambiental voltada para a gestão ambiental, ou seja, de caráter político, foi priorizada dentro do IBAMA, nas diferentes estruturas pelas quais o órgão passou. A construção desta proposta foi, ao longo da sua trajetória, conjugada ao fortalecimento técnico e identitário dos servidores ligados ao órgão ambiental, através da realização de seminários e cursos.

¹¹ Regulamentada pela Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000, conhecida como Lei do SNUC, ou do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

No âmbito do licenciamento ambiental, a coordenação relacionada a atividades petrolíferas vem criando, desde seu início, espaços para a formulação de diretrizes que obriguem as empresas a executarem projetos de educação ambiental, exigidos como condicionante de licença, coerentes com todo aquele percurso trilhado dentro do IBAMA. Colaborava intensivamente com a elaboração das condicionantes socioeconômicas para atividades petrolíferas a extinta Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM). Esta coordenação organizava, elaborava diretrizes, planejava, monitorava, e avaliava todas as ações de EA realizadas no âmbito do IBAMA. Na reformulação deste órgão, mencionada anteriormente, a CGEAM foi extinta, e seus funcionários e recursos foram realocados para outras coordenações. Isto significou o enfraquecimento e desarticulação do exercício da EA dentro do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), conseqüentemente, dentro do Estado brasileiro.

2.1.3 Licenciamento ambiental de petróleo e gás natural: procedimentos legais e desafios práticos

A PNMA estabelece uma série de instrumentos para a efetivação da gestão ambiental. Um dos instrumentos de uso exclusivo do poder público é o licenciamento ambiental¹². Considerando a discussão acima, avancemos para a explanação sobre o licenciamento, mais especificamente aquele que regula as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, em cujo âmbito está o objeto da presente investigação.

O licenciamento ambiental atua na mediação da relação entre atividades humanas, geralmente voltadas ao ganho econômico e que causem ou possam causar degradação ambiental, e a preservação do meio ambiente, garantindo seu uso coletivo. Como bem sintetizado por Anello (2009),

A licença e o processo de licenciamento são instrumentos de gestão ambiental pública que autorizam e regulam a privatização do uso dos bens ambientais, que podem ser um recurso específico ou um processo ecológico,

¹² Instituído pelo Artigo 10º da PNMA: “A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.” Suas normas e processos básicos estão estabelecidos pelas Resoluções CONAMA nº 001/86, nº 09/87 e nº 237/97.

como um mineral potencial energético ou a navegabilidade de um rio e a proteção de uma enseada ou estuário. (p.83)

Através do licenciamento, o órgão ambiental competente (municipal, estadual ou federal, a depender do tipo e localização da atividade a ser licenciada) impõe *condicionantes* à realização de determinado empreendimento. As condicionantes consistem em medidas a serem obrigatoriamente adotadas pelo empreendedor, a fim de reduzir, evitar ou compensar¹³ impactos ambientais e sociais provocados pelo empreendimento em questão, permitindo que este seja realizado, porém de forma controlada pelo Estado.

A PNMA também institui como instrumento de gestão ambiental, em seu Artigo 9º, a realização de *avaliações de impacto ambiental*¹⁴, sendo a mais completa o *estudo de impacto ambiental (EIA)*¹⁵. A avaliação tem o propósito de fornecer subsídios técnico-científicos às decisões acerca da concessão ou não da licença e das condicionantes exigidas. Sua abrangência se estende pela avaliação dos impactos da instalação e operação do empreendimento sobre os meios físico, biótico e socioeconômico. Devem ser definidos, assim, os limites da área geográfica impactada, denominada *área de influência*¹⁶ do projeto. Além disso, o EIA deve apresentar a justificativa para a localização do empreendimento e para as tecnologias adotadas, em comparação com alternativas levantadas no próprio estudo. Até o presente momento, os estudos são elaborados pela empresa que solicita a licença, e é submetido à análise do órgão ambiental licenciador.

De forma sucinta, o processo do licenciamento segue as etapas abaixo (CONAMA, 1997):

1. A empresa comunica ao órgão ambiental competente que irá requerer uma licença ambiental para a realização de determinado empreendimento, e para isso inicia solicitando um termo de referência (TR). Apresenta também o memorial descritivo do empreendimento. O órgão ambiental emite o TR, documento que elenca todos os itens

¹³As medidas de redução de impactos são chamadas tecnicamente de medidas mitigatórias, ou de mitigação. Já em relação aos impactos para os quais não há possibilidade de redução, são exigidas medidas de compensação, que visam à reposição do prejuízo causado pelo empreendimento.

¹⁴ “Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: III - a avaliação de impactos ambientais”

¹⁵ Resolução CONAMA No 001, de 23 de janeiro de 1986:

¹⁶Área de Influência (AI) é a área geográfica afetada pelos impactos decorrentes de determinados empreendimentos. Os critérios atuais para definição da AI de empreendimentos petrolíferos foram estabelecidos pela Nota Técnica 03/09 (IBAMA, 2009).

que deverão obrigatoriamente constar do EIA e demais documentos que a empresa deverá apresentar.

2. A empresa elabora o EIA e entrega ao órgão ambiental, juntamente com o requerimento de licença.
3. O EIA é encaminhado para consultas por outros órgãos governamentais e não governamentais (órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, conselhos gestores de unidades de conservação, FUNAI, INCRA, Fundação Palmares, associações de moradores etc.).
4. Realização de audiência pública convocada pelo órgão ambiental, podendo ser convocada outras vezes pela população interessada.
5. Emissão de Parecer Técnico (PT): após a análise do EIA, o recebimento das respostas dos órgãos consultados sobre o mesmo e realização da(s) audiência(s) pública(s), o órgão ambiental verifica a necessidade de complementações ou esclarecimentos e emite um PT solicitando-os.
6. As complementações são analisadas e o EIA pode ser aprovado.
7. O órgão ambiental emite o PT final conclusivo, recomendando, de forma embasada, a emissão ou não da licença, cuja decisão fica a cargo do presidente do órgão. Caso concorde, a licença ambiental é concedida ao empreendimento, e no mesmo documento são estabelecidas as condicionantes ambientais que a empresa deve cumprir para manter a obtenção da licença e conseguir as próximas, quando necessário.
8. O órgão ambiental acompanha o cumprimento das condicionantes ao longo de toda a vida útil do empreendimento.

A mesma Resolução CONAMA (1997) divide a licença ambiental em três tipos, concedidas para cada fase do empreendimento:

Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I – Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II – Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III – Licença de Operação (LO) – autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Atualmente, uma das principais atividades econômicas exercidas no Brasil é a exploração e produção de petróleo e gás natural¹⁷, utilizados como fonte de energia e como matéria prima para uma ampla gama de bens em circulação dentro e fora do país. Até o ano de 1997, apenas à Petrobras (empresa brasileira fundada em 1953) era permitida a realização desta atividade, além do “refino, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural” (www.anp.gov.br) em território nacional. Naquele ano foi promulgada a Lei 9.478/97, chamada Lei do Petróleo, quebrando o monopólio da Petrobras, permitindo a entrada de outras empresas, inclusive estrangeiras, no setor.

Devido ao seu caráter poluidor, tanto efetivo quanto potencial, as atividades petrolíferas devem passar pelo processo de licenciamento e cumprir exigências que deem conta da mitigação e/ou compensação dos impactos que provoca¹⁸. A Resolução CONAMA No 237/97 determina que o órgão responsável pelo licenciamento desta atividade (quando ocorre na plataforma continental e mar territorial, ou seja, em águas marítimas brasileiras) seja o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)¹⁹. Além dos três tipos de licença descritos acima, as seguintes licenças são específicas para a atividade petrolífera:

- Licença de Pesquisa Sísmica (LPS): concedida para atividades de aquisição de dados sísmicos marítimos e em zona de transição (CONAMA 350/04);
- Licença Prévia de Perfuração (LPPer): concedida para perfuração exploratória de poços (CONAMA 23/94).

¹⁷ A partir daqui, chamaremos o conjunto das atividades de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás natural de, simplesmente, atividade petrolífera.

¹⁸ As Resoluções CONAMA que regulam o licenciamento da atividade petrolífera são a nº 23/94 e a nº 350/04, além da nº 001/86, nº 09/87 e nº 237/97, mencionadas anteriormente.

¹⁹ A quebra do monopólio da Petrobras sobre a exploração e produção de petróleo e gás natural gerou a demanda por uma unidade específica para o licenciamento destas atividades, dentro do IBAMA. Assim, foi criado o Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear (ELPN) (WALTER et al., 2004). Em 2006, o ELPN foi substituído pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG), subordinada à Diretoria de Licenciamento Ambiental atual responsável pelo licenciamento de atividades petrolíferas *offshore*.

Para conceder as licenças às atividades petrolíferas, este órgão vem estabelecendo uma série de condicionantes, baseadas tanto na legislação quanto na experiência acumulada por seus técnicos de verificação dos impactos sobre o meio natural e o meio socioeconômico. As condicionantes exigidas são atendidas por meio de projetos que o empreendedor deve elaborar e executar de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo órgão licenciador, após submeter à análise e aprovação deste.

A exigência de elaboração e execução de medidas de redução dos impactos voltadas diretamente para o meio socioeconômico deriva de um conjunto de leis e de princípios que configuram a compreensão acerca da proteção ambiental enquanto, por um lado, proteção à manutenção das populações humanas, e por outro, pela necessidade do envolvimento destas mesmas populações na proteção ambiental. Ao estabelecer o meio ambiente como algo a ser submetido ao uso coletivo, ao uso da sociedade, com qualidade suficiente para garantir a manutenção da vida, a PNMA institui legalmente a interação entre a sociedade e a natureza. Desta forma, a CGPEG possui um quadro padronizado de condicionantes socioeconômicas²⁰ que vêm sendo exigidas no processo de licenciamento das atividades petrolíferas.

O presente trabalho abordará a implementação de um dos principais projetos voltados para o meio socioeconômico, exigidos como condicionantes de licença ambiental para as atividades petrolíferas: o Projeto de Educação Ambiental – PEA.

Antes de adentrar as diretrizes e pressupostos subjacentes aos PEAs, faz-se necessário expor a interação entre a pesca artesanal e a atividade petrolífera, para que se compreendam quais motivações levaram ao desenho das medidas mitigadoras que debato no presente trabalho. Para tanto, é feita uma breve discussão acerca da definição de pesca artesanal e sobre sua inserção numa sociedade organizada sob o modo de produção capitalista, para então serem apresentados os impactos que a atividade petrolífera lhe impõe.

²⁰ Os projetos que vêm sendo comumente exigidos são: Projeto de Educação Ambiental; Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP); Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT); Projeto de Comunicação Social (PCS); Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro (PMDP) Projeto de Caracterização Regional (PCR)

2.2 PESCA ARTESANAL: ESPECIFICIDADES NA INTERAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA

2.2.1 Definindo uma atividade produtiva

A presente pesquisa se debruça sobre os sujeitos da ação educativa do PIPP, a quem este programa se dirige para compensar e mitigar impactos da cadeia produtiva do petróleo sobre a atividade produtiva que exercem: a pesca artesanal. Faz-se necessário apresentar a definição que será aqui utilizada para este tipo de atividade e qual tem sido a definição aplicada ao PIPP. A pesca artesanal se desenvolve ao longo de toda a costa brasileira, e é responsável por uma porcentagem significativa do abastecimento de pescado para o país desde seu início. Entretanto, estudos sobre sua dinâmica e sua organização são recentes (DIEGUES, 1995), apesar da necessidade de se compreender suas peculiaridades e sua complexidade enquanto atividade produtiva extrativista em um cenário de transformações econômicas históricas em direção à diversificação dos setores produtivos e da combinação entre formas distintas de produção, capitalistas e pré-capitalistas (DIEGUES, 1983). Esta atividade possui pontos em comum nos diferentes contextos em que ocorre, ao longo do litoral, o que permite categorizá-la sob uma mesma definição, o que não significa que tal categorização é simples ou estática.

A existência de medidas compensatórias e mitigadoras para os impactos sobre o meio socioeconômico provocado por grandes empreendimentos constitui-se em atos ligados às políticas públicas voltadas para a preservação ambiental, incluindo aí a garantia da qualidade de vida digna (em conformidade com a PNMA). Tais medidas terão beneficiários, ou seja, grupos sociais, o que implica em uma definição precisa destes, para que sejam alcançados os sujeitos que realmente precisam destas medidas e que a sua finalidade seja alcançada satisfatoriamente para o conjunto da sociedade. No caso dos pescadores artesanais, principal grupo impactado pela indústria petrolífera e por isto sujeitos prioritários daquelas medidas, sua definição pode se mostrar uma empreitada complexa, se considerarmos a complexidade das relações entre a cadeia produtiva da pesca e as múltiplas formas de integração ao mercado (WALTER, 2010) e as relações culturais entre este grupo e a sociedade onde está inserida (DIEGUES & ARRUDA, 2001). A categorização não é simples, e precisa ser validada a cada implementação de ações.

Quando do início do PIPP, no ano de 2006, a atividade pesqueira era regulada legalmente pelo Decreto-Lei No. 221, de 28 de fevereiro de 1967²¹. Nos artigos que trazem as definições dos objetos deste Decreto-Lei, era apresentada a diferenciação entre pesca comercial, desportiva ou científica e entre pescador profissional e amador, e não havia menção ao pescador artesanal. Entretanto, a existência de estudos acadêmicos que vinham sendo realizados por pesquisadores brasileiros desde a década de 1950 (Diegues, 1995), demonstrava que os pescadores artesanais constituíam um grupo social merecedor de atenção e compreensão sobre suas delimitações, sua dinâmica, e seu papel dentro da sociedade brasileira. Assim, à época do PIPP, apesar da carência de definições legais para a pesca artesanal, já havia sido publicado o clássico estudo de Diegues (1983) sobre a dinâmica pesqueira no litoral sudeste do país, oferecendo uma análise sobre a atividade pesqueira baseada nas relações sociais nela implicadas.

Dentre seus resultados, o estudo apresenta um ensaio de classificação dos tipos de atividade pesqueira, contribuindo para a compreensão do grupo constituído pelo que se conhece como “pescadores artesanais”, e para a implementação de políticas públicas voltadas para estes. O autor faz a ressalva de que tal classificação, ou tipologia, foi construída a partir do estudo realizado no litoral sudeste brasileiro, porém verifica-se que tal tipologia mostra-se aplicável à realidade pesqueira do país, inclusive da região aqui estudada. O autor, baseando-se na finalidade do pescado enquanto valor de uso ou de troca, e na organização social que estrutura a produção, divide entre três formas de prática da pesca:

“a) produção pesqueira de auto-subsistência ou primitiva; b) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil; c) a produção pesqueira capitalista

“No interior da pequena produção mercantil identificamos ainda duas subformas: a) a pequena produção familiar dos pescadores-lavradores, e b) a pequena produção dos pescadores artesanais.” (p. 148)

Os sujeitos do presente estudo praticam a pequena produção mercantil e podem ser categorizados como pescadores artesanais. O pescado tem valor de troca, ou seja, serve não somente para o consumo do próprio pescador, mas como produto a ser comercializado. Segundo o autor (Diegues, 1983), a principal diferença entre estas duas “subformas” é o fato de que, no primeiro, a pesca ocorre como atividade complementar

²¹ Este Decreto-Lei trazia a definição de pesca, definição mantida na nova legislação, e demais regramentos.

à produção agrícola (também de pequena escala) e basicamente em uma unidade familiar, ou seja, os membros de uma mesma família trabalham juntos, seja no trato da terra, seja na pesca. A propriedade da embarcação e dos petrechos, inclusive, é familiar.

No caso dos pescadores artesanais, a atividade pesqueira é a principal fonte de renda, e isto aumenta a complexidade das relações entre os trabalhadores, o conhecimento sobre o mar e o pescado, a propriedade e o aprimoramento tecnológico dos meios de produção e a relação com o mercado. Os trabalhadores já não são membros da mesma família, e a embarcação e petrechos são de propriedade individual. Outra diferença entre os dois subtipos se refere ao local onde a atividade é exercida. Os pescadores-lavradores concentram-se nos rios e estuários; já os pescadores artesanais trabalham nas áreas costeiras, mais afastadas da terra.

O autor conclui apontando os fatores em comum que fazem com que estas duas formas de existência da atividade pesqueira se aglutinem como subtipos de uma mesma categoria:

“No entanto, o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-à-vis* ao intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui sua profissão), são elementos que caracterizam ainda a pequena produção mercantil.” (p. 155)

O estudo de Diegues forneceu subsídios às definições das diferentes formas de exercício da atividade pesqueira adotadas pela publicação GEO Brasil, que versou sobre o estado dos recursos pesqueiros no país. Enquanto publicação produzida pelo IBAMA, o GEO Brasil balizou a forma de definir a pesca artesanal utilizada dentro do licenciamento ambiental das atividades petrolíferas, na elaboração das medidas mitigadoras e compensatórias. Em 2005, o ELPN/IBAMA publica a Informação Técnica que apresenta as diretrizes para a execução de Planos de Compensação da Atividade Pesqueira²², em que a definição de pesca artesanal é um dos instrumentos fundamentais para o seu sucesso enquanto medida compensatória de impactos ambientais da indústria petrolífera. Sua compreensão sobre a pesca artesanal aborda de forma mais aprofundada os prejuízos que tal atividade sofre com a implantação da indústria petrolífera no espaço marinho, e que refletem em toda a organização de um grupo social, quiçá de toda a sociedade.

²² Uma das medidas compensatórias exigidas como condicionantes de licença ambiental.

A IT 004/05 (IBAMA,2005) complementa a definição de pesca artesanal apresentada acima com a contribuição de outros autores:

A pesca artesanal se destaca como uma grande fornecedora de proteína de ótima qualidade para as populações locais, é multiespecífica, utiliza grande variedade de aparelhos e, em geral, a maioria das embarcações não é motorizada. O pescador artesanal exerce sua atividade de maneira individual, em pares ou em pequenos grupos de quatro a seis indivíduos e está sob o efeito de pressões econômicas que governam sua estratégia de pesca, selecionando os peixes de maior valor. Sua relação com o mercado é caracterizada pela presença de intermediários (BAYLEY & PETRERE, 1989; PETRERE, 1989; FISCHER et al., 1992; DIEGUES, 1993). A relação de trabalho parte de um processo baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança e tem como fundamento o fato de que os produtores são proprietários do seu meio de produção (DIEGUES, 1983). (IBAMA, 2005, p. 5)

Em 2009, foi promulgada a Lei Nº 11.959, conhecida como Lei da Pesca, que traz, finalmente, a distinção legal entre pesca industrial e artesanal, e faz a diferenciação entre as duas. Verifica-se que nesta classificação são incorporados fatores relacionados à organização social da atividade, para distinguir entre artesanal e industrial, revelando a clara contribuição dos estudos de Diegues (1983; 1995):

“Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial; (...)”

Definir pesca artesanal nos obriga a abordar sua existência enquanto atividade com características específicas, que a distinguem de outros tipos de atividade produtiva. Diegues (1983), ao apresentar os impactos sofridos pela pesca artesanal com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, caracteriza a pesca artesanal enquanto atividade pré-capitalista, e discute as relações entre esta e o sistema maior onde está inserida. Apresentamos esta discussão a seguir.

Segundo Diegues (1983), a pesca artesanal foi extremamente impactada pelo crescimento do modo capitalista de produção. Os principais fatores foram o aumento intenso do esforço de pesca, possibilitado pelo desenvolvimento de tecnologias de captura, e a poluição industrial. O autor defende que as causas são provenientes da

forma de organização social, e não do avanço tecnológico *per si*, afirmando que a racionalidade de certa organização social é o que a leva a formas predatórias – ou não predatórias, “que lhes permitem se reproduzir sem destruir irremediavelmente o meio ambiente” (DIEGUES, 1983, p. 84) – de exploração dos recursos renováveis. A racionalidade é determinada pela forma de produção de uma sociedade. Assim, os recursos pesqueiros são explorados de forma diferenciada pelos pescadores artesanais, cujo objetivo da atividade produtiva é o sustento próprio, e o pescador capitalista, cuja atividade de exploração do pescado tem seu ritmo pautado pela obtenção de lucro.

Por outro lado,

A produção pesqueira, dado o seu caráter aleatório e sobretudo predatório, constitui um locus ideal para essa reflexão [sobre a relação homem-natureza]. Mais do que qualquer outra atividade produtiva, a pesca se realiza dentro de processos de trabalho profundamente influenciados pelo tipo de recursos a serem explorados. (p. 87)

O autor, então, conduz a discussão, chamemos de ambientalista, a partir do diálogo com Marx sobre a relação sociedade-natureza. Para tanto, se vale da noção de metabolismo sociedade-natureza, a partir do entendimento de que natureza é independente, da qual o ser humano é parte, relacionando-se com ela através do trabalho. Ou seja, o metabolismo é possibilitado pelo trabalho.

A reflexão elaborada por Marx (1996), em sua obra “O Capital”, e retomada por Foster (2002) acerca do trabalho como mediador da relação sociedade-natureza, no processo que ele chama de “metabolismo”, vincula-se à reflexão aqui desenvolvida. O metabolismo entre homem e natureza (nos termos colocados pelo autor) corresponde à transformação desta em objetos que satisfaçam suas necessidades, e, de forma dialética, o homem (ou a sociedade, como tratamos aqui) passa por processos de transformação, ao tempo em que transforma a natureza por meio de seu trabalho.

Diegues (1983) aponta que Marx não aprofundou sua análise sobre a relação sociedade-natureza, pois seu objeto de estudo eram as relações de produção no mundo capitalista industrial, em que os elementos naturais entram já transformados por um trabalho prévio. Uma análise mais aprofundada seria útil para a atividade pesqueira, em que a relação com os recursos naturais é direta e determinante. De acordo com aquele autor, Marx apenas afirma que a pesca também precisa do trabalho como mediador para obter o “objeto de trabalho”, ou os recursos para sua subsistência, “uma vez que este é o único criador de riqueza” (DIEGUES, 1983, p. 91).

Diegues (1983) traz ainda a reflexão sobre a forma como a dinâmica dos ecossistemas, ou objetos de trabalho, determina a reprodução social, para além do que traz a teoria marxista. E, por outro lado, a racionalidade de cada sociedade determina a forma como esta irá lidar com os recursos naturais. Assim, a reprodução social depende da reprodução natural dos estoques pesqueiros, cujo manejo é, de forma dialética, determinado pela racionalidade da sociedade que os domina.

O conhecimento do pescador em relação à sua atividade corre riscos de desaparecer com o avançar do capitalismo sobre o setor. Sobre esta questão, Diegues (1983) remete às reverberações da pesca industrial, mas lança luz à questão dos conflitos ambientais envolvendo a pesca artesanal (e atividades capitalistas):

À medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Instala-se o comportamento de rapina; os recursos são vistos como limitados, e o sucesso da pescaria depende da pressa com que se processa a captura. Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, já invadidas, os pescadores locais lançar-se-ão também na pesca predatória. Rompe-se a solidariedade grupal e o resultado final é o abandono puro e simples da pequena pesca que já não permite nem a produção dos meios de subsistência nem a transformação dos pequenos pescadores em proletários do mar que passam a participar diretamente na pilhagem dos oceanos.

A dinâmica do capital leva não somente à exploração dos trabalhadores do mar, mas também ao desrespeito das leis que regulam o metabolismo da natureza. (p. 102)

Considerando a diferenciação exposta entre a pesca artesanal, enquanto atividade pré-capitalista, e as atividades regidas pelo modo capitalista de produção, e considerando que os termos *comunidades* ou *sociedades tradicionais* geralmente são utilizados quando aquela diferenciação é alvo de debates ou de formulação de políticas, apresento a seguir, de forma breve, a discussão realizada por Diegues e Arruda (2001), em publicação direcionada à formulação de políticas para conservação da biodiversidade. Entendo a complexidade do tema, e não pretendo percorrer todos os debates que provoca. Os autores escolhidos trazem uma contribuição específica à gestão ambiental pública, por isso seu trabalho se mostrou útil à compreensão dos fenômenos aqui investigados.

Ao tentar definir o que são *comunidades*, *povos* ou *sociedades tradicionais*, os autores mencionam as dificuldades e ambiguidades desta empreitada. A primeira diferenciação é entre indígenas e não indígenas, sendo que, para os primeiros, as

definições são mais consensuais. Para os não indígenas, há maior debate nas ciências sociais. Uma das contribuições particularmente interessantes foi a seguinte:

Tidas como 'camponesas', essas populações foram englobadas no debate teórico, como expressa Foster (1963), sob a denominação **sociedades parciais** (*part society*), inseridas numa sociedade mais ampla, em que as cidades exercem papel importante. Os camponeses, segundo Firth (1946), ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de conseguir dinheiro para as compras na cidade. Tanto Foster quanto Redfield (1971) enfatizam o papel das relações entre as sociedades tradicionais de camponeses e as cidades, das quais em grande parte dependem para sua reprodução social, econômica e cultural. Essa dependência é também política, na medida em que são marginalizados sob esse aspecto. Da cidade advêm ainda as **inovações**, que colaboram para a gradual transformação dessas sociedades camponesas. (DIEGUES;ARRUDA, 2001, p. 23-24)

Outra contribuição importante ao nosso estudo é o olhar sobre a relação das comunidades tradicionais com o território. Esta relação é um elemento fundamental para a sua reprodução, e na sua compreensão reside a definição de como aquela comunidade entende e maneja os recursos naturais, e a definição da própria comunidade como tradicional. Diegues e Arruda (2001) definem território da seguinte forma:

uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes. O território fornece, em primeiro lugar, o homem como espécie, mas também:

- os meios de subsistência;
- os meios de trabalho e produção; e
- os meios para a produção dos aspectos materiais das relações sociais – aquelas que compõem a estrutura determinada de uma sociedade, como as relações de parentesco. (Godelier, 1984). (DIEGUES;ARRUDA, 2001, p. 30)

Os autores exemplificam com o território dos pescadores artesanais. Para que o território seja preservado e que seja garantido como fonte de reprodução social, o seu uso é regulado por leis tácitas, imbricadas nos costumes, e por valores. Ou seja, é realizado um manejo com base em conhecimentos tradicionais, coerentes com a racionalidade daquele tipo de sociedade. São utilizadas técnicas tradicionais para o seu mapeamento, podendo ser marcas colocadas pelos pescadores, ou sistemas de localização utilizando pontos de referência. No caso da pesca, o território é mais fluido que para as atividades em terra, sem fronteiras que caracterizam o espaço terrestre.

Pode-se concluir que, desta forma, faz sentido que as águas marítimas sejam pertencentes à união, e não, aos estados e municípios.

Enquanto espaço e meio de reprodução social, o território também é o espaço onde é construído o sistema de representações que as comunidades possuem em relação às formas de reprodução e em relação aos recursos naturais. É importante entender o conteúdo destes sistemas, nas diferentes localidades, especificamente no que diz respeito à percepção de impactos ambientais e de políticas públicas.

Alinhavando as questões apresentadas ao longo do trabalho, Diegues e Arruda (2001) estabelecem uma definição para sociedades tradicionais, composta por uma série de características interligadas. Em resumo, as sociedades tradicionais são aquelas que: vivem em simbiose com os recursos naturais, deles dependendo diretamente para sua reprodução e, por isso, possuindo sobre eles um vasto conhecimento empírico transmitido de forma intergeracional; vivem e trabalham sobre determinado território, sendo também dependente dele, e ocupando-o ao longo das gerações; a principal atividade produtiva destina-se à subsistência, e o desenvolvimento tecnológico limita-se ao alcance deste objetivo, além de culminar em baixa acumulação de capital; importância das relações familiares “para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais”; pela dependência dos grupos de poder político situados nos centros urbanos; “pela auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta”.

Definir um grupo como tradicional pode ser utilizado de forma enviesada, interpretado como estático, não passível de transformações. Para impor políticas públicas ou para impedir que outras cheguem àqueles que não são mais tradicionais, que têm características modificadas pela interação com os centros urbanos ou pelo próprio fato de que sociedades podem tender à mudança ao longo do tempo. Assim, a definição de *sociedade tradicional* pode ser uma armadilha da qual é preciso reflexão e cuidado para não ser pego, e utilizada da forma mais proveitosa para o grupo em questão. Ainda, em relação à identidade e ao autorreconhecimento enquanto tradicional, e preservação das características que os distinguem da sociedade maior, Diegues e Arruda (2001) trazem as seguintes considerações:

No entendimento dos autores [pesquisados para a revisão], o que se mostra como símbolo de identidade étnica, o conjunto de traços distintos em relação à configuração dominante, é apenas a ponta do *iceberg*. Num contexto político de dominação, só se tornam visíveis a reorganização e a retenção de traços culturais possíveis, isto é, aqueles que não se opõem frontalmente aos

legitimados pela sociedade nacional. A especificidade de uma cultura, porém, é dada pela particularidade de uma visão de mundo, por uma cosmogonia própria, pela existência de um território singularizado, configurado por uma lógica de ação e de emoção que, num contexto de dominação, vive muitas de suas facetas na clandestinidade, ao abrigo da apropriação ou da repressão. (p. 30)

Assim, a restrição das possibilidades de expressão de uma identidade, dentro dos limites aceitos pela “sociedade nacional”, é coerente com a noção de conflito ambiental, discutido anteriormente, em que as apropriações assimétricas se dão não somente sobre o espaço material, mas também sobre o espaço simbólico.

Por outro lado, retomando a discussão sobre os conflitos ambientais, Alier (2007) denomina de *ecologismo dos pobres*²³ a vertente do movimento ambientalista protagonizada por grupos que foram privados do acesso aos recursos naturais em sua forma plena, dos quais tradicionalmente dependem para sua reprodução. Ou, nos termos do autor, para a sua sobrevivência. Estes grupos nem sempre se denominam ambientalistas, pois sua causa é em defesa de recursos para sua sobrevivência, e não por uma natureza intocada ou pela comunhão com outras espécies, bandeiras típicas dos movimentos ambientalistas conservacionistas. “Essa corrente não compartilha os mesmos fundamentos éticos (nem estéticos) do culto ao silvestre. Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos.” (ALIER, 2007, p. 34).

O autor mapeia casos de movimentos do *ecologismo dos pobres* ao redor do mundo. Ele explica que esta corrente denuncia que “o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos” (ALIER, 2007, p. 34). Dentre os grupos envolvidos, o autor inclui os movimentos de pescadores artesanais em luta por seu território, apropriado de forma às vezes insidiosa, às vezes brutal, por atividades de reprodução do grande capital. Assim, ele aponta para o movimento organizado em torno da defesa de recursos naturais, porém estes entendidos como fonte de sobrevivência, ou seja, a noção de meio ambiente, de fato, como a interação entre sociedade e natureza. Os movimentos desta vertente recebem apoio de diversas outras, dentre as quais, a ecologia política.

²³ Ainda que esta denominação possa levantar questionamentos, ela será mantida no presente trabalho como uma referência à definição e ao debate que carrega.

2.2.1.1 Cadeia produtiva da pesca artesanal – uma breve consideração

A pesca artesanal deve ser pensada não como uma atividade única, mas como composta e constituinte de uma cadeia produtiva que, ao longo de seus elos, sofre pressões das transformações econômicas nacionais e mundiais, bem como de políticas públicas. Walter (2010) analisa a cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul da Bahia, abordando localidades que também participam do PIPP naquela região. Seus resultados podem ser aplicados às localidades do Recôncavo Baiano participantes do Programa, objeto da presente pesquisa.

Walter (2010) identificou quatro elos que articulam a cadeia produtiva da pesca artesanal. Estes elos podem se sobrepor, ou seja, uma pessoa ou entidade ocupa diferentes posições na cadeia. Na presente pesquisa, entrevistamos sujeitos pertencentes apenas ao primeiro elo, os próprios pescadores e marisqueiras. A autora classifica a unidade organizativa destes sujeitos como Unidade Domiciliar de Produção Familiar:

A UDP familiar caracteriza-se pela participação da família, composta por homens e mulheres nas atividades de captura e de beneficiamento. Em geral, cabe ao homem as pescarias que demandam maior esforço físico, a exemplo do calão, do tapaste iro e do mergulho, e aqueles que demandam uma maior dedicação em termos de tempo fora de casa, a exemplo da pesca de linha em mar aberto. Por consequente, pescarias realizadas em mar aberto são sempre atividades masculinas. Às mulheres cabe a mariscagem e o beneficiamento dos produtos adquiridos por toda a família. Enquanto a mariscagem é realizada considerando os ciclos de maré, o beneficiamento é realizado em conjunto aos demais afazeres domésticos, podendo ser realizado no interior da residência ou junto a vizinhos e familiares. (WALTER, 2010, p. 176)

O segundo elo consiste na venda ao atravessador (ou intermediário) ou diretamente ao consumidor, incluindo os restaurantes. O terceiro elo é protagonizado pelas peixarias, que estabelecem a conexão com consumidores (sejam diretos ou revendedores) de outras localidades e municípios. O quarto se concretiza nos mercados públicos e feiras, nas sedes dos municípios. O que caracteriza cada elo é não somente de quem ele recebe e para quem vende o produto, mas a relação de maior ou menor proximidade que estabelece com o pescador.

De acordo com a autora (WALTER, 2010), as pressões que constroem e reconfiguram a cadeia produtiva da pesca artesanal nesta região advêm do crescimento do turismo, da aquicultura, das atividades petrolíferas e do mercado mundial do pescado, onde verificou o aumento da demanda por este produto. Ela confirma sua hipótese de que as transformações econômicas mundiais e nacionais são excludentes, ou seja, deixam os pescadores artesanais de fora de todas as exigências, impondo-lhes novos desafios dos quais não possuem instrumentos para superação.

A seguir, são enumerados os impactos da atividade petrolífera sobre a pesca artesanal. A constatação (tanto por parte dos pescadores quanto de pesquisadores e de analistas ambientais do IBAMA) de sua existência motiva o órgão ambiental federal a exigir das empresas deste setor a adoção de medidas que reduzam ou compensem o efeito destes impactos sobre a atividade dos pescadores artesanais. Os conflitos entre pesca artesanal e atividade petrolífera se expressam nestes impactos, cujo cerne reside na imposição desta indústria sobre o espaço ocupado tradicionalmente por aquela atividade.

2.2.2 Impactos da atividade petrolífera sobre a pesca artesanal

Tem-se verificado que os atores sociais mais impactados pela indústria do petróleo são aqueles cuja principal atividade econômica é a pesca artesanal (MMA, 2006; ANELLO, 2009; WALTER *et al.*, 2004). Quando instalados e operando em águas rasas, os empreendimentos petrolíferos ocupam espaço marítimo utilizado tanto por pescadores artesanais quanto industriais. Porém, os últimos dispõem de tecnologia suficiente para mudar de lugar rapidamente e de alcançar distâncias muito maiores que os primeiros, em busca de pesqueiros alternativos. Os artesanais acabam, então, sofrendo impactos das três etapas da atividade petrolífera: a pesquisa sísmica²⁴, a

²⁴ A pesquisa sísmica é a primeira etapa para o reconhecimento de áreas no subsolo marinho onde há reservatório de hidrocarbonetos. É feita por um navio que arrasta longos cabos, com a seguinte tarefa: “O método sísmico consiste na geração de ondas acústicas por uma fonte de energia que libera ar comprimido a alta pressão, diretamente na água. Essas ondas acústicas se propagam pela água até atingir o subsolo marinho (...).A energia refletida é captada por hidrofones (detectores de pressão) dispostos em intervalos regulares ao longo de cabos sismográficos. (...) Os dados sísmicos são, então, processados, através de *softwares* específicos, e interpretados, permitindo a visualização de estruturas geológicas favoráveis à acumulação de hidrocarbonetos. Normalmente, a atividade sísmica é executada ininterruptamente 24 horas por dia, com disparos realizados de forma sistemática a cada 10 segundos, comumente de um a quatro meses.” (Walter *et al.*, 2004, p. 3)

perfuração²⁵ e a produção e escoamento²⁶. Alguns impactos são comuns às três etapas, outros são específicos da pesquisa sísmica.

Durante a pesquisa sísmica, há ocupação do espaço marinho em “áreas de exclusão temporária” provocada pelo navio sísmico. Em relação ao som gerado pelos jatos de ar na água, ainda não há pesquisas conclusivas sobre este impacto. Porém, há a suspeita de interferência, já que os peixes são dotados de alta capacidade auditiva, fundamental para seu senso de orientação em seu habitat.

A perfuração também demanda a formação de zonas de exclusão de pesca, para garantir a segurança dos que trafegam na mesma área. Além disso, o impacto maior é causado quando se perfuram “pesqueiros importantes, principalmente quando se trata de substratos consolidados ou, ainda, áreas de pesca de arrasto de fundo, como lamas de camarão.” (WALTER *et al.*, 2004, p. 5).

Os impactos da produção acumulam aqueles causados pelas etapas anteriores, e são agravados pelo tempo de permanência do empreendimento na localidade. Os impactos verificados são:

- Lançamento de resíduos poluentes, proveniente da manutenção das equipes das plataformas, e de efluentes derivados da atividade de produção, principalmente a água de produção, carregada de elementos químicos que tendem a se acumular no fundo do mar e nos organismos que habitam a mesma área.

- As plataformas de petróleo e demais estruturas alteram a organização do espaço de pesca. Em primeiro lugar, provocam mudanças nos pesqueiros, pois em torno delas há concentração da matéria orgânica resultante de dejetos da própria plataforma, o que ocasiona a atração de cardumes. O que poderia ser uma oportunidade para os pescadores encontrarem grande quantidade de pescado é impedido por medidas de segurança, pois, por lei, devem ficar afastados das plataformas a uma distância de, no mínimo, 500 metros. Ou seja, os cardumes atraídos para as plataformas não mais estarão acessíveis aos pescadores. A etapa de desativação, quando o poço cessa sua

²⁵ A fase seguinte consiste na perfuração de poços, a fim de confirmar se o reservatório encontrado pela pesquisa sísmica tem capacidade comercial. Dura, no máximo, 45 dias. (*idem*)

²⁶ A produção é a atividade petrolífera propriamente dita, quando os campos sedimentares são considerados comercialmente produtivos, e a extração de petróleo e/ou gás natural é realizada até esgotarem as suas reservas, o que pode levar entre 20 e 30 anos. O escoamento consiste no transporte do produto até pontos de venda ou de refino.

produção, também deve ser considerada, pois a retirada das estruturas provoca um novo desequilíbrio na fauna e flora marinhas.

- O trânsito de embarcações petrolíferas afeta a circulação marítima dos pescadores artesanais.

- Há poluição por vazamento de óleo, tanto potencial quanto real. Real porque, apesar de os casos de grandes derramamentos serem raros, acontecem pequenos vazamentos cotidianamente.

- Ocorrem modificações socioeconômicas intensas nos municípios onde os empreendimentos são instalados, onde há escritórios das empresas ou que estão em frente às plataformas. As principais alterações negativas são: o aumento da migração, sem melhoria correspondente nos serviços públicos ou ordenamento do crescimento; diferença de renda entre os moradores e os empregados das empresas petrolíferas, cujos altos salários nivelam por cima o custo de vida local; especulação imobiliária; má aplicação da receita proveniente dos royalties. Os pescadores artesanais não têm sua renda aumentada e nem são contratados pelas empresas.

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEDIDA MITIGADORA DE IMPACTOS AMBIENTAIS

A elaboração e execução de um Projeto de Educação Ambiental – PEA – voltado para as populações da área de influência de determinado empreendimento são exigidas quando há existência, verificada por meio do EIA, de impactos que podem ser mitigados²⁷. A exigência desta condicionante obedece à Política Nacional de Meio Ambiente²⁸, à Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecida pela Lei

²⁷ Atualmente, as etapas dos empreendimentos petrolíferos cujos processos de licenciamento geram a exigência de PEA são: produção e perfuração por área geográfica.

²⁸ “Artigo 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará: VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos” (BRASIL, 1981)

9.795/99²⁹, e ao Decreto No 4.281/02³⁰, que regulamenta esta lei. Por isso, projetos de educação ambiental devem ser exigidos no âmbito de todas as tipologias de licenciamento, e devem ser capazes de mitigar os impactos socioambientais provocados pelo empreendimento em questão.

A legislação determina a inclusão da educação ambiental no processo do licenciamento, seguindo os princípios da PNEA. Estes princípios possuem caráter por demais genérico e contemplam todas as vertentes da EA em um só documento, sem definir especificidades para cada contexto de aplicação e sem um posicionamento teórico-metodológico fechado. Ocorreu que, a partir das vistorias técnicas e dos relatórios sobre os projetos de EA executados no licenciamento de petróleo e gás, os analistas ambientais membros do então ELPN perceberam que tais projetos não estavam alcançando o seu objetivo: a redução de impactos. Seu conteúdo não abordava as diversas interferências das atividades petrolíferas sobre a vida da população e acabavam por servir como meio de promoção da imagem da empresa junto à população.

Como visto anteriormente, dentro do IBAMA vinha se engendrando a tentativa de consolidação de uma EA de caráter popular, participativo e político. Assim, em 2005, analistas ambientais do ELPN e da extinta CGEAM, com a colaboração de pesquisadores universitários, elaboraram o documento “Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural” (IBAMA, 2005). Atualmente, este documento marca a presença firme do resultado de todo aquele processo dentro do órgão ambiental, em um importante espaço de gestão ambiental, ainda que outros espaços possam, ainda, se abrir a esta proposta.

As Orientações Pedagógicas trazem todas as determinações de como os programas ou projetos devem ser elaborados, qual concepção pedagógica deve subsidiá-los, quais os objetivos a serem alcançados, e que metodologias devem ser utilizadas. As Orientações preconizam os princípios que constam na Política Nacional de Educação

²⁹ “Art. 3º - Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.” (BRASIL, 1999)

³⁰ “Art. 6º - Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados: II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental”

Ambiental, além de seguirem as premissas da Educação no Processo de Gestão Ambiental.

O documento estabelece que as ações educativas estejam voltadas para os sujeitos afetados pelas atividades petrolíferas. Seu objetivo é a atuação destes sujeitos, de maneira qualificada, nos espaços de gestão ambiental, obtendo maior controle sobre o processo de licenciamento como um todo e, especificamente, a mitigação dos impactos. Para tanto, as ações educativas devem promover o desenvolvimento de habilidades e percepções acerca das relações de causa e efeito entre o empreendimento e os impactos provocados sobre suas vidas. De forma subjacente, devem entender o entrelaçamento das esferas política, econômica, social e ecológica na situação. Por fim, a metodologia adotada deve ser participativa e dialógica, permitindo que os sujeitos da ação educativa se envolvam efetivamente na construção de projetos que atendam às suas reais necessidades.

2.3.1 Educação no processo de gestão ambiental

As Orientações Pedagógicas estão fundamentadas nos pressupostos epistemológicos, pedagógicos e metodológicos da Educação no Processo de Gestão Ambiental, ou EA para Gestão. Esta proposta de EA começou a ser elaborada por técnicos do IBAMA na década de 1990, “com o apoio de pesquisadores e educadores de universidades, organizações da sociedade civil e de outras instituições parceiras” (QUINTAS, 2009, p. 57), e foi institucionalizada em documentos como as Orientações e a publicação “Como o IBAMA exerce a Educação Ambiental” (IBAMA, 2002).

A implementação de ações de EA para Gestão pelo Estado deve propiciar os meios de organização coletiva e participação da sociedade na gestão ambiental. A ele cabe “criar condições para transformar o espaço ‘técnico’ da ‘gestão ambiental’ em espaço público” (QUINTAS, 2009, p. 55), pois a intervenção da coletividade nos processos decisórios se depara com muitos obstáculos, cujos principais são a falta de condições para o aprendizado da participação e a distribuição desigual do poder. Segundo Quintas (2009), o artigo 225 da Constituição Federal atribui sete incumbências ao Poder Público, que podem ser classificadas em dois domínios:

No primeiro domínio, o Estado age no sentido de exercer o comando e o controle dos processos de destinação dos bens naturais na sociedade. (...) No outro domínio, o Estado age promovendo processos educativos com diferentes grupos sociais, para que a coletividade exerça o controle social dos processos de apropriação dos bens naturais na sociedade e, assim, cumpra o seu dever de defender e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado. (p. 56)

A EA para Gestão estabelece como objetivo final a construção de um mundo que seja “socialmente justo, democrático e ambientalmente seguro.” (QUINTAS, 2009, p. 47). Seus formuladores partem do pressuposto de que a crise ambiental provém da forma atual de relação sociedade-natureza, e que suas causas estão na dominação e opressão que a subjazem. Então, a solução para a crise seria, mais que a busca de tecnologias de mitigação de impactos socioambientais (sem descartar sua necessidade), uma “reinvenção” desta forma de se relacionar (QUINTAS, 2009). O foco a ser atacado a fim de se reinventarem as relações são as assimetrias sociais; a sua redução, “pelo menos no plano simbólico, é uma das tarefas primordiais de uma EA com centralidade na gestão ambiental pública, uma vez que injustiça e desigualdade são inerentes à ordem social vigente.” (QUINTAS, 2009, p. 55). Por isso, os *sujeitos prioritários da ação educativa* são aqueles caracterizados por sua *vulnerabilidade* diante dos impactos ambientais causados por empreendimentos licenciados, o que significa que, na relação assimétrica dentro deste campo, estão na posição mais desvantajosa, com possibilidades restritas de contraposição.

Além dos objetivos que costumam estar presentes em ações de educação ambiental em geral, como a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente, a EA para Gestão se diferencia por buscar modificar também o comportamento relacionado à esfera política, pois visa contribuir para que os sujeitos se qualifiquem e se tornem ativos diante dos processos de gestão ambiental (IBAMA, 2005). Assim, para além de ações individuais visando a uma suposta preservação ambiental, os sujeitos precisam se organizar coletivamente a fim de ocupar as posições que os permitam interferir nas decisões sobre as atividades que produzirão impactos sobre suas vidas. O aumento da participação é um dos fatores que possibilitariam uma gestão ambiental pública e democrática e a organização coletiva é entendida como a maneira de estar fortalecido para poder intervir nos espaços de gestão, cuja ocupação se caracteriza pelo desequilíbrio de forças.

Uma das características da educação no processo de gestão ambiental é a intencionalidade: o processo educativo no contexto da gestão ambiental tem o objetivo

claro, ao partir de uma compreensão crítica da questão ambiental, de promover nos sujeitos da ação o desenvolvimento de concepções críticas através do desvelamento de conflitos e contradições. A crítica servirá como instrumento de embate diante das assimetrias na apropriação dos recursos naturais e sociais.

2.3.1.1 Bases filosóficas, teóricas e metodológicas da EA para Gestão

Todo processo educativo implica em um ato pedagógico (QUINTAS, 2009). O ato pedagógico agrega concepções sobre o ser humano, a sociedade, a ética, sobre o que deve ser mantido em uma sociedade e o que deve ser transformado, como as transformações devem se operar, quem deve liderar estas transformações. Constitui-se em uma relação entre grupos sociais, ou dentro de um mesmo grupo social. “O ato pedagógico é o lugar da concretização dos pressupostos de qualquer proposta de educação.” (QUINTAS, 2009, p. 68). A seguir, apresentaremos a discussão sobre os pressupostos do ato pedagógico concretizado na EA para Gestão.

Tanto nos seus pressupostos quanto na constituição do ato pedagógico, a EA para Gestão se alinha à EA Crítica, Transformadora e Emancipatória. Esta vertente da EA surgiu no Brasil na década de 1980, refletindo um conjunto de questionamentos quanto ao modelo capitalista e a temática do meio-ambiente (LOUREIRO, 2004). Sua fundamentação teórica é o materialismo dialético, o que significa acolher o conflito, bem como as relações de poder, como elementos de fundação da própria sociedade. Neste sentido, a “Educação Ambiental Crítica se propõe em primeiro lugar, a desvelar esses embates presentes, para que numa compreensão (complexa) do real se instrumentalize os atores sociais para intervir nessa realidade” (LOUREIRO, 2004).

O objetivo da EA Crítica é formar pessoas atentas à conjugação entre as questões sociais e ambientais, agindo sempre em direção à promoção da justiça ambiental e da cidadania. Os saberes de todos os atores envolvidos devem ser valorizados e deve haver a possibilidade de aprendizagem mútua e dinâmica, tendo por objetivo final a solução da crise socioambiental. A instrumentalização mencionada acima só pode acontecer na *práxis*, ou seja, na prática conjugada à reflexão, caracterizada por sua transformação mútua e dinâmica. Por isso, a escolha da concepção pedagógica baseada nos escritos de Paulo Freire (1987; 2009), que definem a

consciência crítica como metodologia pedagógica e a práxis como instrumento de transformação social.

A consciência crítica seria, conforme Loureiro et al. (2009), a reflexão teórica acerca da prática. Não uma simples reflexão, mas aquela orientada pelo método materialista histórico-dialético, que se coloca como

[...] instrumento filosófico, social e científico de análise” [...] O caráter material do método diz respeito à organização da sociedade para a produção e a reprodução da vida e o caráter histórico busca compreender como se organizou a sociedade através da história, isto é, procura desvendar, para interpretação da realidade, as formas históricas das relações sociais estabelecidas pela humanidade. (LOUREIRO ET AL., 2009, p. 4)

“Desvendando as formas históricas”, o sujeito torna-se consciente de que as transformações societárias podem acontecer através da práxis, ou seja, de sua ação consciente sobre a realidade concreta.

A EA para Gestão, tributária da EA Crítica, se apropria do arcabouço freiriano: “consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação” (QUINTAS, 2009, p. 61). Freire (2009) enfatiza e valoriza a capacidade intelectual do ser humano, a utilização do pensamento como uma ferramenta que maneja livremente, sob sua escolha. Coloca a consciência como método e instrumento de modificação social e como libertação do fluxo histórico e emersão simbólica das condições em que se encontra, para promover a emersão das condições materiais que o aprisionam. A consciência é, para os sujeitos, o tornar-se presente na situação e momento histórico em que se encontram. A consciência de estar na posição de oprimido é a reflexão acerca da situação social concreta, ou seja, a reflexão está ligada à prática, e esta se torna práxis quando é ação, “se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica” (FREIRE, 2009, p. 29). É na práxis que se dá a transformação social que deverá superar as relações de opressão.

A noção de práxis foi largamente apresentada e debatida por Vázquez (1990). Como argumenta este autor, para a existência da práxis é necessária a atividade da consciência, mas esta sozinha não é práxis. A práxis tem como características definidoras o fato de ser precedida por uma realidade ideal construída na intencionalidade da consciência, de agir sobre o mundo que ele chama de “concreto” e de produzir resultados que, por sua vez, produzem o ser humano enquanto tal. Ele

defende que a filosofia da práxis é o marxismo, pois, no sistema do materialismo histórico, o ser humano transforma a realidade e se transforma ao longo da história das sociedades. O meio para isso é o trabalho. Reafirma-se, então, que o trabalho se constitui em categoria central de análise das relações sociais.

As bases filosóficas da EA Crítica estão fundamentadas sobre a compreensão de que o trabalho é a origem do ser humano enquanto ser social. Assim, a reflexão ontológica elaborada por Lukács sobre a relação entre trabalho e ser social é de extrema importância para esta vertente da EA. O trabalho humano consiste na produção de uma mudança, previamente pensada, sobre a realidade; há a existência, na consciência do agente, da finalidade, ou seja, do produto final. Por isso Lukács define o trabalho como uma “posição teleológica”, e desenvolve toda sua reflexão a partir daí. Sua afirmação básica é a de que o trabalho está na ontogenia da práxis social. Os fenômenos da linguagem, consciência e sociabilidade têm suas origens no trabalho, por isso se dão de forma semelhante: existem em prol do alcance de uma finalidade previamente definida pelo sujeito que executa a ação. O autor conclui que o ser humano está sempre a se fazer, e não é, como afirmam filosofias idealistas e religiosas, um “dever-ser”. A liberdade humana, e todos os outros princípios que podem ser defendidos em um humanismo, se referem à atividade e à intervenção consciente no mundo.

Por isso, como alerta Loureiro (2009), é preciso que fique clara a diferença entre *dominação* e *intervenção para transformação*, na relação sociedade-natureza. As interpretações dadas a esta relação vêm orientando as diferentes ações de EA, tanto no contexto do licenciamento quanto em outras situações. Dominação significa expropriação e apropriação desigual do trabalho humano e dos recursos ambientais. Nem toda intervenção é dominação. Por isso, os problemas ambientais só podem ser compreendidos em sua totalidade e de forma crítica quando se admite o trabalho como mediador da relação sociedade-natureza. Se a liberdade humana está condicionada à possibilidade de intervenção consciente, e se esta pode tomar diversas formas, é sobre este campo que a EA deve se dar. O objetivo final é a realização de práticas sustentáveis baseadas na liberdade humana.

Ainda de acordo com Loureiro (2009), a noção de práxis entra exatamente como solução para a interpretação de supostos dualismos. Ela muda o eixo da questão indivíduo-sociedade, deslocando-o de uma suposta separação entre os dois para a sua construção recíproca dialética, pois a práxis é a ação consciente que, ao transformar o mundo, transforma o sujeito. A relação sociedade-natureza também é revista a partir

desta noção, pois se deixa de pensar em sua separação radical. Ao pensarmos na práxis como definidora do ser humano enquanto ser social, considerando que o trabalho está em sua origem, e que este por sua vez é o mediador das relações sociedade-natureza, esta questão também passa a ter outro eixo. Só há como pensar em educação para práticas sustentáveis admitindo a centralidade do trabalho.

Ao legislar sobre o uso de recursos naturais (por exemplo, através do licenciamento), o Estado decide por quem terá prioridade, por que modelo de produção será implementado, por que formas de trabalho estão mediando a relação sociedade-natureza naquele ambiente. Por isso, pode-se considerar o trabalho como categoria central em jogo no processo de licenciamento, coadunando com o pressuposto adotado pela EA Crítica, que também assume a centralidade desta categoria para a compreensão dos fenômenos sociais.

Por fim, verifica-se que esta é a opção que o IBAMA, mais especificamente, a CGPEG, entendeu ser a única possível quando deve executar a PNMA, quando deve proteger o meio ambiente: relação sociedade-trabalho-natureza. Por isso, estabelecemos a relação entre consciência, práxis e trabalho, porque nos PEAs realizados e aqui relatados, a ação educativa é efetuada sobre e a partir das atividades econômicas já realizadas pelos sujeitos (no caso, a pesca). No caso específico da EA no licenciamento, coloca-se que o concreto de onde parte o processo de ensino-aprendizagem é a gestão ambiental (QUINTAS, 2009); poderíamos dizer também que são as atividades afetadas pelo empreendimento, e o conflito ambiental aí instaurado.

2.3.2 Transitando por algumas experiências – resultados e reverberações

O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), em andamento no litoral do estado de Sergipe, atende a condicionantes de licença de atividades petrolíferas naquela região. Ao seguir as Orientações Pedagógicas (IBAMA, 2005), os objetivos do programa buscam conectar o fornecimento de equipamentos para estruturação física da pesca artesanal local à intervenção sobre a gestão ambiental, visando a inserir os sujeitos da ação educativa nos espaços de decisões políticas. Segundo Anello (2009), “o processo educativo é o centro do programa” (p. 118) e “em todas as linhas [de ação do PEAC], o processo produtivo e as relações socioeconômicas e ambientais são o alvo das ações.” (p. 120)

O primeiro resultado do PEAC foi a elaboração da agenda de prioridades através de metodologias participativas: “As aspirações das comunidades em uma agenda é a condição para que os grupos sociais das diversas comunidades se conheçam e reconheçam como pescadores artesanais e possam planejar e decidir as estratégias para a intervenção no mundo.” (Anello, 2009, p. 132). A definição de uma agenda de prioridades requer o debate sobre demandas, o registro escrito destas, a tematização das questões cotidianas. Em outras palavras, a *consciência* das demandas e do que elas significam.

Ao discutir o planejamento e execução do PEAC, Anello (2009) adota as noções de práxis e de totalidade na centralidade da discussão, afirmando que a utilização destas categorias se baseia na centralidade do trabalho para a análise da relação sociedade-natureza. A partir dela, são definidos os sujeitos da ação educativa, “os conteúdos a serem trabalhados e os objetivos almejados dentro do contexto da mitigação dos impactos da indústria do petróleo.” (ANELLO, 2009, p. 171). Ou seja, confirma que os impactos mitigados se referem à atividade produtiva e transformadora dos sujeitos.

A execução de ações de mitigação e compensação exigidas pelo órgão ambiental às empresas petrolíferas no Baixo Sul da Bahia³¹ teve impactos positivos para além dos inicialmente planejados, como demonstra Walter (2010). Naquele contexto foi articulada a entrada de investimentos do Ministério da Pesca e Aquicultura na região através do Projeto CIPAR – Centro Integrado da Pesca Artesanal. Este projeto, implementado na região entre 2009 e 2010, tem como premissa a participação dos pescadores na gestão das políticas de que são beneficiários e a “autogestão dos interesses coletivos” (WALTER, 2010, p.117), e consiste em

uma unidade produtiva integrada, voltada aos profissionais envolvidos na pesca extrativa artesanal, com espaços físicos capazes de criar e oferecer condições a esses profissionais de: i) organizarem-se socialmente; ii) envolvê-los no processo de ensino inicial e continuado formal e técnico profissionalizante; iii) prover infraestrutura adequada ao exercício da atividade pesqueira, melhorando as condições de saúde laboral dos trabalhadores e; iv) prover a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade sanitária e nutricional do pescado ao longo de toda a cadeia produtiva. Concomitante à disponibilização de infraestrutura, o MPA objetiva a capacitação dos integrantes das comunidades pesqueiras, com base nos princípios do associativismo e cooperativismo, de forma que os mesmos venham a gerir coletivamente a infraestrutura implementada (...)” (WALTER, 2010, p. 8-9).

³¹ Importante ressaltar que o PIPP é executado também nesta região, além do Recôncavo Baiano. Além deste programa, ações compensatórias foram exigidas às empresas de petróleo por exercerem atividades de exploração na região.

A ida do CIPAR para o Baixo Sul foi articulada pela CGPEG/IBAMA, em negociação com a então Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República – SEAP/PR. Alguns dos resultados do CIPAR em articulação com as ações de mitigação e compensação no âmbito do licenciamento de petróleo e gás:

- criação, por iniciativa dos pescadores e marisqueiras, de um Conselho Gestor para o CIPAR de todo o Baixo Sul, demonstrando a articulação estimulada pelo CIPAR entre os níveis local, municipal e regional;

- em alguns municípios, tomadas de decisões sobre as ações do CIPAR mais adequadas às demandas locais foram feitas de forma imbricada aos projetos de compensação e PEA na região, de forma participativa, sem a qual a própria efetividade do projeto não seria alcançada;

- foi estabelecido que um dos critérios para a implementação de um CIPAR em determinada região seria a existência prévia de ações mitigadoras e compensatórias exigidas no âmbito do licenciamento ambiental de atividades petrolíferas.

Debruçando-se sobre a mesma região, Walter e Mendonça (2007) discutem as possibilidades das condicionantes de licença estudadas na presente pesquisa contribuir, enquanto resultado de políticas públicas, para o desenvolvimento local. Em sua reflexão, os autores discutem a noção de desenvolvimento local como forma de alcance da equidade social, através da promoção da liberdade “como valor intrínseco e como instrumento” (p. 9).

Ainda que seja o contraponto à economia globalizada, a promoção do desenvolvimento local não desconsidera a macroeconomia, mediada pelo Estado, por isso os autores defendem o fortalecimento deste e os meios para possibilitar a participação dos sujeitos considerados vulneráveis na gestão pública. Em relação à gestão ambiental pública, consideram que, entre a sociedade como um todo e os diferentes grupos considerados vulneráveis, como é o caso dos pescadores artesanais,

a capacidade de acesso aos direitos legais é distinta. Da mesma forma, as políticas públicas implementadas e os projetos exigidos pelo licenciamento ambiental afetam os grupos de maneira diferenciada. (p. 13)

Por haver esta distinção em relação ao acesso aos direitos, os autores trabalham com a noção de seguridade social, “relevantes principalmente para aqueles grupos sociais que se encontram em situação de carência alimentar e pobreza.” (p. 12). Concluem que deve ser promovida uma sinergia entre Estado e sociedade em busca de uma convergência para a solução dos problemas locais, e por isso a criação de espaços de participação e as ações de qualificação da participação social são fundamentais.

Em sua conclusão, os autores ponderam que existem diversas limitações nas ações exigidas à empresa no processo de licenciamento ambiental no que tange à promoção da seguridade social, pois o seu ponto de partida se restringe à compensação e mitigação dos impactos da atividade petrolífera. Por outro lado, vislumbram que a existência destas ações dispara o surgimento de interlocuções institucionais para a formulação de políticas públicas que realmente promovam o desenvolvimento local, a exemplo da negociação com a extinta SEAP/PR, como exposto acima. Os autores finalizam a discussão levantando questionamentos acerca do quanto os projetos exigidos pelo licenciamento ambiental promoveriam a “emancipação das comunidades e não dependência ou mesmo cooptação” (p. 14), e se suas potencialidades seriam reais.

2.3.3 Contradições inerentes à EA para Gestão como condicionante de licença ambiental

O fator preponderante sobre as decisões no âmbito do licenciamento ambiental são as relações políticas e econômicas, o que gera contradições inerentes à gestão ambiental pública. O ato do licenciamento pode ser interpretado como uma permissão para poluir, concedida, em geral, aos detentores do grande capital.

As restrições e condições impostas pelo ato administrativo do licenciamento, como os PEAs, seguem um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, que é a “imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.”³². Isto significa que um dos princípios que orienta a gestão dos

³² Lei 6.938 de 1981, Art. 4º, inciso VII. Também imposto pela Constituição Federal, no Art. 225, parágrafos 2º e 3º: “§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. § 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente obrigação de reparar os danos causados.”

recursos ambientais pelo Estado é o princípio do poluidor-pagador (Foladori, 2001; Montibeller-Filho, 2001), cujo objetivo é incluir os danos ambientais no custo das atividades econômicas de quem o provoca, visando, em última instância, resolver a questão entre a manutenção do sistema econômico capitalista e a exploração predatória dos recursos ambientais. Tal princípio tem como base a economia ambiental (por sua vez, baseada na economia neoclássica), que trata da questão do meio ambiente através da valoração monetária de recursos e serviços naturais (*internalização das externalidades*).

A economia neoclássica, estando a serviço do capitalismo, limita as análises sobre a produção e distribuição de bens, em uma sociedade, às leis de oferta e demanda do mercado. Segundo Montibeller Filho (2001), Foster (2002) e Foladori (2001), a solução para as questões socioambientais, desde que se começou a buscá-las, também são incluídas neste esquema, ou seja, se os custos que antes não eram assumidos pela empresa (custos sociais e ambientais) passarem a ser incluídos em sua conta, a empresa trabalhará para que este custo se reduza, conseqüentemente, reduzindo o dano ambiental. Seria esta, então, a solução para a degradação ambiental.

Foladori (2001) levanta uma série de dificuldades implícitas nesta política que fazem com que ela não seja a solução mais justa para os conflitos e degradação ambientais. Para a nossa discussão, o principal problema a ser destacado é o pressuposto desta política e a forma como os conflitos são abordados. A economia ambiental neoclássica visa à manutenção do modo de produção capitalista, por isso as soluções adotadas para a questão ambiental se resumem a trocas que sempre serão desiguais, já que a desigualdade é a base do sistema. No tocante aos conflitos ambientais, reduzir o seu elemento central a um valor em dinheiro (ou ao financiamento de projetos) é uma solução limitada, pois circula dentro da mesma lógica que produziu o conflito, o que significa que a negociação em torno dele irá manter a correlação de forças que o produziu, e que o conflito, em última instância, permanecerá.

De acordo com o que foi discutido ao longo do texto, pode-se concluir que os Programas de EA no licenciamento de atividades petrolíferas colocam para os sujeitos dois tipos distintos de racionalidades, ao mesmo tempo: ao mesmo tempo em que são seguidas as diretrizes da Educação no Processo de Gestão Ambiental, são veiculados, nos trâmites legais e objetivos dos projetos, os princípios da economia ambiental neoclássica. Por um lado, a existência dos programas de educação ambiental como medidas mitigadoras exigidas pelo licenciamento se deve ao pressuposto, seguido pela

legislação brasileira, de que poluidores, predadores e usuários de recursos ambientais para fins econômicos devem recuperar ou indenizar os danos causados ou pagar por sua utilização. Os programas de EA são uma das formas postas pelo órgão ambiental de o empreendedor, ao pagar pela utilização do recurso ambiental, possibilitar financeiramente a execução de atributos do Estado postos pela Constituição, no seu artigo 225, no tocante à preservação ambiental.

Na execução de um programa de educação ambiental, a primeira informação que é transmitida ao sujeito da ação educativa é a de que aquele programa é uma exigência feita à empresa, que, se cumprida, lhe dará o direito de usufruir determinados recursos ambientais. Tal informação é veiculada através da própria existência do programa, mesmo que não esteja incluída no conteúdo das ações educativas. Como discutido acima, a *internalização das externalidades* foi criada para ser uma solução para a degradação e os conflitos ambientais, e o princípio do poluidor-pagador aparece para o sujeito como a forma legitimada pelo Estado de gerir o meio-ambiente, e, conseqüentemente, a que deve ser seguida, ou até mesmo a única forma existente.

Por outro lado, o conteúdo das ações de Educação Ambiental Crítica não visa ao apaziguamento dos conflitos, mas, ao contrário, à sua explicitação, pois pressupõe que isso permitirá a mudança social. As questões dos sujeitos e as questões trazidas pelo educador são trabalhadas através de metodologias que sigam os princípios indicados pelas “Orientações pedagógicas”, que são, como já mencionados anteriormente, a participação, e a relação com a realidade dos sujeitos. A lógica que se quer transmitir, ou construir, por meio das ações educativas vai de encontro às concepções que visam manter o sistema. As implicações de haver um programa de educação ambiental que segue a perspectiva crítica inserido em um contexto orientado em direção à manutenção do sistema estão relacionadas principalmente aos resultados das ações educativas, que podem ser inesperados e desviar do planejado. As questões podem se misturar e dar origem a novas formulações da compreensão da realidade. Como os discursos têm pesos diferenciados, as concepções acerca dos conflitos ambientais também estão em disputa, o que pautará a concepção resultante do processo.

3 LOCAL E OBJETO DE PESQUISA

Será apresentado inicialmente um panorama da pesca artesanal estuarina e marítima no litoral do Estado da Bahia, com destaque para a posição desta atividade na Baía de Todos os Santos – BTS. Em seguida, será desenhado o quadro da presença da atividade petrolífera no Recôncavo Baiano. Esta região corresponde aos municípios situados em torno da BTS, incluindo a capital do estado, e que compartilham entre si características geográficas, históricas e culturais. Seu histórico se confunde com as origens do Brasil e seus ciclos de desenvolvimento econômico.



Figura 1: Mapa da Baía de Todos os Santos e localidades do Recôncavo Baiano. Os círculos vermelhos destacam as duas localidades escolhidas para a pesquisa: Cairu de Salinas e Acupe. Fonte: Bahia Ticket Travel Turismo (<http://www.bahiaticket.com.br>). Marcações em vermelho nossas.

Em seguida, será feita uma explanação sobre o PIPP, em que será descrito seu processo de construção, seus objetivos, sua estrutura e o seu andamento à época em que os dados foram coletados.

3.1 RECÔNCAVO BAIANO: UM ESPAÇO DA PESCA OCUPADO PELO PETRÓLEO

3.1.1 Dados estatísticos sobre pesca artesanal na Bahia

Foram buscados dados secundários junto a órgãos governamentais estaduais e federais de pesquisa estatística e de gestão da atividade pesqueira. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) (www.mpa.gov.br) ressalta a relevância da pesca artesanal no cenário nacional, ao dizer que 60% da pesca no país tem este caráter, produzindo mais de 500 mil toneladas de pescado por ano e sustentando mais de 600 mil brasileiros. Porém, é interessante observar que seu caderno “Produção pesqueira e aquícola – Estatística 2008 e 2009” (MPA, 2010) não discrimina a pesca artesanal dentro da pesca extrativista.

O órgão que vinha se responsabilizando pelo levantamento estatístico dos recursos pesqueiros era o IBAMA, que, em convênio com outros órgãos públicos e a Fundação Prozee³³, desenvolveu para este fim o Projeto Estatpesca. Para este levantamento, órgãos estaduais de gestão da pesca assumiram parte do trabalho de coleta dos dados. Verificamos, porém, que o último boletim “Estatística da Pesca Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação” data de 2007. A pesca artesanal é objeto de levantamento específico em outros boletins, elaborado pelo mesmo convênio³⁴, cujos dados de interesse à presente pesquisa são apresentados abaixo.

Foram encontrados dois relatórios que apresentam os resultados do levantamento promovido pelo convênio: O Relatório técnico do projeto de cadastramento das embarcações pesqueiras no litoral das regiões Norte e Nordeste do Brasil (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2005) e o Relatório técnico final do monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2006). A metodologia utilizada por estes levantamentos permitiu ter uma noção da presença da pesca artesanal ao longo da costa brasileira, pois um dos dados coletados era o tipo de embarcação em uso. A existência de embarcações de pequeno porte e baixa tecnologia é um dos elementos que caracteriza a pesca artesanal, podendo ser considerado indicador de sua existência na localidade investigada.

³³ Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva

³⁴ SEAP/IBAMA/PROZEE. SEAP refere-se à Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República, precedente ao atual Ministério da Pesca e Aquicultura.

De acordo com o relatório de 2006, “O litoral do Estado do Bahia, com uma extensão de 1.188 km, representa 14,5% do litoral brasileiro. Existem no estado 44 municípios costeiros, englobando 348 comunidades que exploram a pesca extrativa.” (p. 214) O relatório do cadastramento da frota pesqueira litorânea nas regiões Norte e Nordeste do Brasil destaca a presença da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos, onde existe “um grande número de estuários, originando um complexo de manguezais de enorme potencial para o cultivo de organismos aquáticos, bem como para o sustento das populações de pescadores e marisqueiras que vivem nessas comunidades [pesqueiras].” (Bahia Pesca *apud* SEAP/PR/IBAMA, 2005, p. 207). Segundo o mesmo relatório, a atividade pesqueira na Bahia funciona sob duas modalidades: pesca, que significa a captura de peixes e crustáceos utilizando embarcações e petrechos; mariscagem, ou seja, a extração manual (ou com armadilhas) de crustáceos e moluscos.

O resultado do levantamento da frota pesqueira confirmou que a maioria das embarcações baianas é de pequeno porte e não motorizadas, somando em torno de 9.368. As embarcações enumeradas foram: botes, canoas, jangadas, saveiros e lancha industrial, sendo que do último tipo só foi encontrada uma, em todo litoral baiano. Mais de 60% das embarcações listadas são canoas a remo ou vela. Em seguida, vêm os saveiros motorizados, responsáveis por 21,4% da frota. Botes e jangadas somam 17,8%. O Recôncavo Baiano, região onde estão situadas as comunidades objeto da presente pesquisa, congrega 43,6% das embarcações encontradas.

O levantamento feito em todo o país, em 2006, confirma e atualiza estes dados, encontrando 10.142 embarcações na Bahia, em sua maioria canoas, somando 6.076 unidades, representando 59,9% do total, seguida pelos saveiros, com 2.122 unidades, constituindo 20,9% das embarcações do estado. A Baía de Todos os Santos é um dos lugares onde a frota pesqueira se concentra. Nos municípios estudados no presente trabalho, foram encontrados os seguintes números: em Santo Amaro, 239 embarcações, representando 2,4% do estado, sendo que quase todas são canoas. Provavelmente quase todas as embarcações pertencem a moradores de Acupe, pois é onde se concentra a população pesqueira do município. Em Salinas da Margarida, foram registradas 306 embarcações, correspondentes a 3% do estado. Assim como em Santo Amaro, quase todas são canoas.

Considerando que estes tipos de embarcação possuem curto alcance de distâncias e baixa capacidade de carga, pode-se concluir que quase toda a pesca realizada no litoral baiano é artesanal. O relatório de 2006 (SEAP/PR/IBAMA 2006), de

âmbito nacional, confirma: “A atividade pesqueira na Bahia é totalmente artesanal e oriunda, principalmente, de canoas e embarcações de pequeno porte (entre 7 e 10 metros de comprimento)” (p. 219)

Apesar da forte presença no litoral baiano de tal frota, apenas uma minoria está inscrita nos cadastros legais:

Com relação à inscrição das embarcações na Capitania dos Portos (Tabela 7), o levantamento cadastral aponta que somente 7,1% da frota são detentoras de tal inscrição, sendo essas correspondentes aos saveiros e à única lancha industrial cadastrada no estado. Quanto ao outro tipo de inscrição obrigatória à frota, segundo o ordenamento pesqueiro instituído no país, ou seja, a do Registro Geral da Pesca – RGP, a Tabela 8 mostra que somente 2,5% das embarcações dispõem de tal registro federal. No que diz respeito à permissão de Pesca concedida à frota da Bahia para atuar nas diversas modalidades de pesca, é praticamente inexistente no estado, visto que somente 0,9% do total das embarcações declararam dispor desse instrumento legal (Tabela 9). (SEAP/PR/IBAMA 2005, p. 210)

De acordo com o relatório publicado em 2005, a produção pesqueira da Bahia em 2003 significou “43.381,5 toneladas, o equivalente a 30,9% e 8,9% da produção da Região Nordeste e do Brasil respectivamente.” (SEAP/PR/IBAMA 2005, p. 207) No ano seguinte, a publicação do relatório relativo à costa brasileira atualiza este dado, informando que, em 2005, estimou-se a captura de 45.631,0 toneladas, sendo 70,6% de peixes, 26,7% crustáceos e 2,7% de moluscos. Em Santo Amaro, em 2005 foram contabilizadas 1.385 toneladas de pescado, correspondente a cerca de 3% da produção do estado; em Salinas, o número foi similar: 1.312 toneladas, equivalente a cerca de 2,8 do estado.

Observo a diferença abissal entre a produção de peixes e de moluscos, e relaciono com a importância da mariscagem para a vida das mulheres que vivem nos distritos pesqueiros do Recôncavo Baiano, em contraposição ao aparentemente baixo volume produzido. Walter (2010) discute a discrepância entre o valor da mariscagem para a vida das famílias e o pouco reconhecimento que lhes é prestado no Baixo Sul da Bahia. As estatísticas sobre sua produção subestimam o verdadeiro número, pois a mariscagem é uma atividade difusa, e a forma de comercialização não permite um levantamento fiel de dados. Os trabalhos da mariscagem e beneficiamento são realizados pelas mulheres, e aos homens cabe catar lenha para o cozimento. Apesar do grande esforço despendido pelas mulheres na atividade, e de sua importância para a renda familiar e para o paladar dos consumidores, a atividade não possui

reconhecimento correspondente, nem pelos restaurantes, nem dentro de casa. Apenas recentemente a lei da pesca incluiu as marisqueiras no recebimento do seguro-defeso.

Em relação às artes de pesca predominantes no estado,

Em 2005, foram registradas capturas com 29 tipos de aparelhos de pesca, dos quais quatro deles (rede de espera, com 9.732,9 toneladas [de pescado capturado], linha com 9.065,3 toneladas, arrasto motorizado com 7.770,3 toneladas e o arrasto de praia com 4.428,0 toneladas) responderam por 67,9% da produção do estado. (p. 221)

Em Santo Amaro, a arte envolvida na maior quantidade capturada foi o arrasto de praia (755,4t), seguido pela ressa de peixe (309t), depois pela coleta manual (137,2t), ressa de camarão (102t), rede de espera (56,9t), espinhel (12,2t), manzuá (7,6t) e linha (3,9t). Em Salinas, a ordem foi parecida, à exceção da presença da rede de cerco e da quantidade capturada pela coleta manual, a menor dentre todas as artes: arrasto de praia (420t), ressa de peixe (402t), ressa de camarão (225,4t), rede de espera (141,1t), manzuá (48,9t), rede cerco (40,8t), linha (39,7) e coleta manual (3,4t).

O boletim produzido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), “Estatísticas dos municípios baianos” (SEI, 2010), cujo objetivo é “retratar a evolução econômica e social dos municípios baianos nos anos mais recentes” (p. 13) não traz dados específicos sobre a pesca artesanal. Tal atividade só é mencionada na tabela que apresenta a quantidade absoluta de ocupados no extrativismo. Também não são mencionados os royalties como entrada de verbas para os orçamentos municipais. A fim de complementar nosso entendimento sobre o papel da pesca artesanal nos municípios estudados, os dados a seguir nos fornecem uma noção sobre a situação da empregabilidade destes locais.

Santo Amaro faz parte do Território de Identidade Recôncavo e divide-se em três distritos: Sede, Acupe e Campinhos. Sua população total em 2009 era de 58.387 habitantes. Entre 2005 e 2008, estavam inseridos no mercado formal de trabalho 4.903 pessoas, e 226 estavam ocupados na atividade extrativista.

Salinas da Margarida integra o Território de Identidade Metropolitano de Salvador e é composto por seis distritos, incluindo a sede. Os outros cinco distritos são: Conceição, Cairu, Encarnação, Dendê e Barra do Paraguaçu. Em 2009, a população total do município somava 14.194 habitantes. 790 estavam ocupados no mercado formal, entre 2005 e 2008, e apenas 13 na atividade extrativista.

Destaca-se a baixa quantidade de indivíduos inseridos de maneira formal no mercado de trabalho. De acordo com outra publicação da SEI, o “Bahia em números” (SEI, 2011), existem

(...) aspectos estruturais do mercado de trabalho formal do estado. A saber: 1) pouca tradição de formalização das relações de trabalho no campo, já que, embora a agricultura responda pela inserção de um contingente significativo dos ocupados no estado, apenas 4,1% estavam registrados em 2009; 2) elevada participação dos serviços, com destaque para a administração pública, na constituição de vínculos formais no mercado de trabalho baiano. Essa importância é resultado do pequeno desenvolvimento que caracteriza a economia de diversos municípios baianos. Nesses, a ausência de um mercado de trabalho dinâmico faz do ingresso na administração pública quase a única alternativa de inserção ocupacional com contrato de trabalho, resultando no destaque do segmento na ocupação formal. (p. 86)

Esta publicação também não apresenta dados relacionados à pesca, nem artesanal nem industrial, apesar de ter como finalidade condensar “estatísticas e indicadores socioeconômicos referentes ao desempenho da Bahia nos anos mais recentes.” (p. 14)

O Anuário Estatístico da Bahia 2009 (SEI, 2010) “constitui um importante acervo de dados estatísticos, agregando de forma temática, as informações sobre características físicas, sociais e econômicas do Estado.” As atividades econômicas que mereceram levantamento estatístico foram a agropecuária e a indústria, e não há nenhuma referência à pesca.

3.1.2 Presença da atividade petrolífera no Recôncavo Baiano

Quase todo o recurso marinho (cerca de 90%) encontra-se na área da plataforma continental, onde também se dão quase todas as atividades humanas no meio marítimo, muitas das quais poluidoras, e para onde vão dejetos das atividades em meio terrestre (DIEGUES, 1983). Por isso, a degradação dos recursos marinhos atinge mais os pescadores artesanais, pois atuam nos ecossistemas estuarinos e lagunares ou em águas rasas.

Além disso, o desrespeito às cadeias tróficas marinhas (por exemplo, a sobrepesca em lagoas e estuários de espécies como o camarão) e às dinâmicas dos ecossistemas são verificados nestes ambientes. Diegues (1983) alerta para o fato de que

inúmeras características dos processos de produção na pesca, ao contrário de outras atividades humanas (com exceção da caça), estão marcadas pela natureza dos recursos a serem explorados. (...) A desorganização do equilíbrio instável existente entre os diversos elementos que compõem um ecossistema natural, em casos extremos, levou à impossibilidade de os organismos naturais se reproduzirem, motivando o desaparecimento de inúmeras espécies aquáticas. (p. 82-83)

No Recôncavo Baiano, o desenrolar do percurso de exploração e produção de petróleo e derivados, que coincide com o histórico da atividade petrolífera no país, corresponde à situação apontada acima. O primeiro poço de petróleo brasileiro foi descoberto em Salvador, em 1939. Uma das primeiras refinarias do país, a Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), construída em 1950, está instalada no município de São Francisco do Conde (www.petrobras.com.br). A região abriga, ainda, o Pólo Industrial de Camaçari, implantado em 1978. É o “maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul” (www.coficpolo.com.br). Próximo a ele está o Porto de Aratu, no município de Candeias, em funcionamento desde 1977 para atender ao Pólo de Camaçari e ao Centro Industrial de Aratu (CIA), outro complexo industrial situado na região desde 1966.

No ano de 2010, o Porto de Aratu iniciou processo de ampliação, tanto como parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) (SEINP, 2011), quanto para aumentar sua capacidade de atendimento ao CIA. No mesmo período, dentro da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, na Baía de Todos os Santos, foram iniciados os trâmites para a construção do Estaleiro do Paraguaçu, ao lado do canteiro naval de São Roque do Paraguaçu (PROST, 2010), ainda que este tipo de empreendimento não seja permitido dentro dos limites de uma Reserva Extrativista (RESEX), de acordo com o SNUC³⁵.

Além dos empreendimentos instalados em terra, a região também é cortada por um gasoduto proveniente da plataforma de produção de gás natural no Campo de Manati³⁶, situado em frente ao município de Cairu, na região do Baixo Sul da Bahia, percorrendo trechos tanto em mar quanto em terra, até a Estação São Francisco, no município de São Francisco do Conde. O licenciamento da plataforma e do gasoduto nos trechos marítimos, diferentemente dos empreendimentos listados acima, é realizado

³⁵ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei No. 9.985/00.

³⁶ Campo de produção de gás natural situado na Bacia de Camamu-Almada e operado pelo Consórcio Manati, constituído por quatro grandes empresas petrolíferas: Petrobras, Queiroz Galvão, Norse Energy e Brasoil.

pelo órgão ambiental federal³⁷, e gerou os projetos de mitigação e compensação das quais o presente trabalho trata.

3.2 PIPP – HISTÓRICO, ESTRUTURA E SITUAÇÃO ATUAL

O Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades da Área de Influência Direta do Projeto Manati (PIPP) atendeu à condicionante da Licença de Instalação (LI) e, atualmente, da Licença de Operação (LO)³⁸ do Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Condensado no Campo de Manati, localizado na Bacia Sedimentar de Camamu, no Estado da Bahia. As atividades petrolíferas do Campo de Manati são executadas pelo Consórcio Manati, composto por quatro empresas³⁹ e operado pela Petrobras. O PIPP abrange os municípios pertencentes à área de influência do empreendimento: Cairu, Valença, Nilo Peçanha, Jaguaripe (localizados no Baixo Sul da Bahia) e São Francisco do Conde, Salinas da Margarida, Maragogipe, Saubara, Santo Amaro, Madre de Deus e Salvador (pertencentes ao Recôncavo Baiano).

Os mapas abaixo, extraídos do EIA enviado pelo Consórcio ao IBAMA, mostram a localização do empreendimento em questão. Eles se referem ao seu planejamento, a ser aprovado pelo órgão ambiental. Poucas alterações a este plano foram solicitadas; em relação à área abordada nesta pesquisa, não houve mudanças. O primeiro mapa mostra a delimitação da área explorada e marca onde ficam a plataforma (circundada pelo retângulo vermelho) e o gasoduto (desenhado em amarelo, percorrendo desde a plataforma até o município de São Francisco do Conde). O segundo faz uma aproximação para mostrar mais detalhes da localização do gasoduto no Recôncavo Baiano.

³⁷ No caso das atividades petrolíferas em mar, o órgão responsável pelo licenciamento é o IBAMA. O licenciamento dos empreendimentos em terra mencionadas neste texto, quando ocorreu, é de responsabilidade do órgão ambiental estadual.

³⁸ Condicionante da Licença de Instalação 317/05 e Condicionante 2.5 da Licença de Operação 595/2007. A parte terrestre do gasoduto: “foi objeto de licenciamento do CRA-BA” (EIA – Rev. 03)

³⁹ Petrobras, Queiroz Galvão, Norse Energy e Brasoil.

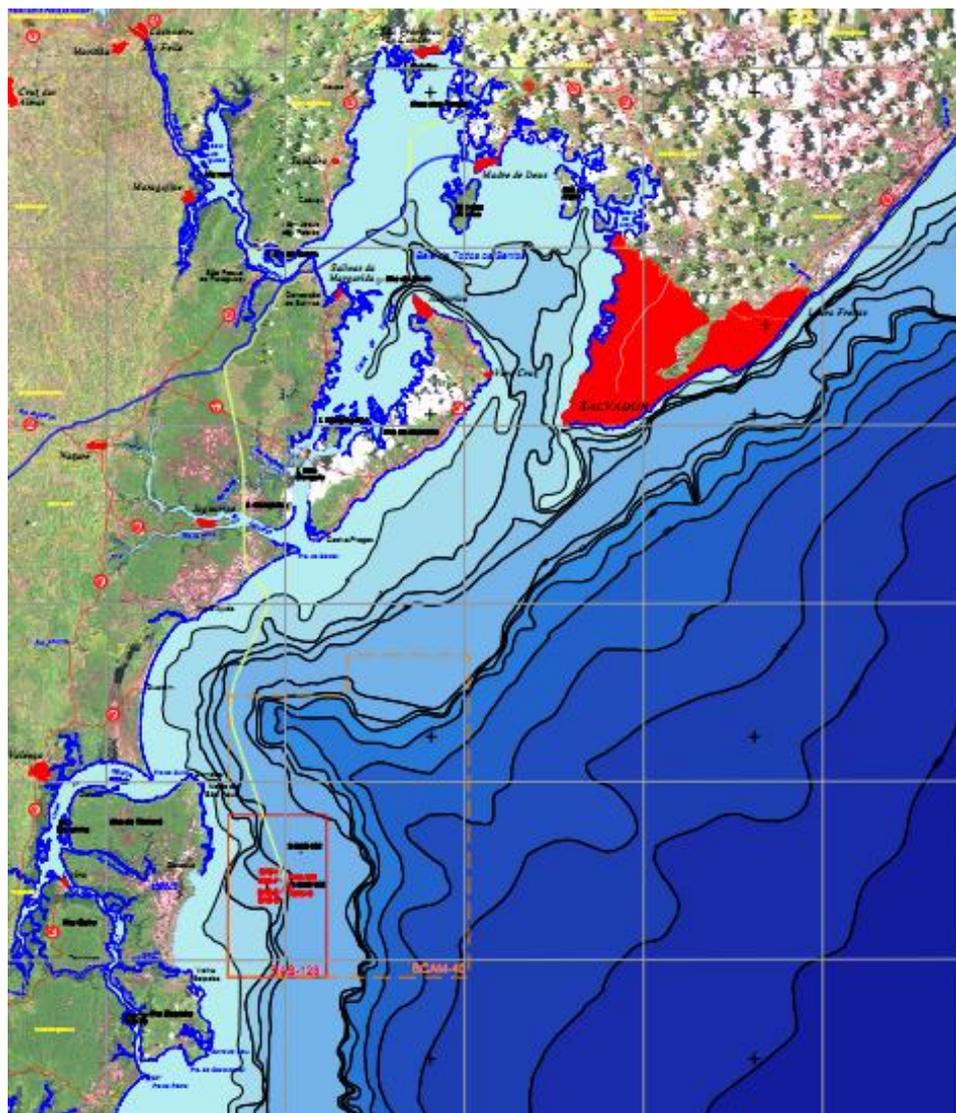


Figura 2: Detalhe do mapa de localização do empreendimento de produção e escoamento de gás natural do Bloco BCAM-40, ainda não denominado Campo de Manatí. Fonte: PETROBRAS, 2003.

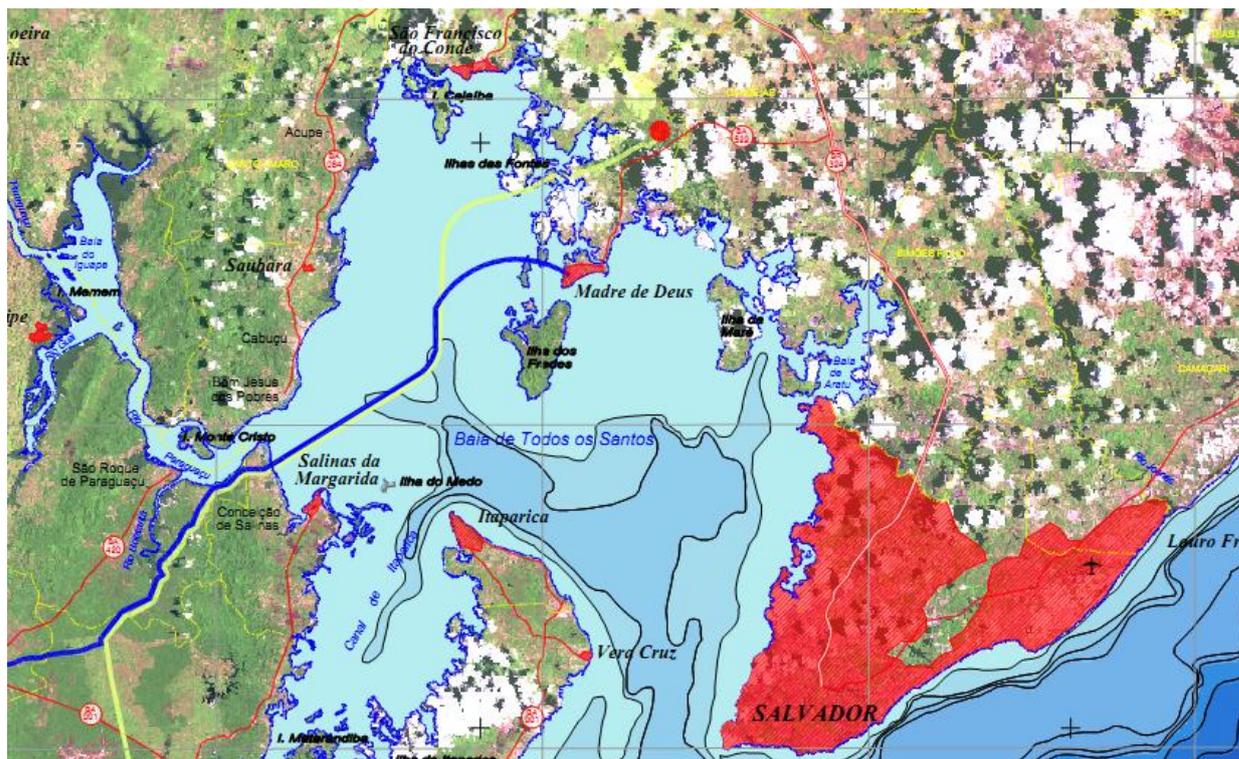


Figura 3: Detalhe do mapa de localização do empreendimento de produção e escoamento de gás natural do Bloco BCAM-40, ainda não denominado Campo de Manati. Fonte: PETROBRAS, 2003.

As localidades abrangidas pelo PIPP são as seguintes:

REGIÃO	MUNICÍPIO	COMUNIDADES
RECÔNCAVO BAIANO	Saubara	Sede, Cabuçu, Bom Jesus dos Pobres
	Santo Amaro	Acupe
	Maragogipe	Enseada do Paraguaçu
	Salinas da Margarida	Sede, Barra do Paraguaçu, Cairu de Salinas, Conceição de Salinas
	São Francisco do Conde	Sede, Engenho de Baixo, Ilha das Fontes, Ilha do Paty, Madruga, Monte Recôncavo, Muribeca/Ponta do Coco, Santo Estevão/Ilhote
	Madre de Deus	Sede, Maria Guarda, Quitéria, Cação, Suape
	Salvador	Ilha de Bom Jesus dos Passos
BAIXO SUL	Cairu	Sede, Boipeba, Morro de São Paulo, Garapuá, Gamboa, Moreré, São Sebastião da Cova da Onça
	Valença	Sede, Guaibim, Mangue Seco, Bolívia, Tendo
	Nilo Peçanha	
	Jaguaripe	Ilha D'ajuda

Tabela 1: Localidades participantes do PIPP, por município e por região.

Os sujeitos da ação educativa são pescadores artesanais e marisqueiras que vivem e trabalham nestas localidades. A definição dos grupos que participariam do programa foi construída ao longo do processo de licenciamento, desde o EIA apresentado para a concessão de licença, de acordo com o entendimento do IBAMA acerca das interferências causadas por uma atividade poluidora sobre outras atividades. Conhecer os grupos cuja atividade produtiva estava sendo afetada pela indústria petrolífera significa conhecer que atividade produtiva é esta, quais os seus contornos e características. Assim, as definições apresentadas pelo EIA foram complementadas, dentro do órgão ambiental, por aquelas provenientes da discussão apresentada em seção anterior.

De acordo com os documentos oficiais públicos (pareceres técnicos, EIA/RIMA, relatórios técnicos, ofícios e outros) consultados junto à CGPEG/IBAMA, a elaboração da proposta do PIPP teve acentuada intervenção desse órgão. O Consórcio apresentou as primeiras propostas, que, após análise da CGPEG, tiveram modificações encaminhadas

para a tentativa de efetividade na compensação e mitigação dos impactos do empreendimento. Vale dizer que as propostas eram elaboradas por consultores contratados pelo Consórcio, e para sua execução foram contratadas outras empresas de consultoria.

A elaboração e execução deste tipo de projeto é de responsabilidade da empresa petrolífera que requiere a licença ambiental, e ela pode recorrer à contratação de terceiros para realizar a tarefa. Existem complicações ainda não solucionadas decorrentes desta prática, que merecem um olhar mais detido. A posição social e econômica que a empresa ocupa em sua relação com o órgão ambiental e com as populações afetadas; a baixa valorização da educação ambiental por parte dos seus investidores; a pouca disponibilidade de pessoal capacitado para executar projetos de educação ambiental de grande porte no contexto não formal e o pouco domínio dos pressupostos teórico-metodológicos da EA para Gestão, são fatores que, juntos, vêm dificultando a concretização de muitos projetos de EA no contexto do licenciamento de petróleo e gás.

O desempenho das empresas em relação aos projetos de EA e suas interferências sobre os resultados não é o foco do presente trabalho, pois, como dito acima, o órgão ambiental teve participação ativa na construção deste projeto. Além disso, o foco desta pesquisa está na proposta construída no âmbito da gestão ambiental pública e suas relações com as populações impactadas por atividades petrolíferas licenciadas. Serão comentados apenas alguns entraves específicos verificados nos projetos aqui pesquisados, resultantes de desvios de condução por parte da empresa.

As primeiras propostas para o PEA exigido como condicionante de licença foram apresentadas no EIA e em suas complementações solicitadas pela CGPEG/IBAMA (PETROBRAS, 2003; 2004; 2005), como uma das exigências para obter a LI. Isto se deu entre 2003 e 2005. A empresa propôs inicialmente três projetos, ao invés de apenas um: Projeto de Educação Ambiental, Projeto de Acompanhamento e Capacitação Econômica e Organizacional dos Grupos que desenvolvem atividades associadas à Pesca e ao Turismo e Programa de Apoio a Projetos Ambientais da Região. A então ELPN solicitou que os três fossem integrados em um único programa, por verificar que havia ações comuns entre os três (IBAMA, 2005c). Solicitou também que as ações fossem precedidas por um diagnóstico participativo que desse subsídios para a execução de ações adequadas a cada localidade. Além disso, exigiu ajustes relacionados à metodologia e aos objetivos do programa.

A Licença de Instalação (IBAMA, 2005g) foi concedida mesmo antes do PIPP ser totalmente aprovado, porém constava como condicionante desta licença a solicitação de que fossem feitos os ajustes exigidos pela CGPEG em análises anteriores. Antes da sua aprovação, também, ocorreu o acidente na Laje do Machadinho, em Salinas da Margarida, o que motivou o pagamento de indenização aos prejudicados e condicionou a forma como o PIPP foi executado naquele município.

A proposta do PIPP (PETROBRAS, 2006a) foi aprovada pela CGPEG em julho de 2006, sob a solicitação de ajustes finais. O Programa iniciou neste mesmo ano, mas não em todas as localidades ao mesmo tempo: o Consórcio estabeleceu alguns critérios de prioridade a partir dos quais se definiu que as localidades do Baixo Sul seriam as primeiras atendidas. A exceção foi Salinas da Margarida, no Recôncavo. Como havia ocorrido o acidente na Laje do Machadinho no ano anterior, o diagnóstico participativo deveria ser realizado neste município ainda em 2006.

O objetivo geral do programa, apresentado pelo Consórcio, é o seguinte:

Construir um processo de aprendizagem capaz de provocar autonomia de sujeitos, onde as pessoas envolvidas possam ter condições de desempenhar o seu papel de cidadão, vez que a participação cidadã, quando exercida, pode contribuir para o manejo de todos os recursos de maneira que os direitos sociais, econômicos e políticos possam ser alcançados enquanto são mantidos os processos ecológicos, a integridade cultural, a biodiversidade e os sistemas que suportam a vida. (PETROBRAS, 2006a)

Importante lembrar que a essa época, as Orientações Pedagógicas haviam acabado de ser publicadas, e que a avaliação do projeto realizada pela ELPN se pautaria por ela, mais do que pelo objetivo geral colocado pela empresa. Na verdade, o próprio objetivo deveria ser elaborado de acordo com as Orientações, ainda que não utilizasse o mesmo esquema conceitual. Isto porque as propostas para projetos ou programas de educação ambiental são construídas sobre o alicerce da consultora que o criou, e, por mais que tente adaptar às exigências impostas pelo órgão ambiental, este está ciente de que nem sempre é possível a reprodução ou adoção completa do esquema teórico-conceitual. Assim, adaptações são aceitas, desde que não enviesem ou se distanciem demasiadamente dos objetivos almejados pelo órgão ambiental.

Em 2007, foi concedida a Licença de Operação (IBAMA, 2007a), da qual o PIPP passou a constar como condicionante. Sua execução deve ser mantida até que qualquer atividade relacionada a esta licença tenha acabado, ou seja, até que os reservatórios de gás natural do Campo de Manati tenham esgotado, o que se calcula em cerca de 20

anos. No final daquele mesmo ano, o Consórcio apresentou uma proposta específica para o Recôncavo (PETROBRAS, 2007), considerando os antecedentes, relacionados à interação com a atividade petrolífera, de cada município. Nesta proposta está a divisão do Recôncavo em três grupos de localidades, de acordo com a existência ou não de ações prévias de educação ambiental da Petrobras:

1. Enseada do Paraguaçu (Maragojipe); Saubara-sede, Bom Jesus dos Pobres e Cabucu (Saubara); Acupe (Santo Amaro): sem ações prévias. Enseada do Paraguaçu tem uma, mas ficou neste grupo.
2. Sede, Conceição de Salinas, Cairu e Barra do Paraguaçu (Salinas da Margarida): ações do PIPP relativas à compensação dos pescadores em interação com a indenização pelo acidente Laje do Machadinho;
3. Sede, Engenho de Baixo, Ilha das Fontes, Ilha do Paty, Madruga, Monte Recôncavo, Muribeca/Ponta do Coco, Santo Estevão/Ilhote (São Francisco do Conde), Sede, Maria Guarda, Quitéria, Cação, Suape (Madre de Deus) e Ilha de Bom Jesus dos Passos (Salvador): existência de projetos de responsabilidade social da Petrobras (*Repescar, De olho no ambiente e Conviver*).

Cada grupo teria uma estratégia diferenciada de diagnóstico e de implementação de projetos. De acordo com entrevistas preliminares com analistas ambientais da CGPEG, a região foi dividida, para fins de análise, em Recôncavo 1 e Recôncavo 2, estando o primeiro em um estágio mais adiantado que o segundo. A divisão foi feita da seguinte maneira:

- Recôncavo 1: Saubara, Santo Amaro, Maragojipe, Salinas da Margarida
- Recôncavo 2: São Francisco do Conde, Madre de Deus, Salvador

Para o presente trabalho, planejei inicialmente analisar três localidades: Acupe (Santo Amaro), Cairu (Salinas da Margarida) e a sede de Madre de Deus, sendo cada uma destas representante tanto da divisão estabelecida pelo Consórcio quanto pela CGPEG. As justificativas para cada uma delas são as seguintes:

- Acupe (Santo Amaro): dentre as compensações, está a criação de uma RESEX, o que está relacionado à gestão ambiental pública.

- Cairu de Salinas (Salinas da Margarida): caso da Laje do Machadinho.
- Sede (Madre de Deus) – demandas para compensação envolvem promoção de ações de EA voltadas para gestão pública.

Após a consulta aos relatórios de atividades enviados pelo Consórcio ao órgão ambiental, verifiquei que as ações em Madre de Deus estavam por demais incipientes, pois o diagnóstico participativo ainda não havia sido concluído. Assim, a incursão a esta localidade seria inócua no que se refere ao objeto da presente pesquisa. Decidi, então, por restringir o estudo a Acupe e Cairu.

Antes de descrever a construção do PIPP nas localidades estudadas, faz-se necessário um esclarecimento sobre sua implementação ao longo de sua área de abrangência. Como já explicado, deveria ser realizado um diagnóstico participativo em cada uma das localidades, a fim de serem planejadas ações que mais se adequassem às demandas das populações afetadas. Quando da realização dos primeiros diagnósticos, no Baixo Sul, os pescadores artesanais da região, que já haviam participado de processos semelhantes, exigiram que os projetos consistissem em fornecimento de infraestrutura e outros aportes que fortalecessem sua atividade produtiva. Sua experiência era de participação da implementação de medidas compensatórias, cujo caráter difere das medidas mitigadoras⁴⁰. O Consórcio, então, conduziu o diagnóstico de forma a atender àquelas demandas, fornecendo projetos de infraestrutura. O órgão ambiental aceitou o procedimento, mas fez exigências de complementações que garantissem o caráter educativo do projeto.

De acordo com o Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA No 257/08, emitido após o acompanhamento às primeiras reuniões devolutivas no Recôncavo, os parâmetros de negociação para os projetos seriam semelhantes aos aplicadas no Baixo Sul:

- a comunidade possui o poder de escolha sobre um projeto ou ações dentre as demandas apresentadas na etapa de diagnóstico no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) para um ciclo de dois anos;

⁴⁰ O Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), como o próprio nome indica, é exigido para empreendimentos⁴⁰ cujos impactos sobre grupos sociais da área de influência não são possíveis de serem minimizados, e por isso deve ser dada uma compensação a estes grupos. Atualmente, as etapas dos empreendimentos petrolíferos cujos processos de licenciamento podem gerar a exigência de PCAP são: pesquisa sísmica, perfuração e a fase de instalação da produção. Os projetos têm como diretrizes: diagnóstico participativo; fortalecimento da pesca artesanal; caráter coletivo; não pode substituir ações do poder público; não pode aumentar o esforço de pesca.

- o Consórcio deverá investir nas componentes relativas à formação e organização comunitária (cidadania), capacitação para pesca e acesso a políticas públicas para todas as comunidades, independente da escolha do grupo gestor [comissão eleita em cada comunidade para representar os sujeitos nas negociações com o Consórcio]. (IBAMA, 2008b, p. 5)

Cairu de Salinas

O primeiro impacto que atingiu a comunidade de Cairu de Salinas e adjacentes foi um acidente ocorrido durante a fase de instalação do empreendimento, em agosto 2005. Serrão et al. (2009) descrevem o acidente e as ações dos envolvidos: a reação da comunidade, a resposta do Consórcio Manati e a intervenção do IBAMA. O relato a seguir foi extraído deste artigo. O acidente ocorreu sobre a Laje do Machadinho, nome de um

afloramento rochoso (...) apresenta 1.122 metros de perímetro e uma área de 2,93 hectares, revelando-se como uma área de produtividade razoável de mariscos, com destaque para a espécie do “machadinho” (*Brachidontes exustus*), que não é comumente explorado em outras áreas (PETROBRAS, 2006, apud Serrão et al., 2009). (p. 126)

A extração do machadinho para venda possui vantagens econômicas para as mariscadeiras (que, segundo o artigo, se denominam desta forma), em relação tanto ao seu valor no mercado quanto às condições de extração, melhores do que de outros moluscos. Além de ser mais fácil a sua captura, “por possuir uma concha mais leve e exigir menos esforço” (p. 127), ela ocorre próxima ao local de moradia das mariscadeiras, facilitando a divisão desta atividade com o trabalho doméstico (PETROBRAS, 2006 apud SERRÃO et al., 2009). Na Laje do Machadinho, além deste molusco, também vivem outros animais marinhos, inclusive alguns em risco de extinção.

O referido acidente se deu em agosto de 2005, durante o enterramento do gasoduto na praia de Cairu, onde iniciava sua rota submersa.

“Antes do incidente, as mariscadeiras que estavam na praia pediram aos trabalhadores que estavam operando o guincho para aguardar a maré alta para realizar o trabalho, devido ao fato de que, na maré baixa, os cabos poderiam arrastar a laje e danificá-la. A solicitação não foi atendida e ao se instalar o duto, o cabo de aço varreu a laje, danificando-a.” (p. 127)

O acidente atingiu não somente as espécies que viviam na Laje, mas o meio de sustento de boa parte da população local. Como a empresa não apresentou nenhuma

forma de indenização às marisqueiras, elas fizeram uma manifestação, queimando pneus na estrada e impedindo as máquinas da Petrobras de passarem. Após este protesto, a empresa as procurou para negociação, em reunião registrada em ata e enviada ao IBAMA meses depois. A Associação de Moradores de Cairu listou 120 pessoas que haviam sido diretamente prejudicadas pelo acidente. Interessante observar que, consultando a ata, verifiquei o registro de que o presidente da associação havia admitido ter procurado contemplar o maior número possível de pessoas com a indenização, por causa da necessidade sofrida pela população local. Na reunião seguinte, está registrado que outro morador afirmou que mariscavam menos de 50 pessoas na laje, mas a Petrobras não questionou a quantidade e contemplou os 120 iniciais. Após as negociações, ficou acordado que a empresa pagaria as famílias com um botijão de gás e uma cesta básica por mês, inicialmente pelos próximos quatro meses, prorrogados de acordo com a comprovação de recuperação da Laje. Para isto, a empresa também se comprometeu, como parte da indenização, em realizar o monitoramento ambiental do local, observando o seu repovoamento pelo machadinho. A última medida indenizatória seria a construção da “Casa das Marisqueiras”, unidade de beneficiamento e comercialização de mariscos para uso das mulheres extrativistas.

Entretanto, todo este ocorrido só foi comunicado pela empresa ao IBAMA dois meses depois. A partir de então, o órgão ambiental interveio nas negociações, regulando-as para se ajustarem às suas diretrizes. A primeira medida, porém, antes de se pensar na indenização, foi o embargo da obra de enterramento do duto e a multa da empresa em dez milhões de reais. Posteriormente, a obra precisou ser revista, pois era necessário o enterramento, ali ou em outro lugar, por questões de segurança. O IBAMA acordou com as mariscadeiras que o enterramento seria feito na Laje, seguindo requisitos técnicos colocados por elas, para evitar novo acidente, e contando com a formação de uma comissão de acompanhamento, composta por membros da comunidade e dos outros setores envolvidos. Outras medidas foram exigidas pelo IBAMA à empresa no conjunto das compensações, indenizações e monitoramento ambiental.

Em relação ao projeto “Casa das Marisqueiras”, o órgão ambiental decidiu se reunir com as beneficiárias da Casa, com o objetivo de entender suas expectativas em relação ao projeto, a fim de: um, avaliar se a proposta havia sido construída de acordo com suas diretrizes, o que cancelaria o projeto como parte do PIPP; outro, para corresponder às expectativas, ao mesmo tempo em que ajustaria o projeto às diretrizes

de EA no licenciamento. Neste momento, o órgão ambiental entendeu que melhorias no beneficiamento do produto eram requisitadas, porém seria necessária uma reflexão mais aprofundada acerca de qual o melhor modelo a ser implantado, o que foi demandado da empresa.

Assim, a consultoria contratada pela Petrobras iniciou os trabalhos e, junto com a comunidade, chegaram à conclusão de que o projeto seria mantido, porém, ao invés de uma Unidade de Beneficiamento para cada comunidade (Cairu e Conceição), que se mostrou economicamente insustentável, seriam construídas Unidades Familiares de Beneficiamento (UFB's) na casa de cada família de marisqueira. Este modelo permitiria manter a dinâmica de trabalho tradicional (de beneficiamento dos mariscos em suas próprias casas), em que conciliavam produção com trabalho doméstico, e teriam melhores condições de segurança e higiene no processo de beneficiamento. Além das Unidades, também receberiam equipamentos para melhoria da higiene e segurança durante a mariscagem, e a criação de um centro de convivência e comercialização dos mariscos, “de forma a conferir a identidade do produto com sua origem e padronizar os preços.” (p.133) Por solicitação das marisqueiras, o projeto mudou seu nome para “Casa das Mariscadeiras”.

Analisando os resultados do processo de construção desse projeto, os autores do artigo observaram algumas mudanças significativas na comunidade: surgimento de lideranças legitimadas pela população, sendo que alguns deles elegeram-se a vereadores; exposição, pela própria comunidade durante os diagnósticos, do não funcionamento das prefeituras locais, por não fornecerem serviços básicos à população; organização das comunidades para os exigirem e para cobrarem informações sobre a utilização dos royalties; participação crescente das mulheres nas decisões sobre o projeto (ao contrário do que ocorria no início); articulações entre IBAMA e outros órgãos governamentais, e entre Petrobras e outros órgãos também governamentais, a fim de providenciarem suporte à população que não podiam ser supridos pelo PEA.

De acordo com os registros consultados no órgão ambiental, a Casa das Mariscadeiras e as UFB's foram construídas somente em 2009, mas os cursos de capacitação para seu uso iniciaram em 2007. Importante ressaltar que a Casa das Mariscadeiras seria construída, mas sua finalidade foi modificada, pois deixaria de abrigar o beneficiamento e passaria a ser um centro para comercialização do marisco e realização de atividades para as marisqueiras e os pescadores. Assim, passou a se

chamar também Unidade de Convivência e Comercialização – UCC (PETROBRAS, 2009).

O diagnóstico participativo ocorreu também apenas em 2009, quando se definiu como projeto a reforma e ampliação da casa do pescador, galpão utilizado como base pelos pescadores e marisqueiras para guardar e consertar petrechos, atar redes e outros usos que lhes fossem convenientes. Em outro documento consultado (PETROBRAS, 2010a), consta também a regularização das embarcações e da associação dos pescadores e marisqueiras. No mesmo período das devolutivas, de acordo com um dos relatórios semestrais de atividade enviados pela empresa (PETROBRAS, 2010b), foram entregues aos pescadores lanternas e seguros para as embarcações.

A leitura das atas das reuniões devolutivas (PETROBRAS, 2008b) para confirmação do projeto revela a preocupação dos sujeitos acerca de qual seria papel da associação e dos associados. A empresa havia colocado que era preciso que uma entidade representativa local se cadastrasse na Petrobras para assinar o convênio de execução do projeto. Para os presentes na reunião, estava em jogo o gerenciamento dos recursos e o uso da Casa, pois temiam que estivesse restrito aos associados (logo depois esclarecidos de que todos teriam acesso àquela).

Acupe

De acordo com a ata de reunião (PETROBRAS, 2008b) e o Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA No 257/08, a primeira reunião devolutiva após o diagnóstico participativo de Acupe ocorreu em junho de 2008. Para a implementação do PIPP em Acupe, bem como em todos os municípios, foi formado um grupo gestor que centralizaria a organização e encaminhamento de reuniões e a interlocução com o Consórcio. Assim, o grupo gestor havia se reunido com a comunidade antes da devolutiva, sem a presença da empresa nem do IBAMA, para decidir sobre que projetos solicitaria no âmbito do PIPP. No dia da devolutiva, porém, as demandas ainda não haviam sido decididas. Foram levantadas: a criação de uma cooperativa de pesca com a montagem de uma unidade de beneficiamento, a criação de uma RESEX, a doação de embarcações coletivas, articulação com o poder público para o fornecimento de serviços básicos e construção de conhecimentos relacionados à pesca. Diante das ponderações colocadas pelo Consórcio, pelo órgão ambiental e pelos próprios moradores em relação à viabilidade das demandas, a empresa fez duas contrapropostas. Os representantes da

CGPEG deram, então, o prazo de 30 dias à comunidade para decidir sobre qual delas seria a mais proveitosa.

Como não consegui recuperar documentos que indicassem qual a decisão feita pela comunidade, tomei como base o documento enviado pela empresa ao órgão ambiental em agosto de 2010 contendo a síntese da situação de cada uma das localidades abrangidas pelo PIPP (PETROBRAS, 2010a). Neste documento, afirma-se que os pescadores e marisqueiras de Acupe seriam contemplados com os seguintes projetos:

- a) Disponibilização de um galpão para armazenamento dos petrechos de pesca.
- b) Desenvolvimento institucional e fortalecimento da organização comunitária.
- c) Articulação para viabilização da RESEX e da Unidade de Beneficiamento (planejada pelo Governo do Estado).
- d) Plano B: duas embarcações, mais processo de organização comunitária para facilitar o acesso a direitos.

4 MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 COLETA DE DADOS

A coleta de dados consistiu em três etapas:

a) Consulta a analistas ambientais – Uma reunião com analistas ambientais da CGPEG/IBAMA para pedir informações sobre as comunidades do Recôncavo atendidas pelo PIPP, a fim de planejar as idas a campo, decidir a que comunidades ir, saber em que estágio cada uma está e outras informações relacionadas. Algumas outras consultas esporádicas ao longo da pesquisa.

b) Coleta de documentos no arquivo da CGPEG/DILIC/IBAMA – A CGPEG ocupa três andares no prédio da Superintendência Estadual do IBAMA na capital estado do Rio de Janeiro. Para obter os documentos, protocolei no escritório um pedido de autorização formal ao Coordenador Geral.

c) Pesquisa de campo – Duas idas a cada uma das localidades escolhidas (Cairu de Salinas e Acupe) para entrevistar os sujeitos. Os roteiros de entrevistas estão em anexo (anexo 2).

4.2 MÉTODO DE ANÁLISE

Para a análise das entrevistas, utilizei como método básico a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). De acordo com Bauer e Gaskell (2002), tal método, ao evitar a distinção entre métodos quali e quantitativos, estabelece uma ponte entre ambos: “No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos.” (p. 190). A análise de conteúdo associa a sistematização do texto à análise semântica, ou seja, a compreensão dos sentidos que este carrega, através, basicamente, da categorização dos enunciados e do estabelecimento de relações entre eles. De acordo com Bardin (1977), seu principal objetivo consiste em realizar inferências, a partir do material analisado, sobre o contexto em que está inserido, as “condições de produção/recepção da mensagem” (p. 42), e sobre como se dá tal inserção, o que implica, segundo Bauer e

Gaskell (2002), em “traçar perfis” sobre os contextos estudados a partir do material analisado.

Consideramos que chegar aos resultados da pesquisa significa realizar as inferências com base nas entrevistas, através da análise que está condicionada aos pressupostos teóricos do estudo, que por sua vez fornecem ferramentas para a compreensão (juntamente com outros recursos, como a revisão de outros estudos) do que é encontrado nas falas. Ou seja, a análise está necessariamente subordinada, associada, acolhida pelo conjunto que constitui a problematização, a fundamentação teórica e o conhecimento prévio sobre a realidade estudada.

Planejei a entrevista para servir como meio de transmissão de fenômenos que não foram possíveis, para mim, observar diretamente, bem como uma forma de conhecimento acerca de como os entrevistados significam o Programa aqui estudado. Acabei por perceber que o texto, no caso, o texto enunciado nas entrevistas, enquanto material de estudo, é produzido na própria entrevista. É um material de transmissão do conhecimento dos entrevistados, de forma mais ou menos estruturada, cuja organização é reconstruída pela análise. Durante a entrevista, o conteúdo das falas é produzido, o entrevistado organiza ali, naquele momento, seu conhecimento sobre o tema em questão.

Isto ficou claro na realização e na análise das entrevistas, pois a existência de perguntas, mesmo que dessem espaço para respostas abertas, conduziu a fala dos entrevistados para trazerem assuntos que se referiam a questões do seu cotidiano e de questões básicas, como trabalho e possibilidade de trabalhar, mas cuja organização, em forma de verbalizações, e sob o esquema e ordem trazido pelas perguntas, foi a entrevista quem trouxe. Por exemplo, ao responderem à pergunta sobre as dificuldades que atrapalhavam o trabalho, nem sempre os entrevistados traziam as dificuldades externas (vindas de outros sujeitos), mas após a primeira resposta, eu insistia e as externas apareciam.

Eu apresentei as categorias e os entrevistados complementaram com outras, sob cada uma das que eu trouxe, mas ao mesmo tempo, limitadas a estas. As respostas falavam do que eles lembravam no momento da entrevista, do que eles provavelmente pensavam que eu queria ouvir e do que estava mais pregnante para eles, pois vinha logo à tona. Por isso defendo que as falas, mesmo trazendo a realidade dos entrevistados, eram construídas no momento da entrevista, que era uma situação particular, extra cotidiano. Por isso o cuidado em realizá-las nas situações mais cotidianas possíveis, nos

locais e horários pertencentes à rotina dos entrevistados, para que seu cotidiano impregnasse as respostas, mais que o enquadramento da entrevista.

Em relação ao que eles pensavam que eu queria ouvir, relaciona-se a um dos cuidados anteriores, qual seja, saber com o que eles me associavam ali: universidade? Empresa? Nenhum dos dois? Alguém que poderia trazer algum benefício? Em alguns casos, esta última era subentendida. Em outros, principalmente dentre os que valorizavam a universidade, eu era estudante, pesquisadora. Em outros, principalmente dentre os que participavam do projeto, as respostas a serem dadas deviam ter certa formalidade, talvez mostrando o que aprenderam durante as reuniões e cursos oferecidos pelo projeto.

Existem diferentes técnicas, ou modalidades, de análise do conteúdo, a depender das unidades escolhidas para categorização. Por isso, a modalidade de análise de conteúdo: análise temática é particularmente útil para a presente pesquisa. De acordo com Bardin (1977), “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.” (p. 105)

A categorização das falas é precedida pelo processo de codificação, que consiste no tratamento dos dados, na

transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto (...). (Bardin, 1977, p. 103).

É a reconstrução do texto, que dá ao pesquisador o sentido e as respostas que ele procura. A atribuição de códigos, ou títulos, a cada trecho relevante do texto serve para organizar o material analisado, desembaraçando o aparente emaranhado que é, por exemplo, uma fala, e ordenando-a de maneira simplificada para, daí, compreender sua complexidade. Na análise temática, as unidades de registro a serem codificadas são os temas ou os objetos comunicados nas falas.

A partir do processo de codificação, o texto está preparado para o estabelecimento de categorias, que consistem em classes sob cujo título são reunidos elementos semelhantes. Na presente pesquisa, as perguntas do roteiro de entrevista introduziram algumas categorias (trabalho, participação em entidades representativas, relação com o PIPP, conhecimento acerca da Petrobras), e outras serão levantadas a

partir das falas dos entrevistados. Em última instância, a categorização é uma ferramenta para a interpretação, de acordo com regras muito claramente estabelecidas, através da repartição e reorganização do texto, baseada na teoria que orienta a pesquisa. Além disso, no caso em que as categorias são extraídas do material, opera-se a compreensão de como o sujeito organiza seu conhecimento acerca do mundo, ou no mínimo, como está organizando no momento da entrevista.

Para realizar a análise de conteúdo, optei pela utilização do programa Atlas.ti. A informatização dos dados me permitiu operacionalizar a codificação de maneira mais fidedigna e ágil.

4.3 RELATO SOBRE A COLETA DE DADOS

Foram realizadas duas idas a campo com intervalo de um mês entre elas, e, em cada ida, as duas localidades foram visitadas. A primeira visita teve caráter introdutório, para a qual levei um pequeno roteiro de entrevista (anexo), mas não utilizei gravador, apenas anotei a conversa. Os pontos de entrada para acessar os entrevistados foram escolhidos a partir da leitura dos documentos oficiais de comunicação entre empresa e CGPEG/IBAMA. Em Cairu, procurei a associação que representava os pescadores e marisqueiras (cujas sede era o objeto da reforma e ampliação implementados pelo PIPP) e a Casa das Marisqueiras. Em Acupe, o ponto de referência também foi a associação que representava pescadores e marisqueiras, ponto de ligação entre o PIPP e a comunidade. A finalidade da primeira visita foi:

- conhecer as lideranças e os grupos que estavam à frente do PIPP;
- apresentar-lhes a pesquisa, e discutir as possibilidades e limitações para a realização do trabalho de campo;
- solicitar indicações de outros entrevistados, direta ou indiretamente envolvidos com o PIPP, ou sem envolvimento algum;
- observar a dinâmica do trabalho dos pescadores, a fim de planejar entrevistas com outras pessoas, além das indicadas;
- planejamento da próxima visita.

Procurei observar que significado os entrevistados atribuíam a mim e à minha presença naquele local, pois isto faria parte da construção das respostas emitidas pelos entrevistados, e consegui ter um entendimento inicial. Para os entrevistados, sou alguém que vem de fora (assim como os outros que chegam: Petrobras, IBAMA, outros estudantes, visitantes) e que pode trazer algum recurso para a comunidade. Alguém com quem eles poderiam conversar muito, e principalmente apresentar as queixas (mais observado em Cairu, pois em Acupe, os entrevistados também enfatizaram os pontos positivos tanto do PIPP quanto da comunidade). Interessante notar que me foi perguntado mais de uma vez se eu era da faculdade.

Para a segunda ida a campo, dois roteiros de entrevista mais detalhados foram elaborados, um para aqueles que estavam diretamente envolvidos com o PIPP e um alternativo, para os pescadores que não conheciam o programa (anexo). Entrevistei novamente as lideranças e membros dos grupos diretamente ligados ao PIPP, e para isso fiz contato telefônico alguns dias antes, marcando o dia da entrevista. Para obter uma amostra dos pescadores que pudesse representar a localidade, instalei-me nos pontos de concentração: em Cairu, a Casa do Pescador; em Acupe, o Porto de Baixo.

Cairu

Primeira ida a campo

Cheguei à Associação de Pescadores e havia apenas dois homens atando rede, no espaço reservado para esta tarefa. A Associação, também chamada de Casa do Pescador, fica em um terreno em frente à praia de onde os barcos de pesca saem e onde aportam, ao final de uma das ruas da localidade, com poucas casas vizinhas. A Casa das Mariscadeiras, ou Unidade de Convivência e Comercialização (UCC) fica ao lado da associação, e vem sediando as atividades burocráticas desta. No momento em que cheguei, não havia movimento de pescadores, e poucas pessoas circulavam nas ruas que davam acesso à Casa. Alguns barcos estavam ancorados, flutuando na água. Quando perguntei aos homens que atavam rede se ali era a associação, e se poderia conversar um pouco com alguém, apresentar-me a algum representante, indicaram-me que eu fosse à Casa das Mariscadeiras e falasse com uma das mulheres. Não me perguntaram o que eu queria e nem me disseram que uma das mulheres com quem me mandou conversar era a presidente da associação. Só consegui me apresentar a eles no dia

seguinte, após ter conversado muito com as representantes da associação e com alguns pescadores.

Na Casa das Marisqueiras, ou UCC – Unidade de Convivência e Comercialização, conversei com duas componentes da diretoria da associação. Uma delas fazia o cadastramento dos pescadores, e a outra atendia uma moça (marisqueira ou mulher de pescador), parece que sobre benefícios aos quais tinha direito. A entrevista foi conduzida nos intervalos de suas tarefas. Nos dias seguintes, observei um pouco da movimentação na Casa e fui apresentada, pela diretoria da associação, a alguns pescadores, que concordaram em serem entrevistados na próxima visita.

De acordo com as representantes da associação, estão registrados 220 marisqueiras e 115 pescadores no Registro Geral da Pesca (RGP).

Segunda ida a campo

Novamente, iniciei a visita passando pela Casa do Pescador. Realizei as entrevistas com pescadores dentro da Casa, enquanto alguns atavam rede, outros chegavam e saíam do mar, ou aguardavam o mau tempo melhorar. Por estar no ambiente de trabalho dos pescadores, a entrevista se deu de acordo com sua dinâmica. Apliquei-a algumas vezes, de acordo com a rotatividade de pescadores no local, e, a cada aplicação, os que estavam presentes respondiam às perguntas ao mesmo tempo. A funcionária do monitoramento pesqueiro foi entrevistada no mesmo local, do lado de fora da Casa. Já as representantes da associação foram entrevistadas dentro da UCC, antes do início do atendimento ao público. O cenário geral que encontrei foi bem semelhante ao da primeira ida a campo, e, nos dias seguintes em que estive lá, houve apenas um leve aumento de pescadores transitando na Casa e na praia. A impressão transmitida nas duas visitas é de que os usuários do local, para além daqueles que encontrei, seguem uma rotina semelhante, tornando, assim, representativos aqueles que consegui entrevistar.

Ao todo, foram entrevistadas nove pessoas. Seis eram pescadores, sendo que, no total, passaram cerca de dez pessoas pelo local ao longo das entrevistas. Na Casa, havia também dois homens atando rede, mas não responderam à entrevista. Entrevistei duas componentes da diretoria da associação e a funcionária do monitoramento pesqueiro.

Acupe

Primeira ida a campo

Iniciei a primeira visita na associação, que funciona em uma casa na sede do distrito, no centro, junto com a escola que mantém. Uma nova sede está sendo construída no Porto do Meio, um dos pontos de desembarque pesqueiro da localidade. Conversei com sua tesoureira, que, após breve relato sobre o PIPP, levou-me até o representante da diretoria da associação, que estava trabalhando na obra da nova sede com mais dois pescadores. Conversamos sobre a pesquisa e sobre o andamento do PIPP em Acupe e, em seguida, ele me levou à casa de uma das componentes do Núcleo, grupo criado dentro do PIPP na localidade. Conversei com ela e outras duas marisqueiras, também integrantes do Núcleo e componentes da diretoria da associação. Todos aceitaram que eu retornasse e entrevistasse-nos mais detidamente, assim como entrevistasse outros pescadores.

Em Acupe, próximo aos pontos de desembarque, há uma quantidade maior de casas do que em Cairu, e o trânsito de moradores é maior, num constante vaivém entre aqueles pontos e as casas. É visível a ligação de boa parte dos moradores com a pesca, e a comunidade aparenta viver em torno desta atividade, a se ver pelos cestos dispostos nas entradas das casas, onde peixes secavam ao sol, e nos pescadores que transitavam levando petrechos e pescado não vendido no Porto. Os pontos de desembarque ficam ao longo da entrada do manguezal, por onde os pescadores saem e retornam e onde vendem seu pescado, assim que chegam do turno de pescaria. Os moradores dividem-nos em três: Porto de Cima, do Meio e de Baixo.

De acordo com uma das representantes da associação, estão registrados nesta entidade 1.005 associados.

Segunda ida a campo

O Porto de Baixo era o ponto principal de saída e chegada dos pescadores, por isso instalei-me ali para entrevistar aqueles que se dispusessem a me conceder alguns minutos. O primeiro contato foi com uma mulher que possui uma barraca de praia em outra localidade e eventualmente trabalha como atravessadora, e ela, por vontade própria, facilitou meu acesso aos pescadores. Foram realizadas entrevistas tanto individuais quanto coletivas, ou seja, com mais de um pescador ao mesmo tempo. O representante da diretoria da associação, juntamente com outro pescador, foi entrevistado em uma praça, próxima ao Porto de Cima. Os demais (componentes do Núcleo e funcionária do monitoramento pesqueiro) foram entrevistados em suas residências, onde seria mais conveniente para eles.

Foram entrevistadas 15 pessoas. Oito pescadores, três membros da diretoria da associação, outras duas componentes do núcleo, a funcionária do monitoramento pesqueiro e a comerciante.

Não fiz registro fotográfico das localidades visitadas porque, em Cairu, na primeira visita, perguntei às representantes se achavam inconveniente que eu o fizesse, ao que me recomendaram não tirar fotos, pois provavelmente não seria do agrado dos pescadores. Comentaram que já houve mau uso de fotografias daquele local (não me explicaram o que aconteceu), incomodando os pescadores e provocando resistência em relação a isso. Por isso, não tirei em Cairu e levei a regra para Acupe, onde acredito que não haveria resistência. Não seria fiel à pesquisa registrar apenas uma das localidades visitadas.

4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Os resultados da coleta de dados serão apresentados de forma entrelaçada à sua análise, correspondendo tanto às categorias introduzidas pelas perguntas quanto àquelas derivadas do que foi trazido pelos entrevistados. A fim de demonstrar como cada categoria foi estabelecida, será apresentado um resumo das respectivas falas, contendo algumas exemplificações.

CATEGORIA: PIPP

As falas sobre o PIPP foram divididas em duas categorias: Situação atual; conhecimentos e expectativas sobre o programa. A primeira categoria foi respondida pelas pessoas que estavam à frente do projeto em cada uma das localidades.

Situação atual do Programa

Cairu

Em Cairu, membros da diretoria da associação de pescadores e marisqueiras relataram a situação atual do projeto, que consiste na reforma e ampliação da casa do pescador. Nesta localidade, a execução do PIPP é capitaneada por funcionários da própria empresa. Na primeira entrevista, as representantes da associação relataram que muitos funcionários diferentes fazem a interlocução, cada hora um diferente. Na segunda entrevista, mencionaram uma funcionária específica como o ponto de conexão entre os sujeitos e o Consórcio Manati.

É importante destacar que a execução do PIPP em Cairu está entrelaçada à indenização pela destruição da Laje do Machadinho (doação de cestas básicas e vales-gás, construção da Casa das Marisqueiras e das Unidades Familiares de Beneficiamento). O diagnóstico participativo se deu de forma conjunta. Em relação ao PIPP, a associação de pescadores e marisqueiras é a entidade que representa a comunidade diante do projeto, e sua diretoria é composta principalmente por marisqueiras que receberam a indenização e trabalharam ativamente na interlocução entre a comunidade e a empresa, na garantia dos direitos daquela quando do acidente.

Segundo as representantes da associação, as obras ainda não foram iniciadas; apenas a realização de reuniões e a geração de expectativas. Concluíram todas as decisões no final do ano anterior – 2010 –, tudo que era da parte dos pescadores já foi feito, foi decidida a planta da casa e outros aspectos. Havia uma exigência de que a reforma da casa só iniciasse após a construção do cais pela prefeitura. Não encontrei referência a isto nos documentos consultados. O cais está quase pronto, como pude verificar. Porém, os representantes da Petrobras alegam que a empresa está fazendo ajustes internos. Apesar de todo o atraso por parte da empresa, as reuniões do grupo gestor continuam ocorrendo, por conta da própria comunidade, junto com as reuniões da

associação de pescadores e marisqueiras. O grupo gestor conta atualmente com oito pessoas, incluindo as duas entrevistadas.

A edificação para a casa do pescador já existe, porém pertence à prefeitura. Pouco tempo antes da entrevista, ou seja, dois anos após o diagnóstico participativo em Cairu, a Petrobras solicitou à associação o documento do comodato, comprovando a doação da casa, para que a obra pudesse ser iniciada. As representantes da associação me informaram que estavam providenciando o documento solicitado, e alimentavam a expectativa de que este fosse o último passo para a concretização do projeto. Acreditam que a Petrobras não cumpriu até agora porque ainda está no prazo dado pelo IBAMA, pois é este quem determina, e a Petrobras não pode desobedecer. Se o fizer, vai para justiça.

A última reunião entre a empresa e os pescadores e marisqueiras havia sido realizada em fevereiro de 2011, seis meses antes da minha ida à localidade. Daquela reunião, participaram a associação, o grupo gestor, a Petrobras e duas marisqueiras, além de pessoas vindas de Conceição, localidade vizinha também contemplada com o PIPP. Depois, a empresa não deu prosseguimento à intervenção na casa do pescador, limitando-se à realização do cadastramento dos pescadores para a regularização de embarcações, outra demanda atendida pelo PIPP em Cairu. Por dois meses, nem mesmo a funcionária da empresa que estabelecia a conexão entre esta e os sujeitos conseguia ser localizada por telefone, até o dia em que fez a ligação solicitando o comodato da casa.

Consultando o relatório de atividades enviado pela empresa à CGPEG/IBAMA (PETROBRAS, 2011), verifiquei que não é feita menção a esta lacuna. Também não são descritas ações relacionadas ao projeto, para além do referido cadastramento. No relatório, afirmam que o projeto da casa já foi concluído, confirmando o que uma das representantes da diretoria havia relatado ao me mostrar a planta feita pelo arquiteto contratado. Além disso, o relatório atribui as dificuldades de finalização do projeto a atitudes dos pescadores e marisqueiras em relação à organização comunitária (ou falta de) e em relação ao PIPP, e não, a falhas na capacidade da empresa em implementar o programa. As entrevistadas reconhecem que vêm cumprindo com sua parte, e que a demora é de responsabilidade do Consórcio.

Na primeira entrevista, uma das representantes afirma que a comunidade ficou mais unida após os projetos, e mais “alerta” em relação à Petrobras. Sempre que tem reunião para falar sobre a empresa, participam pessoas em um número muito maior do

que costumava ocorrer. Por outro lado, a outra conta que muitos pescadores ficam revoltados e reclamam que a Petrobras tem tanto dinheiro e não faz por eles, que a causa do atraso no PIPP é má vontade. Ela tenta justificar, diz que não é só má vontade, que eles têm toda uma burocracia interna. Um pouco de má-vontade, mas também burocracia.

Em relação à Casa das Marisqueiras, também não há avanços, por isso ela não está dando o retorno prometido. A Casa fica ao lado da casa do pescador, e dá apoio a esta, funcionando como base administrativa. Existe uma frustração com a UCC, que pode intensificar a frustração com o PIPP. Nem tudo foi cumprido pela Petrobras, que sempre alegar estar se acertando internamente para concluir o que havia sido combinado (como, por exemplo, o marketing da Casa enquanto ponto de venda etc.). A Laje ainda não foi recuperada, e as marisqueiras sentem o déficit. As entrevistadas queixam-se de que Casa não mudou em nada a vida das marisqueiras. Os freezers estão cheios de marisco, pois a venda não aumentou. Continuam vendendo como antes, nas casas, na rua, e os próprios moradores costumam comprar o produto para ajudar as trabalhadoras do mar.

As 80 Unidades Familiares de Beneficiamento – UFBs – estão paradas. Sua utilização correta, de acordo com o que foi ensinado nos cursos, possui um custo que não existia na forma convencional de beneficiamento. Há um gasto maior com água, gás e instrumentos, mas este custo não pode ser coberto, pois as vendas não aumentaram. Por isso mesmo, as marisqueiras não podem repassar este custo para o consumidor, aumentando o preço do produto, pois as vendas ficariam ainda mais fracas e perderiam na concorrência com produtos mais baratos ainda que de menor qualidade de manipulação. A doação de cestas básicas e vales gás ajudava a cobrir estes custos, mas a empresa interrompeu seu fornecimento, prejudicando por tabela a manutenção das UFBs.

Uma marisqueira que chegou à associação no momento da entrevista me levou até duas casas equipadas com UFBs, uma delas de sua irmã, que a utilizava no momento em que cheguei. Era uma das poucas mulheres que faziam o uso correto da Unidade. Outras aproveitavam o espaço para outros usos que não o beneficiamento de marisco, por não disporem de recursos para investir no procedimento correto.

Acupe

Em Acupe, o PIPP é conhecido como Projeto Manati. Os principais informantes sobre a situação atual do PIPP em Acupe foram quatro membros da diretoria da associação de pescadores e marisqueiras, entidade que representa a comunidade nos trâmites burocráticos e comunitários do projeto. Nem todos os membros da diretoria da associação estão diretamente envolvidos com o PIPP, mas todos se envolveram no início.

De acordo com o relato dos entrevistados, o projeto decidido foi a casa do pescador e da marisqueira, que servirá para guardar os apetrechos, armazenar o pescado e criar uma cooperativa. O presidente da associação afirma estar na finalização, “que é a formação do *núcleo*”, comissão formada pelos pescadores e marisqueiras em substituição ao grupo gestor. Este havia sido formado no início da implementação do projeto na localidade. Porém, a entidade que representava a comunidade frente ao projeto não pôde mais exercer este papel, por problemas internos, então o grupo gestor, ligado a ela, foi desfeito. Um novo grupo foi formado, o *núcleo*, composto por membros da diretoria da associação e outros pescadores e marisqueiras que se interessaram. O núcleo é composto por 20 pessoas.

A consultoria contratada pelo Consórcio organiza e lidera reuniões com a associação e o resto da comunidade, em que participam tanto pescadores e marisqueiras quanto pessoas de outras ocupações. São realizadas reuniões periódicas sobre o que é uma associação, suas funções, estatuto, cargos e outros assuntos relacionados. No período em que estive na localidade para fazer as entrevistas, ocorriam as últimas reuniões antes da compra do galpão. Antes de atuar no PIPP, a associação representava não somente pescadores e marisqueiras, mas outros setores da sociedade. Ao longo da implementação do PIPP, ela passou a representar apenas os dois primeiros, como resultado da reorganização conduzida pela consultoria contratada pelo Consórcio para executar o projeto. De acordo com os relatos, promoveu uma eleição aberta no início de 2011, e quase toda a diretoria foi trocada. Da gestão anterior, ficaram apenas o atual presidente e mais dois. Somente depois de toda a reestruturação foram iniciadas as reuniões para retomar os encaminhamentos do projeto em Acupe.

Em relação à obra, as decisões finais foram tomadas há pouco tempo, e ainda não é constatado atraso em sua execução. O *núcleo* está aguardando a vinda de especialistas para analisar a viabilidade do galpão a ser adquirido. Depois desta etapa, esperam que a verba seja liberada. Já ocorreram problemas anteriormente, mas parece que a mediação feita pela consultoria manteve o estímulo dos principais envolvidos,

pertencentes ao Núcleo. Os entrevistados não mencionaram a articulação para criação da RESEX como uma das demandas eleitas para o PIPP. Em relação à unidade de beneficiamento, relataram não estar dentro da compensação, porém falam sempre na cooperativa, que abarcaria, dentre suas frentes de atuação, o beneficiamento do pescado. Aqui também não há menção a ações relacionadas à gestão ambiental pública.

Os entrevistados consideram que as pessoas estão mais atentas com relação ao papel da Associação e com relação a seus direitos. A comunidade passou a participar; antes as pessoas eram acomodadas, queriam que a Associação resolvesse tudo. Os entrevistados demonstram ter esperança no projeto. Esperam que, além de armazenar os apetrechos, também sedie uma cooperativa. Por outro lado, um dos membros da diretoria alertou-me que algumas pessoas que eu procurasse para entrevistar poderiam me receber com resistência, talvez até com sarcasmo, por causa das muitas promessas de projetos não cumpridas, como, por exemplo, a primeira tentativa de implementação do Projeto Manati.

No início, era o *núcleo* quem se reunia com a Petrobras. Atualmente, há reuniões com cerca de 100 pessoas. A associação ia de casa em casa para levar informação a quem não frequentava as reuniões. Além disso, as pessoas também aderiram por causa dos temas das reuniões (quando ocorriam palestras) organizadas pela consultoria, temas como saúde e pesca predatória. Uma das entrevistadas, atuante no *núcleo*, enfatizou o quanto a comunidade passou a participar, antes acomodada e até mesmo desfazendo de quem participava de lutas por direitos deles próprios, com comentários do tipo “não têm o que fazer”.

Retomando as demandas escolhidas para o projeto em Acupe, está registrado nos relatórios:

- a) Disponibilização de um galpão para armazenamento dos petrechos de pesca.
- b) Desenvolvimento institucional e fortalecimento da organização comunitária.
- c) Articulação para viabilização da RESEX e da Unidade de Beneficiamento (planejada pelo Governo do Estado).

A criação da Unidade de Beneficiamento não está prevista como ação finalística do PIPP em Acupe, mas sim o fortalecimento comunitário com vistas a trazer para a localidade um projeto do governo estadual de construção de Unidades de Beneficiamento para pescadores artesanais. O mesmo se aplica à criação da RESEX, sendo que esta não foi mencionada por nenhum dos entrevistados. As falas demonstram

que há uma grande expectativa por parte dos sujeitos de que a cooperativa seja criada, e às vezes colocam como se esta já fosse integrante do PIPP.

Conhecimento e expectativas sobre o Programa

A todos os entrevistados, foi perguntado se conheciam o PIPP, e o que sabiam sobre este programa. Alguns deles inicialmente não reconheceram o projeto pelo nome, mas ao longo da entrevista, demonstraram ter algum conhecimento sobre aquele, principalmente os pescadores que não estavam diretamente envolvidos. Assim, verificaram-se níveis diferentes de conhecimentos sobre o PIPP, a depender da posição que o entrevistado ocupava em relação ao programa.

Cairu

Dentre os seis pescadores entrevistados, que não compunham nenhuma função diretamente relacionada ao PIPP, quatro afirmaram ter participado das primeiras reuniões, e depois não mais se envolveram. Eles relatam não participar das reuniões que vêm acontecendo, até porque nem todas são abertas à comunidade. Em um primeiro momento, em tom de crítica, afirmam que não recebem esclarecimentos, por parte dos envolvidos, sobre o andamento do projeto. Em outra fala, um deles diz que a associação participa diretamente e depois repassa as informações para eles. Não sabem dizer exatamente quais empresas estão envolvidas no projeto. A funcionária do monitoramento pesqueiro também participou apenas das primeiras reuniões.

Dois pescadores entendem que a razão de existência do PIPP deve-se aos dutos (à “tubulação”) que passa sob suas águas, gerando necessidade de compensação. Uma quantidade maior de entrevistados (cinco) está a par das condições sob as quais o projeto pode ser escolhido e implementado: a empresa estipulou um valor fixo, que pode ser gasto em algo que beneficie todos os pescadores. O dinheiro não pode ser distribuído, nem gasto em projetos individuais, mas para algo que beneficie a todos. Um deles utiliza o termo “comunidade”, quando afirma que o dinheiro não pode ser distribuído. Nenhum deles estabelece a relação entre o IBAMA e a exigência de execução do projeto.

Alguns dos pescadores explicam que o projeto será implementado em Cairu por causa do gasoduto que passa sob as águas em que exercem sua atividade produtiva, aparentemente reproduzindo o que lhes foi dito pelos executores do projeto. Como será visto mais adiante, reclamam que o duto rasga suas redes de pesca. Este problema é resolvido por indenizações, em que a empresa repõe as redes perdidas. Assim, o dano reparado pela indenização é visto como uma das causas da existência do PIPP, que faz sentido, já que, por mais que as redes sejam repostas, há uma grande interferência quando as redes são rasgadas, sua dinâmica é interrompida. Assim como ocorreu com o acidente da Laje do Machadinho, grande impacto causado pela presença dos dutos. Outros impactos do duto em si não são relatados, mas sim da presença da Petrobras na região.

A funcionária do monitoramento pesqueiro entende que o projeto é uma compensação para os pescadores, em uma ação iniciada com a construção da UCC, ou Casa das Mariscadeiras. Entretanto, não estabelece as relações entre quem exige o projeto e a partir de que legislação, ou exigências, a empresa é obrigada a executar. Afirma que deve ser executado porque os dutos interferem sobre a vida dos pescadores e marisqueiras, e, a partir disto, estes escolhem um projeto que atenda às suas necessidades.

Por outro lado, as representantes da diretoria da associação demonstram possuir maiores informações sobre o projeto. Sabem que é um projeto de compensação, por conta dos dutos do Projeto Manati, e afirmam que este deve pagar por estar explorando o gás na região. Uma delas acredita que o valor esteja diretamente atrelado ao quanto de gás é explorado. Além da reforma e ampliação da Casa do Pescador, também faz parte do PIPP a doação de equipamentos de segurança, petrechos de pesca e regularização de embarcações. A doação e a regularização ainda não foram concluídas, o que causou transtornos para muitos pescadores, que foram punidos pela Capitania dos Portos por estarem sem o registro de pescador, na expectativa de que seria proporcionado pelo PIPP, pela Petrobras.

As duas explicam o início do processo em Cairu, deixando claro porque as reuniões atuais são feitas com um grupo pequeno de pessoas:

É porque se formou um grupo, porque o povo tava cansado de participar das reuniões, se formou esse grupo gestor e só ficaram oito pessoas. As atas estão em casa (casa dela). (...) Foram poucas vezes que o povo participou. Aí quando decidiu realmente o que ia fazer, aí o povo disse: “escolhe assim um grupo, e aí resolve...”

Depois que se escolheu a ação, eles chamam assim né, que a ação não podia ser escolhida nem pela associação e nem por um grupinho de pessoas pra não ficar como se fosse... então se escolheu a ação com todo mundo, o carro de som chamou pra reunião, teve 3 reuniões com todo mundo.

E aí na última reunião foi que disse: “escolhe aqui quem quer ficar no grupo gestor”.

Aí foi nessa última reunião, a própria (...) sugeriu que se formasse um grupo pequeno, o grupo gestor, é que estaria nessa parte burocrática, de documento, o que é que tem que fazer... (Representantes diretoria associação A e B, Cairu)

Algumas falas demonstravam as expectativas dos pescadores em relação à efetivação do projeto, mesmo quando eu não perguntava diretamente sobre isto. Um dos pescadores, que participou das primeiras reuniões, afirma:

É, o que eu sei, é que, se for feito, vai ser legal pra gente. Principalmente isso aqui, essa reforma disso aqui [da Casa do Pescador], a gente vai ter lugar legal pra guardar nossa rede, pra consertar. Isso aqui, pra mim mesmo, tem muita utilidade, entendeu? Outros nem valoriza muito. Mas eu, meu irmão, outros aqui, que trabalham aqui direto... é só eu chegar aqui no porto, ter lugar de guardar minhas redes aqui, né? Isso é ótimo, entendeu? (...) É, não precisa levar pra casa... então pra mim, isso aqui é ótimo. E se vier vai ser ótimo, né? Porque nós podemos cuidar, porque tem outros que quebram, vandalismo mesmo, jogam bomba... as crianças, né, pra quem não tem utilidade, aí esculhamba, deixa aqui sujo... Isso aqui tem muita utilidade. (Pescador A, Cairu)

Uma das componentes da diretoria da associação fez uma fala que pareceu reproduzir o que era ensinado pelos executores do projeto (o mesmo se verificou em uma das entrevistas feitas em Acupe): o PIPP não é só para os pescadores, mas beneficiará toda a comunidade. Assim, a primeira reunião convocou toda a localidade, foi feito chamado com carro de som convidando a todos os interessados. O mesmo ocorreu em Acupe, inclusive comparecendo personalidades locais, como o maestro da fanfarra e o morador mais velho.

Porque o PIPP, agora que ele vai estar funcionando... Nós é que estamos vendo que ele vai beneficiar mais os pescadores, mas na verdade ele é um projeto que engloba pescadores, marisqueiras, a comunidade... Porque é algo que tem que vir pra beneficiar a comunidade como um todo. O PIPP não é direcionado só pra pescador. É pra comunidade. Como as primeiras reuniões foram abertas... teve carro de som, que avisou, chamou, então todo mundo participou. Quem não participou foi porque ouviu e não deu importância, não veio. (Representante diretoria associação A, Cairu)

Ela conta que a reforma e ampliação da Casa do Pescador foi decidida naquela ocasião, pois os comunitários entenderam que todos seriam beneficiados por um espaço organizado, com um grupo que estivesse responsável por sua gestão, que poderia ser utilizado para fins proveitosos para todos, como cursos e reuniões.

Acupe

Em Acupe, dos oito pescadores entrevistados, seis nunca tinham ouvido falar do PIPP. Dos outros, dois foram às primeiras reuniões, depois deixaram de participar. O mesmo para a funcionária do monitoramento pesqueiro. Esta justificou que, por trabalhar no monitoramento, prefere não participar de ações que envolvam tomadas de decisão relativas aos pescadores, por isso frequentou as reuniões apenas no início, afastando-se quando as decisões começaram realmente a ser tomadas. Um dos pescadores conhece o projeto através de sua esposa e a cunhada, que participam, indicando a presença forte das mulheres nas decisões sobre o Projeto. Ele sempre busca informações através dela, mas, mais adiante, afirma não poder deixar de trabalhar para participar das reuniões, além da descrença em projetos. Aqueles que ainda frequentavam eram os diretamente envolvidos: o presidente da associação e as componentes do núcleo. Nesta localidade, o PIPP é conhecido como Projeto Manati.

As informações sobre o PIPP que as componentes do núcleo possuem não lhes permitem formar o quadro completo onde o projeto da Casa do Pescador está inserido, ou seja, o fato de ser executado como atendimento a condicionante de licença ambiental. Elas, assim como os pescadores que participaram das primeiras reuniões, entendem o PIPP de forma fragmentada: sabem quais são os entes envolvidos (IBAMA, Petrobras e uma delas diz que também o Manati), conhecem o projeto e os benefícios que trará, sabem qual o conteúdo dos cursos e reuniões, porém não tomaram ciência de que ele é oriundo de uma condicionante, exigida pelo IBAMA ao Consórcio Manati, para a concessão de licença ambiental. Relacionam diretamente à associação: o projeto veio por meio desta, para ajudá-la, ou para ajudar a sede (a Colônia). Uma das entrevistadas chega a afirmar que quem trouxe o projeto foi o presidente da associação, que “certamente correu atrás”. A funcionária do monitoramento entende que o grupo de comunidades (incluindo Acupe) por onde o gasoduto passa foi contemplado pelo

projeto, para “amenizar a situação”, pois o Manati ganha dinheiro com a extração e venda do gás, utilizando este gasoduto.

A Casa do Pescador conseguiu unir diversos benefícios para os pescadores da localidade. Servirá para guardar petrechos (nos *tijupás*, espaços reservados para cada pescador alocar seu material) de pescadores que moram longe do porto, no morro, para realizar o beneficiamento do marisco e para abrigar uma cooperativa, esta composta apenas pelos atuais integrantes do Núcleo. Se a unidade de beneficiamento for concretizada, o marisco será beneficiado e comercializado em conjunto, para compradores fixos, e o faturamento dividido por todos os membros da cooperativa. Antes da abertura da Casa, estão sendo realizados cursos para a diretoria e para a comunidade, capacitações sobre como administrar a Casa e sobre relações intragrupo. A representante da associação aparentemente reproduz uma fala enunciada pelos executores do projeto:

Esse projeto não é só pro pescador e pra marisqueira, é pra toda a comunidade. Tanto faz se é pescador e marisqueira... porque é da associação, aí o povo da Colônia, pescador e marisqueira também, vai servir pra eles... é de toda comunidade, esse projeto. (Componente do núcleo A, Acupe)

Outro membro da diretoria da associação, que está há mais tempo no quadro desta, possui um pouco mais de informação em relação à legislação que determina a exigência do projeto. Sabe que o projeto existe por causa da tubulação que passa por baixo d'água, porém acredita que seja como compensação pelas redes rasgadas, o que de certa forma não carece de sentido, já que este é o principal impacto dos dutos sentido pelos pescadores, ainda que estes sejam indenizados, e não, compensados. Faz a distinção entre o Manati, a quem os dutos pertencem, e a Petrobras, que, segundo ele, causa danos até hoje, e que a lei manda que pague royalties como compensação. Os royalties são utilizados para todo o município, mas, segundo o presidente, os principais afetados, os pescadores de Acupe, não recebem benefícios nem projetos advindos desta arrecadação.

O mesmo entrevistado explicou que as reuniões do projeto são abertas à comunidade, mesmo para quem não participa do núcleo. Acha importante que a comunidade fique a par do que vem sendo encaminhado. Explica como foram as reuniões iniciais, de forma semelhante ao que outras entrevistadas haviam explicado:

Tudo tem que ter trabalho na assembleia, que é o soberano na entidade da associação. Então foi feita a assembleia, e sócios concordaram na compra do galpão, através do acompanhamento da (consultoria), e a assembleia concordou com a formação do núcleo. Na própria assembleia, nós pedimos que fossem aprovadas as pessoas que deram o nome para participar do núcleo. Tem muitas pessoas que estão desistindo, mas a gente vai seguir com o que a assembleia deliberou. (Representante diretoria associação C, Acupei)

Mesmo assim, alguns pescadores queixaram-se de não receber informações, de haver um “grupinho” que decide e não repassa as decisões e informações para a comunidade. Um dos entrevistados havia dito que não participa das reuniões por falta de tempo e também por descrença em promessas de projetos para o pescador. Queixam-se que com o Projeto Manati foi o mesmo, houve levantamento de dados e reuniões sobre o projeto, mas nada ainda foi concretizado. Ainda assim, afirmam que, caso o projeto se realize, trará benefícios para os pescadores que possuem menos condições de manter seus petrechos.

As expectativas em torno da Casa do Pescador, enunciadas por pessoas diretamente ligadas ao projeto referem-se a resultados de médio prazo, porém de fortalecimento da atividade pesqueira. O principal membro da diretoria entende ser necessário haver um aprendizado sobre o trabalho em cooperativa, por isso apenas os participantes do núcleo comporão a cooperativa no momento, para que esta possa abrigar mais pescadores, num futuro próximo. A entrevistada que participa do núcleo acha o mesmo, que devem se integrar mais pessoas à cooperativa. Existe a expectativa, mesmo por parte dos que desistiram de participar. Devo destacar mais uma vez que a Unidade de Beneficiamento, gerida sob forma de cooperativa, não é uma meta do projeto em Acupei, mas um resultado esperado da organização comunitária, cuja promoção, esta sim é meta do projeto.

Quando perguntei ao representante da diretoria da associação sobre o que ele acha do projeto, ele respondeu que acha bom, mas não o considera suficiente para compensar a ação da Petrobras ali, que já tem mais de 20 anos. Além disso, é pouco, considerando tudo que a Petrobras poderia dar, considerando também que há mais três empresas no consórcio. Cita os royalties, mas também não são suficientes, pois não são compensação, já são outra obrigação, destinadas para todo país.

Não usam expressões como licenciamento ambiental, e apenas os que estão à frente das associações reconhecem e entendem o PIPP como uma exigência do IBAMA.

A inclusão do monitoramento pesqueiro na execução do PIPP é entremeada pelas relações que suas funcionárias possuem com as entidades representativas e com os processos de decisão, sejam relações de apoio ou de discordância.

CATEGORIA: ATIVIDADE PRODUTIVA

Todos os entrevistados são envolvidos com a atividade pesqueira artesanal, mesmo os que não mais exercem a pesca como atividade principal, como é o caso dos que estão à frente das associações abordadas. Em Cairu de Salinas, as representantes da associação de pescadores e mariscadeiras exerciam esta atividade, mas passaram a mariscar menos desde que assumiu a presidência da associação, devido à disponibilidade de tempo que esta função requer. Em Acupe, o principal representante da diretoria também deixou de pescar diariamente após assumir o trabalho que ele chama de “social”, na associação. Ao contrário da maioria dos entrevistados cuja atividade principal é a pesca, que fazem a captura nos estuários, ele relata preferir pescar em alto mar.

Além destes, também não são dedicadas totalmente à pesca as duas funcionárias da empresa que realiza o monitoramento pesqueiro em cada uma das comunidades. Apesar de costumar mariscar, antes de ser empregada no monitoramento, esta nunca foi sua atividade principal, nem de sua mãe (como usual na comunidade), que trabalhava na escola local. Ainda assim, relata conhecer e saber capturar todos os mariscos disponíveis no local. Já a entrevistada de Acupe se classifica como marisqueira, assim como sua mãe também o é. Uma das secretárias da associação também marisca, mas não como atividade principal, mas como complemento à sua renda. Ela estuda e pretende ingressar na faculdade.

Em relação aos entrevistados que são estritamente pescadores, nas duas comunidades, relataram capturar crustáceos (principalmente camarão, mas o siri também foi mencionado), mariscos (foram citados: chumbinho, sururu, ostra de mergulho, tarioba e mapé ou aribi. Em outros momentos, falaram do bebe fumo) e peixes (os entrevistados não especificaram quais, apenas um deles falou do baiacu, mais adiante citaram miroró, sardinha). Praticamente todos os pescadores responderam à pergunta “Como é sua rotina?” da mesma forma: iniciaram informando que seu dia a dia é a pesca, logo em seguida falaram sobre o horário de saída e de chegada do mar,

variável de acordo com a maré. Saem todos os dias, exceto quando o tempo não está favorável (como ocorreu nos dias das entrevistas, quando chovia e ventava).

Comparando com locais onde a economia se desenvolveu com a complexidade que caracteriza o crescimento do sistema capitalista, a atividade produtiva é pouco diversificada nas comunidades estudadas, como ocorre com a pesca artesanal em geral. As variações, ainda que poucas e dentro da mesma classe, são relatadas por alguns dos entrevistados:

Aqui tem vários tipos de pesca, cada um desenvolve a sua. Tem a ridinha, pesca de gaiola... e tem vários, cada um exerce sua função. Da minha infância até o ano passado, pesquei de ridinha. Do ano passado pra cá, comprei uma ressa de camarão, uma canoa. A profissão é a mesma, só mudei de arte. Agora que tá esse vento, esse temporal, saí de ridinha. Não há condições de sair com minha arte, vou sair com os demais aí. (Pescador D, Acupe)

Variações ocorrem também, como visto no final do relato anterior e nas duas falas abaixo, devido à necessidade de adaptação à dinâmica do recurso pesqueiro. Os relatos coadunam com a literatura sobre pesca artesanal em relação à multiespecificidade do pescado (DIEGUES, 1983; IBAMA, 2005; WALTER, 2010), ou seja, o fato de não se restringirem a uma espécie:

O pescador pesca de acordo o que tá dando. Se não tá dando, ele já muda... se não tá dando siri, ele vai de sardinha, se não tá dando sardinha, ele vai de camarão, e vice-versa. Pra não ficar parado. (Pescador E, Acupe)

Pescar... quando tem camarão, a gente sai pra pescar camarão. Quando não tem, a gente sai pra pescar peixe... mais ou menos assim. (Pescador A, Cairu)

Apenas alguns falaram sobre a arte de pesca (redinha, ressa de camarão, pesca de gaiola e manzuá) e o tipo de embarcação (canoa) que utilizam e quais tipos de pescado costumam capturar. Em Cairu, como as entrevistas foram feitas na Casa do Pescador, onde havia homens tanto atando rede quanto chegando e saindo do mar, perguntei sobre o trabalho de atar rede, se todos faziam esta tarefa, ou se havia uma divisão. Um dos entrevistados respondeu que havia pescadores que atavam sua própria rede, mas havia aqueles (como era seu caso) que pagavam para outras pessoas atarem, geralmente pessoas que viviam da prestação daquele serviço.

Todos os entrevistados afirmaram estarem vinculados a uma entidade representativa: alguns estão ligados à colônia do seu município, e outros, à associação de pescadores e marisqueiras da sua localidade. A maioria justifica seu vínculo por ser a

forma de garantir o seguro-defeso e outros direitos, como o recebimento de indenizações da Petrobras (Por exemplo, quando houve o vazamento de óleo na Refinaria Landulpho Alves).

Dificuldades relacionadas ao trabalho

As dificuldades que impedem o pleno exercício da atividade pesqueira ao mesmo tempo, de forma dialética, constituem o que é o trabalho ou a atividade. E constitui o significado que o trabalho possui para aqueles que o executam. Perguntar sobre as dificuldades, além disso, abre o leque de relatos dos pescadores e aprofunda no que constitui sua atividade e qual conjunto de relações condiciona sua forma de existir, pois os entraves e impedimentos são causados por outros agentes/sujeitos que não aqueles que os executam (já que nenhum relato de dificuldade própria foi registrado).

Condições naturais

Quando perguntados sobre quais as dificuldades do seu trabalho, sete entrevistados das duas localidades levantaram problemas relacionados às condições naturais inerentes à atividade e aos locais onde pescam. Neste grupo, incluiu uma das marisqueiras que relatou ter desenvolvido alergia a mariscos, o que atualmente deixa-a impossibilitada de exercer sua atividade. É importante informar que, nos dias em que as entrevistas ocorreram, ventava muito e caía uma leve chuva nas duas localidades, atrapalhando a saída dos pescadores para o mar. Assim, três dos entrevistados mencionaram o mau tempo como dificuldade para o trabalho. Um deles completou: “Porque pescador é assim, você sabe que é uma aventura, ele só tem o dia que ele trabalha, né.” (E, Cairu) Esta fala exemplifica a noção da dificuldade enquanto negação definidora: a pesca é definida como aventura por não contar com formas de suporte que supram as lacunas de produção causadas pelas dificuldades que enfrenta, ainda que estas, de certa forma, possam ser previstas. A outra dificuldade levantada foi o risco causado pela presença de um peixe chamado niquim, que circula por onde os pescadores andam ao descer da canoa, no mar, e provoca lesões instantâneas, deixando sequelas em quem nele pisar.

Conflitos ambientais

Foram feitas duas perguntas que abriram espaço para falas sobre os conflitos ambientais existentes nas localidades: i) Quais as dificuldades do seu trabalho?; ii) Desde quando começou a ouvir falar na Petrobras e o que sabe sobre (a Petrobras)? Tanto as respostas à primeira quanto à segunda trouxeram relatos de problemas ambientais causados pela petrolífera. Ou seja, há uma associação direta entre Petrobras (e, podemos extrapolar, entre a atividade petrolífera) e danos causados aos recursos naturais. Além disso, correspondendo à expectativa desta pesquisa em aproximar-se da complexidade de intervenções sobre o meio ambiente no Recôncavo Baiano, a primeira pergunta abriu a oportunidade de serem relatados problemas ambientais desencadeados por outros sujeitos, que não aquela empresa. Por haver diferenças, ainda que sutis, entre o conteúdo e a frequência das respostas dadas em cada localidade, apresentaremos separadamente uma síntese do que foi dito em cada uma delas, iniciando por Cairu, e em seguida, Acupe.

Cairu

Os principais problemas apontados, por praticamente todos os entrevistados, foram causados pelas atividades da Petrobras ou do Consórcio Manati:

- os dutos, que rasgam as redes arrastadas pelos pescadores, foi o problema apontado por praticamente todos os entrevistados. O Consórcio Manati, proprietário dos dutos, indeniza os pescadores com redes novas, porém a devolução não é imediata, além de ser apenas da malha da rede, cabendo ao pescador aprontá-la para o uso (explicar. Os pescadores que não fazem este trabalho precisam pagar a outros para fazer sua rede).

- o acidente da Laje do Machadinho, ocorrido em 2005, mas cujos impactos são sentidos até o presente.

- um dos pescadores mencionou o dano causado por pesados caminhões da empresa, que passaram muito próximos às casas, destruindo suas estruturas. Segundo ele, algumas casas foram reformadas como indenização, mas outras ainda estão pendentes.

Então isso tudo tá prejudicando a gente... a mim. Não tô citando ninguém. Eu, (...)... Não falo pela comunidade. Porque tem gente aí que acha a Petrobras o máximo. Que ajuda... Já eu não acho. (Pescador C, Cairu)

São problemas aparentemente pontuais, mas que, de acordo com a fala de alguns dos entrevistados, são crônicos e afetam cotidianamente as suas vidas.

Depois que a Petrobras chegou aqui, piorou tudo. Não dá emprego pra muita gente. Só fez destruir. Ela chega, não quer saber de nada. Destroí mesmo. Mas pra mim, não gosto da Petrobras. (Pescador C, Cairu)

Outro problema apontado foi a mortandade de peixes atrelada ao fenômeno conhecido como maré vermelha, que não atribuem à Petrobras, mas questionam suas causas, dando uma amostra do que foi a polêmica noticiada pela mídia à época em que o problema ocorreu. Os prejuízos causados aos pescadores foram parcialmente reparados com indenizações pagas pelo governo do estado da Bahia e pelo governo federal, na forma de cestas básicas, pagamento de seguro-defeso e pagamento por quilo de marisco afetado entregue ao órgão ambiental (IMA website). A maré vermelha ocorreu em março de 2007, culminando na morte de mais de 50 toneladas de peixes e mariscos na BTS, encontrados boiando no mar ou lançados às praias dos municípios de Santo Amaro, Saubara, Salinas da Margarida, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Maragogipe (Jornal A Tarde, 2007). O nome maré vermelha se refere à causa da mortandade, descoberta após investigação realizada pelo então Centro de Recursos Ambientais – CRA, vinculado à então Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, do estado da Bahia⁴¹.

Segundo o laudo técnico emitido pela instituição (Secom/BA, 2007), o fenômeno consistiu na proliferação de microalgas a níveis de concentração muito superiores ao normal (por isso a coloração escura, que origina o nome “maré vermelha”), que se depositavam nas brânquias dos peixes, matando-os por asfixia. Além disso, a disponibilidade de oxigênio na água foi reduzida por causa da grande quantidade de matéria orgânica em decomposição. Tal proliferação, de acordo com o laudo, ocorre quando “as microalgas do plâncton encontram um ambiente favorável,

⁴¹ Após a última reforma da gestão ambiental pública do estado da Bahia, com a Lei No. 12.212/2011, os órgãos executores da política ambiental estadual (Instituto do Meio Ambiente – IMA e o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá) se fundiram no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. Aqueles dois órgãos, em reforma anterior, seguindo a Lei No. 11.050/2008, substituíram, respectivamente, o Centro de Recursos Ambientais – CRA e a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH. Nesta reforma, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos passou a se chamar apenas Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, denominação mantida até o presente.

como por exemplo, riqueza em nutrientes e condições oceanográficas estáveis.” (Secom, 2007).

O resultado da investigação promovida pelo estado apenas aumentou a polêmica iniciada com a mortandade dos peixes, quando suas causas ainda eram desconhecidas. O laudo técnico, apesar de descrever precisamente a relação entre a maré vermelha e a mortandade, deixa de lado questões fundamentais, que indicam a situação de abandono público em que se encontram os municípios em torno da BTS. Um dos pontos cruciais é saber a origem da riqueza de nutrientes que, combinado às condições climáticas e oceanográficas de então, provocaram o fenômeno.

Os pescadores também falaram sobre a diminuição do estoque de caranguejo no manguezal, e um deles atribui a vazamentos de óleo. Contaram que costumavam capturar este crustáceo, mas já não vão ao manguezal há muito tempo. Entretanto, este problema, relatado na entrevista em grupo, não gerou maiores relatos ou comentários pelos pescadores presentes, o que diz, talvez, sobre a relevância já não tão alta para suas vidas, ao mesmo tempo em que não permite que sejam elaboradas maiores conclusões.

Acupe

Algumas queixas são semelhantes às de Cairu, porém apareceram com frequência diferente do observado em Cairu, e surgiram outros problemas, que não apareceram em Cairu. Foram relatadas a ocorrência de atividades ilegais, diminuição do estoque de pesca, danos provocados por projetos do governo estadual, conseqüências da maré vermelha e acidentes relacionados a estruturas da Petrobras. Em relação às atividades criminosas, a primeira mencionada foi a pesca com bomba, prática criminosa comum na BTS e apontada por dois dos entrevistados, que acusam pessoas de fora da comunidade de realizarem tal prática. Já houve também a extração clandestina de areia em bancos povoados por mariscos, entre os anos de 2009 e 2010, interrompida pela ação da polícia. Este problema também foi lembrado por apenas dois dos entrevistados, que não souberam informar quem eram os responsáveis pela extração, apenas disseram ver barcos entrando e levando grandes montantes de cascalho.

Os pescadores que foram entrevistados em conjunto mencionaram o início de uma obra, em ilhotes próximos, onde capturavam mariscos, de uma contenção, que impedia a chegada dos mariscos para os pontos de pesca. A contenção era parte de um

empreendimento hoteleiro que seria construído nos ilhotes, mas que foi embargado, segundo eles, por conta de sua resistência e reivindicações.

Por outro lado, uma quantidade significativa de entrevistados afirmou ter havido diminuição do estoque de peixes e mariscos na localidade. Sete destes apontaram como causas o aumento da população local, explicando que seus novos membros se dirigem para a mesma atividade pesqueira que as gerações anteriores. Não somente os pescadores apontaram este problema, mas também a funcionária do monitoramento pesqueiro e a secretária da associação e componente do núcleo, ambas envolvidas com a atividade de mariscagem, sendo que a primeira coleta informações sobre o pescado, ou seja, tem acesso direto às informações provenientes dos pescadores. Ela falou sobre a pesca predatória, sem consciência, capturando, por exemplo, fêmeas de siri (patonas), em reprodução. Um dos pescadores é taxativo:

A sardinha tá ficando cada dia mais escassa, porque a população tá cada dia mais aumentando. (Pescador E, Acupe)

Outra entrevistada, representante da associação, profere frase semelhante:

Porque o marisco tá ficando cada vez mais precário. Tá diminuindo cada vez mais, porque tem muita gente mariscando. (Componente do núcleo A, Acupe).

Um dos pescadores entende como um indicador da redução do pescado o fato de os pescadores estarem substituindo suas antigas canoas de madeira por outras, feitas de fibra, que alcançam maiores distâncias:

Há uns anos atrás, a senhora notaria que tinha muita canoa de madeira. Hoje, você vai encontrar mais de fibra, com motor. Porque as coisas tá ruim aqui no mar da gente, a gente parte já pra outro lugar... mais longe. E uma canoa hoje, no remo, não tem condição mais... pra você ver como é que tão as coisas aqui no costeiro. (Pescador D, Acupe)

Os problemas relacionados à atividade da Petrobras na região foram levantados por sete entrevistados, incluindo o presidente da associação e uma pescadora componente do Núcleo. Foram mencionados os seguintes fatores causadores de impactos:

- presença de “torres” (plataformas) próximas, depois retiradas, remanescendo pedaços de estruturas. Alguns dos pescadores, que estavam sendo entrevistados em

grupo, explicam que, apesar de a presença das plataformas causar prejuízo, sua retirada também foi negativa, pois os peixes se refugiavam nas “bases”, o que não ocorre mais. Ou seja, a presença das estruturas criou novos pesqueiros, que depois foram eliminados. Entretanto, outros entrevistados afirmam ainda existirem restos de bases, porém causando impacto exclusivamente negativo;

- à época em que estas plataformas operavam, havia trânsito de embarcações de grande porte, na mesma rota seguida pelos pescadores.

- presença de tubos (dutos), onde as redes engancham e rasgam.

- ocorrência de vazamentos de óleo, já não interferindo mais; os pescadores ainda estão aguardando a indenização que a empresa foi condenada a pagar. A expectativa sobre seu recebimento revela-se em todas as falas cujo assunto é a presença da Petrobras na região.

Derramou óleo, morreu muito peixe aqui. Ninguém comprava marisco com a gente. Eu mesmo chegava cheio de peixe, e ninguém queria comprar. (...) A gente tá pra receber um dinheiro aí, dessa morte de peixe aí. (Pescador G, Acupe)

O vazamento ocorreu na Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde, em abril de 2009, espalhando óleo pelas águas e praias da Baía de Todos os Santos. (A TARDE, 2009). Destaco a dificuldade em encontrar notícias na imprensa acerca do acidente e da indenização que a Petrobras, a quem pertence a refinaria, foi condenada a pagar aos pescadores afetados.

Vazamento semelhante ocorreu na Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, em 2000. Mesmo o recebimento de indenizações não resolve conflitos ambientais, como discute Acselrad (2002). Analisam as estratégias argumentativas dos envolvidos: Petrobras, ONGs e pescadores. Estes receberam indenização apenas por dois meses, sob alegação de que, depois desse período, o IBAMA teria liberado a pesca na Baía. A empresa entrou em contradição com outras afirmações suas, pois afirmou que a situação ambiental na região só voltaria ao normal após dois anos. Os pescadores não possuíam organização e respaldo institucional suficiente para fazer valer seu argumento de que havia sofrido dano e precisava de mais do que dois meses de indenização.

A fala abaixo delinea o quadro armado pela presença da Petrobras na localidade, no passado:

Hoje não, poucas. Mas há 30 anos era muita! Tudo: torre de petróleo que tinha aqui em nosso mar, mais de 40, 50 torres, as lanchas passando diariamente, empinando o pescador de trabalhar, as embarcações de grande porte, muitas vezes o óleo foi derramado na comunidade e não teve nenhuma ação compensadora... a gente podia ver a olhos nus o óleo vazando, e nenhuma providência foi tomada, a comunidade não foi em nenhum momento contemplada com esses impactos que houve no passado... você tira pela, as comunidades são rústicas até hoje. E a Petrobras levou aqui mais de 30 anos. E não teve uma política pública voltada para a comunidade mesmo. A não ser a ação que a lei determina, os royalties. (...) até hoje deixou a marca dela. Ainda tem muitas torres cerradas, muitas torres tapadas, que eles tiraram mas deixaram a marca até hoje, lá do petróleo, a qualquer momento pode ser reativado, e até hoje o pescador rasga rede, perde rede. (Representante diretoria associação C, Acupe)

Suas falas trazem questões relacionadas ao abandono e à falta de ações de cuidado para com a localidade. A demora em indenizar os pescadores, os remanescentes de torres, a não preocupação em entender e agir sobre as interferências da atividade da Petrobras sobre a pesca. Os entrevistados percebem esta dinâmica, e seus relatos vêm da mesma forma, como uma cascata de problemas que vão chegando e se acumulando, sem solução.

Seis entrevistados mencionaram a mortandade causada pela maré vermelha. Afirmaram terem recebido indenização, mas questionam acerca das reais causas que levaram à proliferação das algas e consequente mortandade de peixes. Um deles conta que foi em busca de esclarecimentos, e obteve como explicação que a maré vermelha foi um fenômeno ocorrido devido a causas naturais, de desequilíbrio de condições meteorológicas. Tanto ele quanto os companheiros duvidam desta explicação, pois “isso nunca tinha acontecido antes” e “nunca mais aconteceu de novo”. Relatam, também, que depois do acidente e depois da chegada dos tubos da Petrobras, em 2007, “o mar nunca mais foi o mesmo”. Suas falas correspondem à polêmica que circulou na mídia sobre o fenômeno. A maré vermelha foi em abril de 2007, e o pescador questionou a Petrobras, porque

Em 2007, foi quando começaram a botar essas tubulações aí, e de lá pra cá o mar da gente nunca mais prestou. Falando a verdade. O mar da gente nunca mais prestou pra nada. Os peixes não encostam mais, as marcas de peixes que a gente encontrava aqui, a gente não encontra mais. Depois daquela maré vermelha, tudo pra gente ficou ruim, ficou difícil. Até hoje. (Pescador D, Acupe)

Em relação à presença da Refinaria Landolfo Alves, apenas um pescador a menciona, e diz que, caso haja outro vazamento lá, ele irá provocar impactos sobre seu trabalho, mas se tudo funcionar de forma correta, nenhuma interferência ocorre. Este

mesmo pescador conhece a rota do gasoduto que vem do Campo de Manati, e, dentre os entrevistados, apenas ele fez menção a isto.

Comercialização do pescado

A comercialização do pescado trazido do mar enfrenta dificuldades principalmente por sua dependência em relação aos atravessadores (levam pra Salvador, ou para feiras no próprio município), e falta de autonomia para cobrar o preço que for mais justo para o pescador. Em Acupe, seis entrevistados queixaram-se dos preços impostos pelos atravessadores, cientes de que estes lucravam sobre seu pescado barato.

Acontece, como relata uma das entrevistadas, de os atravessadores pagarem menos quando a safra está maior, contrariando o interesse do pescador:

Quando tem muito, eles abaixam. Quer dizer, o momento que a gente tem, né, de trabalhar e ter mais dinheiro na mão é a época que a gente não tem, porque eles abaixam. Se hoje a gente, por exemplo, pega 5 quilos, eles dão 10, 12. E se a gente pega 20 quilos, eles querem dar 9, 8... quer dizer, abaixam de preço. (Componente do núcleo B, Acupe)

Em Acupe, havia um espaço para os pescadores venderem o seu produto, e, segundo o relato dos entrevistados, era uma cooperativa pertencente à Colônia. Atualmente, a Colônia aluga para quem quiser montar uma pequena peixaria, e o locatário compra os peixes dos pescadores e vende ali. Os entrevistados se queixaram do fato de o locatário não ser envolvido com a pesca. Fica em frente ao porto de baixo, onde a entrevista acontecia. Os entrevistados afirmam sentir falta de uma cooperativa, ou um centro de apoio aos pescadores, e falam disso depois de falarem sobre a casa do pescador a ser construída dentro do PIPP, e os benefícios que irá proporcionar.

Revela-se aqui a importância de haver um centro, uma casa para o pescador, unindo casa de apoio e centro de comercialização, como é a proposta do PIPP aqui. Mesmo com as dificuldades que a pesca enfrenta, a casa daria conta de alguma delas, de acordo com as falas.

Em Cairu, os relatos sobre a dificuldade em vender os produtos estavam diretamente relacionados às expectativas em torno da Casa das Mariscadeiras. A empresa havia assumido como meta o estabelecimento de articulações que garantissem a venda de todo o marisco capturado. Não houve investimento por parte da empresa, e a meta não foi atingida. Pude verificar que os refrigeradores da Casa estão cheios de

mariscos congelados. As marisqueiras continuam dependendo dos atravessadores. Houve um relato, inclusive, de que, sem a presença de atravessadores, não haveria como escoar a produção. Já os pescadores não trouxeram relato algum em relação à comercialização do seu pescado.

CATEGORIA: POSSIBILIDADE DE EMPREGO EM OUTROS SETORES PRODUTIVOS

Apesar da baixa frequência de falas sobre este tema, é importante observar quem são seus autores e quais os argumentos que as compõem, pois trazem percepções sobre o macrocontexto em que sua localidade e suas atividades produtivas estão inseridas, e a relação entre trabalho, emprego e pressões do modelo de desenvolvimento posto em prática através das políticas públicas passadas e atuais. As falas explicitam as relações entre a atividade pesqueira e as expectativas e perspectivas dos moradores das duas localidades, e as possibilidades de pensamento crítico sobre a realidade.

Cairu

Dois entrevistados mencionaram as promessas de emprego, ressaltando que seriam destinadas aos mais jovens. Um deles fala sobre o estaleiro a ser construído nas margens do Rio Paraguaçu, que pode até gerar emprego, mas somente para alguns, e para quem tem algum estudo, ou para quem ainda aguenta trabalhar. A pesca não oferece garantias para os mais velhos.

As pessoas dizem que o pessoal jovem pode pegar um emprego... e as pessoas que não têm estudo, que nem eu, como é que fica? Não vai trabalhar na Petrobras. (Pescador C, Cairu)

Acupe

Quatro entrevistados trouxeram suas observações sobre outras possibilidades de emprego. Para as mulheres, a única opção de geração de renda é a mariscagem, e para os homens, a pesca. As meninas começam a mariscar cedo.

Porque aqui não tem outra profissão, só marisco. Menina de 8, 10 anos, vai mariscar. (Componente do núcleo A, Acupe)

Então tudo vive da pesca, homens e mulheres. É uma população de quase 80% da pesca. Pescador e marisqueira. Aqui não tem indústria da pesca, não tem uma fábrica... de nada. Tem os trabalhos indiretos, que é construção civil, autônomo... tem pedreiros que em épocas ruins de sua profissão, sai pra pescar. (Representante diretoria associação C, Acupe)

O representante da associação apresenta uma análise do significado que a atividade pesqueira ainda possui para os moradores de sua localidade, que impede o avanço da própria atividade. Defende o fortalecimento da atividade pesqueira, ao contrário dos outros entrevistados, para quem uma boa formação deve servir para trabalhar em outros setores. Talvez a colocação do presidente tenha lastro na posição que ocupa, encabeçando a associação e trazendo projetos para a pesca, através daquela:

Também ocorre que hoje as crianças não querem estudar, porque ainda acham que vão ter uma autosustentabilidade que é a pesca, como ocorreu com os pais deles no passado. Eles pensam, “vou ter de onde tirar a renda”. Então não tem uma educação preparada pra fazer um trabalho coletivo, de longo prazo. Para que no futuro se chame pessoas com outro pensamento voltado para a pesca. (Representante diretoria associação C, Acupe)

Interessante que em Acupe alguns pescadores afirmam que existem pessoas com estudo, com outras profissões, mas que não têm oportunidade de emprego e por isso vão pescar. Difere das afirmações vistas em Cairu, de que, quando há algumas poucas possibilidades de emprego, os pescadores não podem ocupar porque não têm estudo. Note-se, contudo, que os autores das falas estão falando sobre si mesmos. Os de Acupe afirmam serem formado, e o de Cairu, diz que tem só a 8ª série.

Os comentários feitos por um dos entrevistados em Acupe disseram respeito, da mesma forma do que se falou em Cairu, a projetos que consistiam em promessas de emprego para os moradores, mas que não foram levadas adiante. Ele afirma que as pessoas, então, voltam para a pesca, deixando de lado o que poderiam ser oportunidades de um trabalho melhor, pois não depositam expectativas em novas propostas que chegam:

Tem muito pescador aqui que é pedreiro. Tem muito pescador que é formado, como eu sou e alguns são. Tem muito pescador que ele tem outro tipo de coisa pra fazer. Mas ele nunca deixa a maré de mão. Ele pode deixar outras coisas, mas a maré ele não deixa. Porque aqui, ele vai... nem que seja pra comer, ele vai trazer. E o trabalho que tem aqui, como ele tá falando aí, é o trabalho de construção. (Pescador D, Acupe)

Ao final, ele diz, aparentemente se contradizendo, mas provando que outros trabalhos são melhores que a pesca, e que esta é um último recurso, que dá algo, por menos que seja:

Muitos largaram até de ir pra maré pra fazer esse trabalho (de construção).
(Pescador D, Acupe)

Outro afirma:

O pólo aqui é pesqueiro, não é industrial. Seria até melhor se tivesse uma indústria (Pescador G, Acupe)

Outra entrevistada defende a presença de uma fábrica que empregasse os moradores de Acupe, dando-lhes opção para saírem da pesca, “dessa vida sofrida”.

CATEGORIA: CONHECIMENTO E EXPECTATIVAS ACERCA DA PRESENÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PESCA ARTESANAL

Bahia Pesca (Acupe)

Em Acupe, as ações da Bahia Pesca foram citadas em resposta a duas perguntas do roteiro: se o entrevistado conhecia outros projetos voltados para a pesca, na localidade; quais as dificuldades enfrentadas no seu trabalho. O website institucional da entidade traz em sua apresentação:

Criada em 1982, a Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia - Seagri, tem como finalidade fomentar a aqüicultura e a pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural, como forma de contribuir para o desenvolvimento do estado da Bahia. A empresa atua na atração de investimentos, desenvolvimento científico, tecnológico, criação de pólos produtores e fortalecimento das cadeias produtivas.

Dentro das atividades para o desenvolvimento do setor produtivo do estado da Bahia, a pesca e a aqüicultura vêm ganhando cada vez mais espaço, apresentando um excepcional crescimento nos últimos anos em investimentos para o setor, promovendo através da união entre estado, investidores e produtores resultados positivos na geração de emprego e renda. (www.bahiapesca.ba.gov.br)

Dois entrevistados informam sobre a existência de um grande galpão pertencente à Bahia Pesca, que acreditam servir para a realização de estudos, para a criação de uma

universidade. O projeto começou a empregar pessoas em Acupe, mas parou de haver investimentos por parte do governo, então as obras estão paradas. Acredito que seja a Fazenda Oruabo, descrita no website da entidade:

Localizado no município de Santo Amaro da Purificação, a Fazenda Oruabo é o endereço das principais atividades de pesquisa da Bahia Pesca. É em seu laboratório de piscicultura marinha que são realizados os trabalhos de maturação, alevinagem e larvicultura do bijupirá. A unidade possui o maior plantel de animais do Brasil (cerca de 200 domesticados) e tem capacidade para produzir 100 mil alevinos por ano.

Também estão instalados na fazenda, um laboratório de carcinicultura onde se desenvolvem as atividades de maturação e larvicultura do camarão marinho, e um setor de engorda de camarão, constituído de 12 viveiros com tamanhos variados entre 1 e 15 ha. A unidade será transformada em um centro de pesquisa da pesca e aquíicultura marinha.

Em sua estrutura, ainda, existirá um laboratório para repovoamento dos mangues baianos com a espécie de caranguejo uçá. (www.bahiapesca.ba.gov.br)

As falas mais contundentes, entretanto, apesar da baixa frequência (quatro entrevistados) foram as que denunciavam os problemas causados por aquele projeto, em relação à atividade pesqueira. À redução do estoque de peixes e mariscos, discutida na categoria “conflitos”, também foi atribuída como causa a ação da Bahia Pesca na localidade. A carcinicultura, o cultivo do camarão em cativeiro, gera externalidades não controladas por seus produtores, prejudicando diretamente as águas de Acupe, conseqüentemente os seus pescadores e marisqueiras. De acordo com os entrevistados, são despejadas no mar substâncias nocivas, utilizadas no cultivo do camarão, letais para os mariscos em meio natural. Foram citados o aratu e o caranguejo como exemplos de espécies cujo estoque foi reduzido com os danos provocados pelo Bahia Pesca.

Porque é a indústria do estado, é do governo, aí fica por isso mesmo. Só pode mexer lá quem é grande também, que pode gritar. Peixe pequeno vai gritar, é? Peixe pequeno vai ficar espiando de lado. Só grita quem é peixe grande. (Pescador D, Acupe)

Ainda assim, o mesmo pescador revela, mais adiante, resultados da resistência contra o projeto:

Tá poluindo o porto, tudo aí. Não tem aratu, não se vê mais. Porque de primeiro você chegava aqui, tava alastrado o mangue. Caranguejo... eles agora tá afrouxando, porque o povo tá dando em cima... E todo ano ele chega e dá um “cala a boca”. (Pescador D, Acupe)

Uma entrevistada relatou que os “remédios” para os animais criados são lançados no fundo do mar, por meio de tubulações, que, além de lançar as substâncias na água, atrapalham o trânsito de canoas em maré baixa. Aquelas substâncias, segundo ela, interferem em seu trabalho, pois a quantidade de mariscos diminuiu desde a instalação do projeto na localidade.

Outro tipo de impacto causado pela Bahia Pesca, relatado por apenas um pescador e confirmado pelo membro da diretoria da associação, é a concorrência desleal em torno da venda do camarão, pois aquela empresa possui condições de vender a prazo, ao contrário do pescador, e acaba atraindo os vendedores para si. Como observa um dos entrevistados, não há benefício algum deste projeto para os comunitários, apenas para o próprio governo.

CATEGORIA: EXISTÊNCIA DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PESCA ARTESANAL

Quando perguntei sobre a existência de outros projetos voltados para a pesca artesanal, nenhum dos entrevistados de Cairu respondeu afirmativamente. Em Acupe, como discutido acima, alguns entrevistados identificaram o Bahia Pesca, porém com visão crítica. O projeto Puçá, por exemplo, foi mencionado por apenas um, ainda assim sem muitas informações, inclusive sem relacioná-lo ao Bahia Pesca (responsável por sua execução). Fora estes, foi mencionado um projeto que doou canoas de fibra para os pescadores, as mesmas canoas mencionadas como indicadores de que estes precisam alcançar maiores distâncias no mar, para conseguir um bom rendimento, devido à redução do estoque onde tradicionalmente pescavam.

O representante da associação se queixa da falta de políticas públicas voltadas para o pescador e de fortalecimento do que ele chama “entidades filantrópicas”, como é o caso da sua associação. Fala da importância do seguro-defeso para a renda do pescador, sem o qual estaria passando dificuldade. A funcionária do monitoramento pesqueiro ratifica a importância do defeso. Importante destacar que este é mencionado por diversos pescadores como o principal motivo de se integrar à associação ou colônia. Quando pergunto ao presidente da associação sobre a existência de outros projetos voltados para a pesca artesanal, ele responde:

Que eu saiba, não tem nenhum. Que eu saiba, nunca teve. Até porque nossa pesca é artesanal. Então, as políticas públicas, eu não tenho nenhum conhecimento de que o pescador artesanal tenha benefício de projetos para eles. Pelo poder público. Ou por político, também, não sei, nunca vi. Só tenho conhecimento na época da política, ele vem dizer que vai fazer projeto pro pescador, mas depois que passa, vai embora. Aqui na comunidade, não vi nenhum projeto até agora. (Representante diretoria associação C, Acupec)

O diagnóstico participativo do PIPP (PETROBRAS, 2010a) em Acupec, levantou como demandas prioritárias a construção da Casa do Pescador, em andamento quando os dados para esta pesquisa foram coletados, e a articulação para a criação de uma reserva extrativista (RESEX) pelo governo estadual. Este, inclusive, foi um dos motivos pelos quais escolhi Acupec para aprofundar a investigação. No meu entendimento, alcançar a compreensão da importância de uma RESEX e escolhê-la como demanda de um projeto executado como atendimento a condicionante de licença ambiental significava que as diretrizes impostas pelo IBAMA estavam alcançando o êxito pretendido. Porém, como esta demanda não havia sido mencionada por nenhum dos entrevistados, perguntei sobre ela ao principal representante da associação.

Surpreendentemente, ele respondeu que a RESEX não poderia ser contemplada pelo Manati, pois não beneficiaria a comunidade como um todo. Ele defendeu que os comunitários não possuem qualificação suficiente para trabalhar na direção da RESEX, então seriam trazidas pessoas de fora para ocupar estes cargos. Na unidade de beneficiamento, por outro lado, quem trabalhará serão os próprios pescadores e marisqueiras, que possuem o conhecimento necessário para tanto.

Independente de que tipo de explicação sobre reserva extrativista foi dado a ele e à comunidade, é interessante verificar o que este tipo de unidade, derivado de uma política pública, significa para ele. É uma observação fundamental para a gestão ambiental. O trabalho, aqui, foi relacionado diretamente ao emprego, e, de forma mais aprofundada, à defesa de interesses. O importante, além da preservação dos recursos, é a ocupação de postos de trabalho, de obtenção de emprego. Para tanto, a disputa (simbólica?) é clara, a distinção entre quem detém que tipo de conhecimento é determinante para como os comunitários agirão em relação à gestão ambiental, coisa de peritos.

Os entrevistados que responderam em conjunto afirmaram que desejariam projetos que permitissem ao pescador conseguir financiamento para a compra de embarcação. Relataram a dificuldade em comprar, se quiserem fazer a prazo, porque,

por um lado, não têm como comprovar renda, pois não têm renda fixa, e, quando conseguem, os juros são muito altos.

CATEGORIA: PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS QUANTO AO IBAMA

Em Cairu, praticamente todos os entrevistados que falaram sobre o IBAMA teceram críticas ao órgão ambiental. A funcionária do monitoramento pesqueiro e a presidente da associação entendem que a obrigação de o Consórcio Manati realizar o projeto é imposta pelo IBAMA. Porém, a presidente faz críticas ao fato de o IBAMA apenas comparecer à comunidade quando a Petrobras leva, e ao acompanhamento feito pelo órgão à distância.

Dois pescadores demonstraram suas expectativas frustradas em relação ao órgão ambiental, que, segundo eles, apesar de ter o poder de impedir as ações danosas da Petrobras, não impede. A cobrança de multa, por exemplo, é vista de maneira crítica:

Por exemplo, tem um [mangue] aí pra desmatar, [N]... o IBAMA que é o órgão que protege... Vem a Petrobras: vai ter que passar o tubo aqui. Aí vem o IBAMA: ah, tem que pagar multa... Porque não diz logo: não pode e acabou! Se o IBAMA disser: não vai passar, quero ver a Petrobras passar. O que a Petrobras quiser fazer, ela faz. Vou destruir sua casa... destrói! Ah, pode passar máquina aí, é? Aí paga... Petrobras é só pra destruir... (Pescador C, Cairu)

Em Acupe, os entrevistados relacionam o IBAMA com a existência do projeto, entretanto isto não está claro para eles. O IBAMA ainda é visto como órgão apenas fiscalizador ou que autoriza / impede ações sobre o meio natural, por exemplo, se há acidentes com os dutos, ou se a Casa será construída em local permitido.

5 RESULTADOS: APRENDIZAGENS, CONFLITOS E PRAXIS

5.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A partir da análise das entrevistas apresentada, é possível estabelecer sínteses que forneçam respostas à pergunta de pesquisa e que sejam alcançados os seus objetivos específicos.

A realização do PIPP parte da exigência da CGPEG/IBAMA ao Consórcio Manati, como condicionante de licença para a produção e escoamento de gás natural, e não existiria caso não partisse de tal exigência. Aprofundando a análise sobre o Programa, observa-se que todo seu processo de construção vem sendo costurado por interseções e, principalmente, tensões entre o Consórcio, os pescadores e marisqueiras e o órgão ambiental. Este vem buscando garantir a mediação dos conflitos entre os dois primeiros e implementar diretrizes que devem fortalecer a operacionalização da gestão ambiental pública.

Toda esta costura tensa gera resultados sobre as formas como os sujeitos da ação educativa entendem os processos de gestão ambiental. Verificou-se que, quando as tensões são explicitadas para os sujeitos, as ações fazem sentido para estes; quando não são explicitadas, os sentidos são buscados e construídos a partir de suas experiências e de seu entendimento sobre cada entidade envolvida. Como as ações de infraestrutura

ainda não foram concretizadas, os sujeitos que não fazem parte de *grupo gestor* ou de *núcleo* tendem a entender o PIPP como mais uma promessa não cumprida de melhoria; mas que, se for implementado, reconhecem que trará ganhos para os pescadores e marisqueiras. Os relatos estão, em certa medida, condicionados ao enquadramento dado pela entrevista, que pode ser entendida como uma oportunidade de emitir queixas e reclamações quanto às dificuldades enfrentadas pelos entrevistados.

O atraso na execução do projeto em Cairu, as justificativas dadas pela empresa, os efeitos disto sobre os sujeitos da ação educativa, mostram:

- Como a empresa se porta diante de projetos de educação ambiental e qual sua influência sobre os resultados desta pesquisa;

- Ações educativas no licenciamento são compostas por muito mais elementos do que as ações em si (construção de infraestrutura, cursos de formação, diagnósticos participativos, ações de mobilização pré-planejadas etc.). A execução das ações planejadas são envolvidas tanto por trâmites previstos legalmente (licitação, licenciamento, aprovação por parte do órgão ambiental), quanto por aqueles não explicitados nos momentos de negociação com os sujeitos ou por aqueles que têm a ver com outros fatores inerentes à capacidade de execução deste tipo de projeto pelas empresas. Problemas nestes elementos interferem diretamente no processo educativo, pois desmobilizam os sujeitos, carregam de responsabilidade as entidades representativas e minimizam os efeitos esperados pelos processos diante da quantidade de entraves e investimento (de tempo, trabalho e dinheiro) feito. Nas atas de reuniões devolutivas, verificaram-se tentativas, por parte do órgão ambiental, em esclarecer os trâmites a fim de evitar decisões que não pudessem ser cumpridas, ou que envolvesse fatores complicadores que inviabilizassem sua execução.

- Por outro lado, este tipo de problema desencadeia reações por parte da comunidade que expressam como esta se relaciona com o poder público e como as entidades representativas se portam diante destas situações.

Enquanto projeto que foca a atividade produtiva e a organização comunitária, ele produz discursos que giram em torno destes aspectos como fins em si mesmos. Porém, ao mesmo tempo em que estes são elementos originários dos processos sociais, eles são passíveis de reflexão em direção à consciência crítica sobre a posição que os sujeitos ocupam na sociedade. Assim, a conjugação entre fortalecimento da atividade produtiva

e o trabalho sobre a consciência crítica geram os resultados esperados pela educação no processo de gestão ambiental. Por enquanto não se verificam traços de mudanças na atuação relacionada à gestão ambiental pública por parte dos sujeitos destas localidades, até mesmo devido ao ritmo em que o projeto está sendo conduzido. A organização comunitária que acontece parece ter como objetivos a melhoria das condições de produção.

Em Acupe, o projeto teve uma estratégia diferente daquela utilizada em Cairu, conforme descrito na seção sobre a estrutura do PIPP. Além disso, as recentes reformulações na associação e o investimento na formação do núcleo instilaram em seus participantes o entusiasmo com o projeto e a avaliação positiva que fazem deste. Aqueles que estão envolvidos diretamente há mais tempo avaliam bem o projeto, mas compreendem a descrença que pode partir dos pescadores em geral, pelo fato de haver certo atraso na execução em decorrência dos problemas com a entidade anterior.

Percebem-se diferentes níveis de conhecimento sobre o projeto, a depender do grau de envolvimento em sua execução. Em geral, aqueles que possuem algum conhecimento sobre o PIPP entendem sua existência a partir de seus aspectos formais, aprendidos em ocasiões como diagnóstico participativo e reuniões com a empresa e o órgão ambiental. Os que estão vinculados às comissões que lidam diretamente com o projeto conhecem também os trâmites necessários para sua implementação e os argumentos da empresa sobre suas ações. Aqueles que não possuem este vínculo associam o PIPP apenas ao seu componente de infraestrutura, não trazem o componente formativo e de promoção da organização comunitária.

Nas duas comunidades, aqueles que participaram dos primeiros momentos, e depois deixaram de ir a reuniões respondem na seguinte sequência:

1. Não conhecem o projeto;
2. Recordam terem participado e descrevem o processo de decisão da ação e infraestrutura escolhidas, e sabem em que consistem;
3. Açam que não sabem do que aconteceu após as primeiras reuniões e reclamam de não possuírem informações.

Então, procuram explicações para o fato de não estarem a par do andamento do projeto e buscam responsabilizar alguém por isso: a associação, ou um “grupinho”. Admitem que elegeram um “grupo gestor”, e ao mesmo tempo se queixam que os

escolhidos para representá-los não lhes repassam informações. Alguns admitem que as entidades repassam; ao mesmo tempo, fazem críticas quanto à não divulgação das informações. Admitem também não procurarem ativamente as informações. Estas falas divergentes são enunciadas, algumas vezes, pelo mesmo sujeito.

Como foi visto nos relatos, a formação de “grupos gestores” para administrar o processo de implementação do projeto e o fortalecimento de uma entidade representativa são estratégias metodológicas para a operacionalização daquele, mas pode, em algumas situações, causar entendimentos diversos por parte da coletividade. Ou mesmo práticas não desejadas. Como dito anteriormente, a ação educativa é composta por diversos elementos, entre eles, a intervenção sobre a organização comunitária que existia previamente ao projeto. Um dos pareceres emitidos pelo órgão ambiental alerta a empresa de que as ações educativas de formação devem ter como sujeitos toda a comunidade, e não apenas o “grupo gestor”. Para verificar o quanto as entidades representam ou não os pescadores e marisqueiras, seria necessário passar mais tempo nas localidades e acompanhar de forma mais próxima as ações das entidades.

De forma preliminar, podemos definir alguns pontos para compreensão do papel das associações em projetos como o PIPP. No caso deste projeto, é preciso haver uma entidade regularizada para que as ações de provimento de infraestrutura sejam executadas. É estabelecida uma espécie de convênio com a entidade. O PIPP se apodera deste instrumento de organização social que, por sua vez, estabelece uma relação unívoca com o Programa, arriscando deixar de lado, ainda que temporariamente, outras questões levantadas nas entrevistas, que dizem respeito à gestão ambiental e a conflitos ambientais.

Além disso, esta exigência da empresa, por si só, impõe uma formatação ao processo educativo que toca em pontos como legitimidade da representação, fortalecimento de determinados grupos dentro da localidade e mudanças sobre a representação que os associados fazem acerca de sua entidade. Em relação a este último ponto, tem a ver com o fato de que todos os entrevistados são filiados a alguma entidade representativa, seja colônia ou associação local. A motivação primária de sua filiação é a garantia de direitos como recebimento do seguro-defeso e de indenizações, quando for o caso, e o significado da entidade às vezes se restringe a isto.

Assim como nos documentos emitidos pelo órgão ambiental, verifica-se o uso da expressão *comunidade* nos planejamentos e relatórios enviados pela empresa e nas falas de alguns entrevistados. Os sentidos deste uso devem ser passíveis de análise. Esta

palavra é usada por representantes dos sujeitos das ações educativas, referindo-se aos pescadores e marisqueiras da sua localidade. Já os próprios “representados” não utilizaram este termo. Comunidade é sempre *o outro*. Quem chama este outro de comunidade impõe-lhe uma significação homogênea e tutelada. Seu significado é diverso, a depender da intenção de quem enuncia: pode se referir aos moradores de determinada localidade, independentemente do papel social que ocupa; aos pescadores artesanais (incluindo as marisqueiras); à “base” de determinada entidade representativa, dentre outros significados. Os sujeitos entrevistados não se autodenominam *comunidade*, pois quem o faz, utiliza a expressão para falar de outros, daqueles a quem concederão algum benefício.

A expressão comunidade é utilizada nos mais diversos meios, isenta de problematização acerca do seu significado. Seu uso pelo senso comum e por detentores de conhecimento técnico se confunde, e passa despercebido por documentos, discursos, planejamentos de ações de intervenção. A noção de comunidade, no senso comum, aproxima-se da definição apresentada por Bauman (2003): um lugar “confortável e acolhedor” onde todos podem confiar em todos, onde sempre haverá compreensão e solidariedade. É um “paraíso perdido” ou “paraíso esperado”. É homogênea: pressupõe um “entendimento compartilhado por todos os seus membros” (BAUMAN, 2003, p. 15). Ao mesmo tempo, Bauman provoca ao afirmar que para se viver verdadeiramente em comunidade e desfrutar de todas as suas benesses, não se pode ter consciência dela, falar sobre ela; é preciso estar imerso nela. Ou seja, a comunidade não existe, e quem fala sobre ela é porque está fora, exterior, do que acha que é a comunidade.

Comunidade pode também equivaler a sociedade tradicional, e significar um grupo coeso e uniforme, que depende de um território específico para se reproduzir socialmente. Ou, como alertam Diegues e Arruda (2001), pode ser uma autodenominação utilizada por sujeitos oprimidos para se colocarem frente às disputas que cercam a utilização dos recursos para sua reprodução. Por isso, é uma denominação política e que tem determinados fins.

Se pensarmos na pesca artesanal e nos integrantes da sua cadeia produtiva, quais seriam os limites da comunidade? Atravessadores entrariam nestes limites, se morarem na comunidade? Apenas pescadores e marisqueiras? Pessoas que exercem outros tipos de atividade? Questões como estas devem ser respondidas tanto durante o planejamento de ações educativas quanto ao longo de sua execução. Os pescadores artesanais fazem parte de uma cadeia produtiva, além de costumarem exercer outros tipos de atividade

produtiva em busca de complementação da renda. Por isso, os significados de comunidade devem ser revistos à luz desta constatação.

Não defendo que tal expressão seja deixada de lado. Negar a existência de um nível de homogeneidade e compartilhamento entre os sujeitos que vivem numa mesma localidade ou que exercem a mesma atividade produtiva seria desconsiderar toda a teoria social. O que discuto é que as possibilidades do uso da expressão *comunidade* estejam claras, o quanto este limita ou expande a abrangência da ação educativa, e o quanto seu significado reproduz ou supera relações de opressão e dominação.

Alguns entrevistados justificam sua não participação com o fato de não poderem deixar de pescar para estar em reuniões, o que se verifica como uma constante em projetos de educação ambiental voltados para pescadores artesanais. Como verificado nas falas dos entrevistados da presente pesquisa, sua presença constante no mar é indispensável para a obtenção da renda. Um dia sem pescar é um dia perdido, sem recuperação.

Debatendo sobre questões relacionadas à participação do pescador artesanal, Pereira (2008) questiona a promoção de espaços ilusórios de participação e a “participação concedida” que visa à manutenção da dominação. Contrapõe-se à hipótese de que o pescador artesanal, devido à dinâmica de seu trabalho, não é afeito a atividades coletivas, que ultrapassem os muros de seu núcleo familiar, e por isso não se integram a ações que promovam a participação em espaços coletivos. Ela defende que esta dificuldade em participar decorre da imposição do modo de produção capitalista, alterando valores deste grupo. Acredita na educação ambiental enquanto política pública para o processo de emancipação e formação de consciência crítica dos sujeitos, e diz que se deve estar atento às armadilhas citadas.

O projeto analisado, ao seguir as diretrizes da CGPEG/IBAMA, buscou em seu diagnóstico participativo incluir todos os pescadores artesanais interessados na discussão do que seria prioritário para o fortalecimento de sua atividade. A empresa impôs limites aos projetos antes de obter o aval do órgão ambiental. Mas o processo participativo foi exigência deste. Como afirma Pereira (2008), os pescadores artesanais precisam participar das decisões que dizem respeito à gestão da pesca, apesar de estarem

acostumados a serem tratadas [as comunidades] como ‘massa de manobra’ pelos maus políticos que fazem parte da sua história. Sendo assim, demonstram dificuldade em confiar nos diferentes segmentos sociais

(universidades, ONGs, governos, etc) que se aproximam se propondo a ajudá-las. De um lado se mostram desconfiadas, de outro adotam comportamentos que respondem ao que julgam esperados, com queixas e autopiedade, se identificam como desamparadas. Isso é parte de uma cultura assistencialista que marca a história e a vida dos pescadores e que se torna um desafio para quem deseja trabalhar com educação ambiental e pesca.(p. 79)

A atividade produtiva destes pescadores, de rotina simples e sem grandes variações dentre os indivíduos, é escancaradamente impactada negativamente pela presença da atividade petrolífera na região. Verifica-se que o conflito ambiental se dá no âmbito das atividades produtivas, no trabalho, nos diferentes interesses sobre a apropriação dos recursos. A consciência da existência do conflito neste nível se expressa no discurso dos envolvidos, dos afetados, cuja dependência direta dos recursos naturais os torna legítimos enunciadores do que significa a “questão ambiental”. O *ecologismo dos pobres* (que pode levar uma denominação mais apropriada, a meu ver) é identificado em ações como a descrita abaixo, de defesa de recursos naturais sem os quais a reprodução social de um grupo é impossível. Aqui deve ser destacado o protagonismo das mulheres marisqueiras nas duas localidades pesquisadas, em seu envolvimento nas organizações e movimentos de defesa dos interesses dos trabalhadores da pesca artesanal.

Em Cairu, quando do enterramento do duto em sua praia, vindo do Baixo Sul para seguir até a ponta do Ferrolho em São Francisco do Conde, o trabalho das marisqueiras precisou ser interrompido durante a instalação. Uma das representantes da diretoria da associação, marisqueira àquela época, relata o ocorrido:

Aí peguei uma folha de caderno e comecei um abaixo-assinado para parar a obra. Conversei com elas, disse que a gente tinha que chamar o prefeito para parar a obra, pois tava errado! Ali era área de trabalho de vocês, a gente trabalha ali todo dia, a gente tá sem poder ir trabalhar. Como é pode uma empresa vem, fazer o trabalho dela, prejudicando outros trabalhadores, e não faz nada, não conversa nada, porque até então não tinham conversado nada. De projeto, de PIPP, nada. Aí fiz o abaixo-assinado, rodei Cairu toda, entrei na sede da associação de moradores, estavam (...), (...), (...), (...), eu entrei e pedi, e falei o que estava acontecendo na praia. (...) disse: ‘isso aí é pro crescimento do Brasil, eles têm que fazer a obra’. Eu disse, eu sei, não têm que parar a obra. Têm que sentar com a comunidade e ver uma maneira de ajudar essas pessoas. (Representante diretoria associação A, Cairu)

Os conflitos ambientais na Baía de Todos os Santos são antigos e se proliferam para além da presença do gasoduto do Campo de Manati. Além disso, é sabida a existência de uma *sinergia de impactos ambientais*, principalmente no que se refere à

cadeia da indústria petrolífera. Os impactos se acumulam, causam outros e potencializam seus efeitos mutuamente. O território utilizado pelos pescadores artesanais é único: não há divisão entre os impactos, e estes são difusos da mesma maneira que as correntes marítimas e o crescimento urbano.

Um dos pressupostos da Educação no Processo de Gestão Ambiental é a explicitação das assimetrias que caracterizam os conflitos subjacentes às dinâmicas de apropriação dos recursos naturais, como um meio de emancipação dos sujeitos vulneráveis expropriados do seu direito ao meio ambiente como bem de uso comum. Por isso, todos os relatos sobre esta problemática são pertinentes à análise do projeto de educação ambiental realizada no presente estudo. Eles são a denúncia das pressões sofridas pelos pescadores artesanais, oprimindo sua atividade produtiva, seus meios de reprodução e sua vida de maneira geral. Tais pressões agem como vetores originados de diversas fontes convergindo sobre o ponto mais frágil: aqueles que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência.

E o que torna a questão mais grave: os recursos naturais, ou condições naturais de produção, não possuem apenas valor de uso, mas também valor de troca. Sua comercialização será inserida em um mercado cujas leis não são isonômicas e que, novamente, pesa sobre aqueles que extraem seu produto diretamente do meio natural.

As dificuldades na venda do pescado entram como questão essencial para o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal. É notável a escolha de projetos relativamente simples (ex: local para armazenar petrechos e fazer beneficiamento) que provocarão mudanças substanciais no trabalho dos sujeitos, por tocarem na questão da circulação de sua mercadoria. É evidente que estes projetos são escolhidos dentro das limitações já discutidas aqui. Mas este é o espaço a ser aproveitado para o desenvolvimento da práxis, devido a todas as suas possibilidades de reflexão e ação sobre a posição em que o pescador artesanal se encontra atualmente.

O fato de o tema “emprego em outros setores” ser trazido por: diretoria da associação, pescadores com formação de nível mais alto que a maioria, pescadores com visão crítica representa a expressão da consciência destes sujeitos enquanto pescadores: não apenas exercem a atividade, mas refletem sobre esta e sobre seu significado diante da sociedade em que está inserida. A consciência de si, eles mesmos extrapolam para os outros membros da localidade. É um nível de reconhecimento como grupo social: trabalham no que sabem fazer, mas é o que lhes resta; se tivessem oportunidade, exerceriam outras atividades. A maré dá alguma coisa, pelo menos o de comer. Mas

aqueles que buscam análises mais abrangentes sobre a realidade entendem que não é o suficiente. O representante da diretoria da associação, por outro lado, entende que a pesca não tem as condições que merece, mas defende seu fortalecimento, e não, a simples abertura de outras frentes de trabalho.

A partir de minha experiência, verifico que uma das principais questões que vêm sendo colocadas nos programas e projetos de educação ambiental é a demanda por emprego e renda, pela garantia de um salário em curto prazo. Os sujeitos considerados prioritários para a Educação no Processo de Gestão Ambiental são os mais vulneráveis aos conflitos ambientais, por conseguinte, aqueles cujas possibilidades de geração de renda são as mais limitadas. Por isso, justifica-se que o processo educativo do PIPP tenha iniciado pelo investimento em infraestrutura de apoio à cadeia produtiva da pesca artesanal, agregada a ações de formação e organização comunitária.

O desenvolvimento da práxis inicia no momento dos diagnósticos participativos, quando os projetos são escolhidos a partir da reflexão dos sujeitos acerca do que é prioritário aos seus interesses. Além disso, disputas internas às localidades são evidenciadas neste momento, e não podem ser escamoteadas, precisam ser trazidas à baila das discussões. Todas as formas de conflito são inerentes à constituição da sociedade, e somente seu desvelamento promove o crescimento em direção à liberdade. Como o órgão ambiental exige a execução de processos formativos voltados à organização comunitária, atrelados aos projetos de infraestrutura, espera-se a continuidade das reflexões conjugadas às ações que estão em processo de implementação.

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei, com o presente estudo, abordar a implementação de ações formuladas no âmbito da gestão ambiental pública, em atendimento à PNEA e a diretrizes da Educação no Processo de Gestão Ambiental. Busquei compreender os sentidos e apropriações que os sujeitos, a quem as ações se destinam, constroem em relação a estas. O campo do licenciamento ambiental, onde se dão as ações estudadas, é um complexo de leis, portarias, decretos, instruções normativas, informações técnicas, diretrizes; relações políticas; interações com modelos de desenvolvimento e de gestão pública; manifestações resistência da população. Adentrar neste campo exige que se

transite pelas interseções e tensões que condensam as relações de conflito entre as entidades e sujeitos envolvidos processo. Por sua multiplicidade de determinações, esta não é uma tarefa simples nem se esgota no espaço permitido por uma dissertação de mestrado. Assim, espero que possíveis lacunas sejam interpretadas como novos problemas de pesquisa que estimulem investigações futuras.

Assumir que o trabalho é a categoria básica do licenciamento justifica a estruturação de PEAs a partir do fortalecimento de atividades produtivas subsumidas por outras detentoras de poder. Mas a partir das entrevistas entende-se que algumas questões fora do âmbito de ação do PEA obviamente o permeiam, por isso este tipo de medida mitigadora de impactos não pode se limitar ao fortalecimento da atividade pesqueira apenas realizando ações específicas, que resolvam problemas pontuais levantados pelos pescadores (por exemplo, questões com atravessadores). Deve ser propiciada a visão ampliada da questão, através dos processos educativos, conjugados com as ações de infraestrutura. A questão do trabalho deve (e há como) ser trabalhada de forma ampliada com estes grupos sociais.

Os projetos aqui estudados estavam em sua fase inicial de execução quando fiz a coleta de dados. É notável a discrepância entre, de um lado, o investimento feito em formulações de propostas, em pagamento a empresas de consultorias (apesar de não ter tido acesso aos valores, posso inferir que não foi baixo) e em tempo de mobilização das populações afetadas e, do outro lado, os resultados até agora alcançados. Enquanto isso, os conflitos ambientais continuam impondo rotinas dificultosas aos trabalhadores que dependem diretamente dos recursos naturais para sua reprodução social.

Proponho que se entenda a gestão ambiental, com suas políticas e instrumentos, como um enclave dentro do sistema político nacional, cujas maiores forças vão em direção ao uso dos recursos naturais de forma exploratória. A gestão dos recursos naturais é efetivamente regulada por outras políticas, como as de desenvolvimento, energia, aquicultura e agricultura. Conceituar gestão ambiental como mediadora de conflitos parece que lhe dá uma atribuição ao mesmo tempo ínfima, para acontecer nos últimos instantes de um processo de decisão já tomada em outras esferas, e gigante, pesada, pois, por estar na ponta (principalmente no caso do licenciamento, que parece estar no início, mas está no final), precisa dar conta de todos os problemas que deveriam ter sido solucionados nos momentos de decisão. Os instrumentos da gestão ambiental parecem existir para atender a requisitos outros que não a proteção ambiental, mas para

cumprir tabela, e mesmo assim, a disputa interna e as dificuldades de implementação de ações são enormes.

Meu argumento não minimiza o papel da gestão ambiental pública na garantia dos meios para uma vida digna de toda a população. Ao contrário, defendo a sua valorização e fortalecimento, que só podem ser obtidos com a ampla disseminação da participação popular em todos os processos que envolvam diferentes apropriações dos recursos naturais. Desta forma, os projetos de educação ambiental promovidos pelo órgão ambiental federal no licenciamento de atividades petrolíferas são importantes espaços de construção de conhecimento e fomento à participação daqueles historicamente excluídos dos processos de decisão política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: **Ecología política: Naturaleza, sociedad y utopía**. ALIMONDA, H. (org.). Buenos Aires: CLACSO, 2002.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP (website institucional). Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?id=516>>. Acessado em 15 dez. 2011.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

ALIMONDA, H. Introducción: política, utopía, naturaleza. In: Alimonda, H. (Org.). **Ecología Política. Naturaleza, sociedade y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ANELLO, L. F. S. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

_____. O pré e a pós-licença: o processo educativo e a tramitação legal e burocrática do licenciamento. IN: LOUREIRO, C.F.B. (Org.); Secretaria do Meio Ambiente, Instituto do Meio Ambiente. **Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento**. Salvador: IMA, 2009.

BAHIA PESCA (website institucional). Disponível em: <<http://www.bahiapesca.ba.gov.br>>. Acessado em 25 jun. 2011.

BAHIA TICKET TRAVEL TURISMO (website). Disponível em: <http://www.bahiaticket.com.br/packages/Mapa%20da%20Bahia%20de%20Todos%20os%20Santos_1.jpg>. Acessado em 26 mar. 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BAUER, M.W., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

BECK, H. S. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 jul. 2010. Não paginado.

_____. **Lei Nº 11.516 de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 28 de agosto de 2007.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 28 de abril de 1999.

_____. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Lei 6.938 de 31 de agosto 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, Página 16509, 02 set. 1981. Seção 1.

_____. **Resolução CONAMA Nº 237 de 19 de dezembro de 1997**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, nº. 247, pp. 30.841/30.843 22 dez. 1997. Seção 1.

CARDOSO, M. L. Para uma leitura do método em Karl Marx. Anotações sobre a “Introdução” de 1857. **Cadernos do ICHF**. N. 30. Universidade Federal Fluminense. Niterói. Set. 1990.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI (COFIC). Website institucional. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/>>. Acessado em 09 abr. 2011.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA). Website institucional. Disponível em: <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodoba/pt-br/porto_aratu.php?secao=porto_aratu_historico>. Acessado em 16 nov. 2010.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

_____. **Povos e mares: uma retrospectiva de sócio-antropologia marítima**. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/>>. Acessado em 19 dez. 2011.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/saberes/saberes.htm>>. Acessado em 30 nov. 2010.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Edunicamp, 2001.

FOSTER, J.B. **Ecology against capitalism**. New York: Monthly Review Press, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 32ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GEO BRASIL. **Perspectivas do meio ambiente no Brasil**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

HACON, V., **Para além das dunas: conflitos ambientais relacionados ao parque estadual de itaúnas (ES)**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS REVOVÁVEIS - IBAMA. (website institucional). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico>>. Acessado em 18 jan. 11.

_____. **Como o IBAMA exerce a Educação Ambiental**. Brasília: IBAMA, 2002a.

_____. **Termo de Referência ELPN/IBAMA N° 052/02**. Brasília, 2002b.

_____. **Parecer Técnico ELPN/IBAMA N° 065/04**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Orientações Pedagógicas do IBAMA para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural**. Brasília: IBAMA, 2005a. Mimeo.

_____. **Informação Técnica ELPN/IBAMA N° 004/05**. Brasília, MMA, 2005b.

_____. **Parecer Técnico ELPN/IBAMA N° 39/05**. Rio de Janeiro, 2005c.

_____. **Parecer Técnico ELPN/IBAMA N° 72/05**. Rio de Janeiro, 2005d.

_____. **Parecer Técnico ELPN/IBAMA N° 80/05**. Rio de Janeiro, 2005e.

_____. **Licença de Instalação N° 317/2005**. Brasília, 2005g.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 129/06**. Rio de Janeiro, 2006a.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 214/06**. Rio de Janeiro, 2006b.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 386/06**. Rio de Janeiro, 2006c.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 440/06**. Rio de Janeiro, 2006d.

_____. **Licença de Operação N° 595/2007**. Brasília, 2007a.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 66/07**. Rio de Janeiro, 2007b.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 136/08**. Rio de Janeiro, 2008a.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 257/08**. Rio de Janeiro, 2008b.

_____. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA No. 03/09**. Rio de Janeiro: IBAMA, 2009.

_____. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA No. 01/10**. Brasília: IBAMA, 2010a.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 284/10**. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 417/10**. Rio de Janeiro, 2010c.

_____. **Parecer Técnico CGPEG/IBAMA N° 57/11**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Website institucional. Disponível em: <http://intranet.meioambiente.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6781:texto-teste&catid=58:dicas-e-curiosidades&Itemid=223>. Acessado em 8 fev. 2012.

JORNAL A TARDE ON LINE. **Vazamento de óleo contamina Baía de Todos os Santos**. Reportagem de 15/04/2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/noticia.jsf?id=1124281>>. Acessado em 11 mar. 2012.

JORNAL A TARDE ONLINE. **Maré vermelha causou mortandade de peixes**. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=742380>>. Acessado em 29 jan. 2012.

KAPLAN, L. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

KUHN, E.R.A., GERMANI, G.I. **Conflitos na pesca artesanal em São Francisco do Paraguau – Bahia**. Anais do 12º Encontro de Geógrafos de América Latina. Montevideo, Uruguay. 2009.

LIMA, G.F.C. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. N. 23, p. 121-132, jan./jun. 2011. Editora UFPR.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. Crítica ao Fetiche da Individualidade e aos Dualismos na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.) **Educação Ambiental, Gestão Pública, Movimentos Sociais e Formação Humana – Uma Abordagem Emancipatória**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

_____. Educação Ambiental e Gestão Participativa na Explicitação e Resolução de Conflitos. **Gestão em Ação**. v.7, no 1, jan./abr 2004. Salvador, 16 p. Disponível em: <<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/FredericoLoureiro.pdf>>. Acessado em 08 jan. 2011.

LOUREIRO, C.F.B., TREIN, E., TOZONI-REIS, M.F.C., NOVICKI, V. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica . **Caderno CEDES**, v. 29, n. 77. Campinas. Abril 2009.

LUKÁCS, G. **O Trabalho. In: Por uma ontologia do ser social.** Tradução livre de Ivo Tonet. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>>. Acessado em 1 nov. 2010.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Coleção Os Economistas. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Guia para o Licenciamento Ambiental: Atividades de Perfuração de Óleo e Gás.** ANP, 2006. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/brasil-rounds/round8/round8/guias_r8/perfuracao_r8/creditos.htm>. Acessado em 19 mar 2011.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Produção pesqueira e aquícola: estatística 2008 e 2009.** Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/dados/2010/Docs/Caderno%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20dos%20dados%20estatiscos%20final%20curvas%20-%20completo.pdf>>. Acessado em 26 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA. Website institucional. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br>>. Acessado em 2 dez. 2011.

PETROBRAS. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Sistema de produção e escoamento de gás natural no Bloco BCAM-40 (Área do BAS-128).** Rev. 00. Salvador, 2003.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Sistema de produção e escoamento de gás natural no Bloco BCAM-40 (Área do BAS-128).** Rev. 01. Salvador, 2004.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Sistema de produção e escoamento de gás natural no Bloco BCAM-40 (Área do BAS-128).** Rev. 02. Salvador, 2005.

_____. **Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades da Área de Influência do Projeto Manati – Revisão 03.** Salvador, 2006a.

_____. **Relatório dos Resultados Parciais do Programa de Comunicação Social. Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural do Campo de Manati.** Bahia, 2006b.

_____. **Programa Integrado de Projetos Produtivos – PIPP: Proposta de Intervenção no Recôncavo Baiano.** Salvador, 2007.

_____. **Proposta de intervenção em Salinas da Margarida – PIPP.** Salvador, 2008a.

_____. **Atas de reuniões devolutivas.** Salvador, 2008b.

_____. **Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural do Campo de Manati. Marco Referencial Teórico e Prático-Metodológico do Programa Integrado de Projetos Produtivos – PIPP: Construção de Capacidades.** Revisão 01. Petrobras, 2010a.

_____. **Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural do Campo de Manati: 6º Relatório Semestral.** Petrobras, 2010b.

_____. **Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural do Campo de Manati: 9º Relatório Semestral.** Petrobras, 2011.

PETROBRAS (Website institucional). Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/minisite/refinarias/portugues/refinarias/rlam.asp>>. Acesso em 16/11/2010.

PEREIRA, M. O. R. Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação. **Práxis Educativa**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, ano/vol. 3, n. 1, jan-jun 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=89430108>>. Acesso em 01 out 2010.

PROST, C. Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**. V. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C.F.B, LAYRARGUES, P.P., CASTRO, R.S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

QUINTAS, J.S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública.** 2ª ed. Série Educação Ambiental, vol. 5, Coleção Meio Ambiente. Brasília: IBAMA/MMA, 2006.

SAISSE, M, LOUREIRO, C. F. B. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama desde a Sema ao ICMBio. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.) **Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminhos e interfaces.** São Carlos: RIMA, 2012

SECOM - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2007/04/04/noticia.2007-09-16.5096053122/print_vie>. Acessado em 29 jan. 2012.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA INDÚSTRIA NAVAL E PORTUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Website institucional. Disponível em: <<http://seinp.wordpress.com/2010/09/>>. Acesso em 14 nov. 2010.

SEAP/PR, IBAMA, FUNDAÇÃO PROZEE. **Relatório técnico do projeto de cadastramento das embarcações pesqueiras no litoral das regiões Norte e Nordeste do Brasil.** Brasília, 2005.

SEAP/PR, IBAMA, FUNDAÇÃO PROZEE. **Relatório técnico final do monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil.** Brasília, 2006.

SERRÃO, M., VICENTE, A. S. e WALTER, T. Educação ambiental no licenciamento – duas experiências no litoral baiano. In: LOUREIRO, C.F.B. (Org.); Secretaria do Meio Ambiente, Instituto do Meio Ambiente. **Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento**. Salvador: IMA, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Estatísticas dos municípios baianos. Volume 6 – Território de Identidade Metropolitano de Salvador**. Salvador: Publicações SEI, 2010.

_____. **Estatísticas dos municípios baianos. Volume 6 – Território de Identidade Recôncavo**. Salvador: Publicações SEI, 2010.

_____. **Bahia em números 2010**. Vol. 10. Salvador: Publicações SEI, 2011.

_____. **Anuário Estatístico da Bahia 2009**. Vol. 23. Salvador: Publicações SEI, 2010.

UEMA, E. E. Controle social, saber perito e participação. In: LOUREIRO, C.F.B. (Org.); Secretaria do Meio Ambiente, Instituto do Meio Ambiente. **Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento**. Salvador: IMA, 2009.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WALTER, T. et al. (2004), **Interferência da Atividade de Petróleo na Pesca: Aspectos do Licenciamento Ambiental**. In: Anais do I Seminário de Gestão Sócio-ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil – I SEGAP, Rio de Janeiro (RJ), 25 a 27 de Agosto de 2004, SAGE/COPPE/UFRJ, 9pp.

WALTER, T. **Novos usos e novos mercados: qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, UFRRJ, 2010.

Zborowski, M., **Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2008.

ANEXO

ROTEIROS DE ENTREVISTA

1. Primeira entrevista

a) Dados do projeto

1. Como está sendo realizado o PIPP aqui?
2. Que atividades já foram feitas? O que vocês já conseguiram?
3. O que você acha do PIPP?
4. Como vocês chamam o PIPP?
5. Que locais eu poderia visitar para entender melhor como é o PIPP?

b) Participantes

1. Quem participa do PIPP?
2. Eu gostaria de conversar com algumas destas pessoas, que não estão no grupo gestor, na próxima vez que eu vier. Você poderia me indicar algumas pessoas que eu poderia entrevistar? Como faço para encontrar estas pessoas?

c) Presença da pesquisadora

1. Quer me perguntar algo sobre o que estou fazendo aqui, sobre minha pesquisa?

2. Segunda entrevista

1. Como é sua rotina de trabalho? Quais são as dificuldades do seu trabalho?
2. (esta pergunta só foi feita de maneira completa para os que tinham algum conhecimento sobre o PIPP) Fale-me sobre o PIPP: porque ele ocorre aqui nesta comunidade, que projeto vai ser desenvolvido, quem vai realizar o projeto (empresas de petróleo, consultoria de EA), a quem ele vai beneficiar, quais os seus problemas. Porque esse projeto foi escolhido? Quando começou, quando foi a última reunião, desde quando você espera? Quem está envolvido no PIPP, considerando todo mundo que você puder pensar: pescadores e marisqueiras, outros moradores, autoridades etc. (caso não surja nada sobre o IBAMA, perguntar: o que você acha do IBAMA, neste caso?).
3. Você acha que o projeto vai mudar o quê em seu trabalho e em sua vida, pessoalmente? E para as outras pessoas?
4. Existem outros projetos acontecendo aqui no município, ou na comunidade?

Você participa? O que você acha deles?

5. (Apenas em Cairu) Porque a Casa das Mariscadeiras foi construída? Ela tem alguma coisa a ver com o PIPP? (depois, perguntar sobre a Laje do Machadinho, se já está recuperada).
6. Existe um levantamento de quantos pescadores e mariscadeiras existem na comunidade? Levantamento de quem está mais envolvido nas decisões do PIPP? Quem está em contato com a empresa?
7. Você participa a associação dos pescadores e marisqueiras? Como é sua participação?
8. Fale um pouco sobre a Petrobras, sobre o que ela vem explorando e produzindo, quando você começou a ouvir falar na Petrobras e no petróleo, se você acha que ela tem interferência em sua vida.
9. Fale-me mais um pouco sobre seu trabalho.